

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL





FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

<http://www.ufjf.br/facsocial/>



Direção

Diretora: Profª. Drª. Marina Monteiro de Castro e Castro

Vice-diretora: Profª. Drª. Viviane Souza Pereira

Coordenação da Graduação

Coordenadora: Profª. Drª. Luciana Gonçalves Pereira de Paula

Vice-coordenadora: Profª. Drª. Ana Maria Ferreira

Departamento de Fundamentos do Serviço Social

Chefia: Profª. Drª. Joseane Barbosa de Lima

Subchefia: Prof. Dr. Alexandre Aranha Arbia

Docentes: Profª. Drª. Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras
Profª. Drª. Ana Maria Ferreira
Profª. Drª. Carina Berta Moljo
Profª. Drª. Elizete Maria Menegat
Profª. Drª. Luciana Gonçalves Pereira de Paula
Prof. Dr. Marco José de Oliveira Duarte
Profª. Drª. Maria Lucia Duriguetto
Profª. Drª. Monica Aparecida Grossi Rodrigues

Substituto: Prof. Mestre Gustavo Gonçalves Fagundes

Departamento de Política de Ação do Serviço Social

Chefia: Prof. Dr. Bruno Bruziguessi Bueno

Subchefia: Profª. Drª. Ana Luiza Avelar de Oliveira

Docentes: Profª. Drª. Ana Livia de Souza Coimbra
Profª. Drª. Cristina Simões Bezerra
Profª. Drª. Ednéia Alves de Oliveira
Profª. Drª. Estela Saléh da Cunha
Profª. Drª. Isaura Gomes de Carvalho Aquino
Profª. Drª. Marina Monteiro de Castro e Castro
Prof. Dr. Rodrigo de Souza Filho
Prof. Dr. Ronaldo Vielmi Fortes
Profª. Drª. Sabrina Pereira Paiva
Profª. Drª. Viviane Souza Pereira

Substitutos: Profª. Mestre Nanci Lagioto Hespanhol Simões
Prof. Mestre Raphael Dutra Bazarelo
Prof. Mestre Victor Martins Lopes de Araújo

Capa e projeto gráfico: Luciano Cardoso de Souza

Sumário

1. BREVE HISTÓRICO.....	3
2. O PERFIL DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DIURNO E NOTURNO	11
2.1. PRINCÍPIOS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL.....	11
2.2. PERFIL DO BACHAREL EM SERVIÇO SOCIAL.....	11
2.3. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	12
2.4. CURRÍCULO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DIURNO E NOTURNO	12
3. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DIURNO E NOTURNO	13
4. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE APRENDIZAGEM	15
5. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	15
6. ESTÁGIO OBRIGATÓRIO.....	22
7. ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO (ACE)	31
8. FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR.....	33
9. ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DIURNO E NOTURNO.....	33
9.1. DISCIPLINAS SEGUNDO OS NÚCLEOS DE FUNDAMENTAÇÃO	34
9.2. DISCIPLINAS ELETIVAS	35
9.3. ATIVIDADES CURRICULARES OPTATIVAS	37
9.4. SÍNTESES DA REFORMA CURRICULAR DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DIURNO E NOTURNO	38
9.4.1. <i>Alteração do Nome da Disciplina.....</i>	<i>38</i>
9.4.2. <i>Exclusão de Disciplina da Grade (obrigatórias)</i>	<i>38</i>
9.4.3. <i>Criação de Disciplina.....</i>	<i>38</i>
9.4.4. <i>Histórico das Alterações de Ementas.....</i>	<i>40</i>
9.4.5. <i>Alteração do Número de Créditos.....</i>	<i>46</i>
9.5. CURRÍCULO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DIURNO E NOTURNO	47
9.5.1. <i>Matriz Curricular do Curso de Serviço Social (Diurno e Noturno)</i>	<i>48</i>
10. GRADE DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL (DIURNO E NOTURNO)	50
11. EMENTAS, BIBLIOGRAFIA E PROGRAMAS DAS DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL (DIURNO E NOTURNO)	51
CLASSES E MOVIMENTOS SOCIAIS I.....	51
CLASSES E MOVIMENTOS SOCIAIS II.....	52
CLASSES E MOVIMENTOS SOCIAIS III.....	53
ECONOMIA BRASILEIRA	54
ESTÁGIO OBRIGATÓRIO I	54
ESTÁGIO OBRIGATÓRIO II	55
ESTÁGIO OBRIGATÓRIO III	55
ÉTICA E SERVIÇO SOCIAL.....	55
FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO BRASIL CONTEMPORÂNEO.....	56
FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL I	57
FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL II	58
FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL III	59
FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL IV	60
GESTÃO SOCIAL E PLANEJAMENTO	61
INTRODUÇÃO À CIÊNCIA POLÍTICA	62
INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO SOCIAL.....	63
LABORATÓRIO DE SEGURIDADE SOCIAL.....	64
OFICINA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL, UNIVERSIDADE E SOCIEDADE	65
OFICINA DE SUPERVISÃO DE ESTÁGIO I	65
OFICINA DE SUPERVISÃO DE ESTÁGIO II	66
OFICINA DE SUPERVISÃO DE ESTÁGIO III	66

OFICINA DE TRABALHO PROFISSIONAL I	66
OFICINA DE TRABALHO PROFISSIONAL II	68
OFICINA DE TRABALHO PROFISSIONAL III	69
PENSAMENTO SOCIAL I	70
PENSAMENTO SOCIAL II	71
PENSAMENTO SOCIAL III	71
PESQUISA SOCIAL I	72
PESQUISA SOCIAL II	73
POLÍTICA DE SEGURIDADE SOCIAL I	74
POLÍTICA DE SEGURIDADE SOCIAL II	74
POLÍTICA SOCIAL	76
PRÁTICA DE GÊNEROS ACADÊMICOS	77
QUESTÃO SOCIAL E DESIGUALDADES SÓCIO TERRITORIAIS.....	78
RELAÇÕES DE CLASSE, RAÇA/ETNIA, GÊNERO E SEXUALIDADE.....	79
SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO SOCIAL	81
SUBJETIVIDADE E CULTURA	82
TERRITÓRIO E QUESTÃO URBANA.....	83
TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL	83
12. BIBLIOGRAFIA	85
13. ANEXO I.....	86

1. Breve Histórico

Foi o Decreto nº. 43.566, de 24 de abril de 1958, que concedeu a autorização necessária para o funcionamento da Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora, que na época era mantida pela Sociedade Feminina de Instrução e Caridade (vinculada à Congregação das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado). Tratava-se, então, de um curso alocado em uma instituição de nível superior, de natureza particular, sem fins lucrativos, permanecendo assim até o ano de 1968, quando passou a fazer parte da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), criada em 1960.

Inicialmente o curso oferecia 20 vagas, sendo que na primeira turma, 13 alunos graduaram-se no ano de 1961. Em julho de 1963, pelo Decreto nº. 52.210 foi concedido o reconhecimento ao curso mencionado.

Nessa época, as normas regimentais estavam sedimentadas na Doutrina Social da Igreja Católica e, seguindo as determinações legais do Decreto nº. 35.301 de abril de 1954, as disciplinas (obrigatórias e optativas) eram distribuídas em três séries, incluindo-se o Estágio e o Trabalho de Conclusão de Curso.

Em dezembro de 1958, foi aberta a discussão para reformulação curricular do curso, conforme orientação da, então, Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS), hoje, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS); sendo aprovada em 1960, a ampliação do curso para quatro séries, com estágio obrigatório na terceira série, em um total de 550 horas e a quarta série sendo destinada, apenas, ao Trabalho de Conclusão de Curso, em total de 450 horas.

O curso era dividido em duas etapas: básica e profissionalizante. As disciplinas básicas oferecidas eram: Psicologia, Sociologia, Direito, Ética, Higiene e Medicina Social, Economia, Estatística e Cultura Religiosa. As profissionalizantes: Introdução ao Serviço Social, Serviço Social de Caso, Serviço Social de Grupo, Desenvolvimento e Organização de Comunidade. O objetivo do curso centrava-se em uma boa formação de técnicos qualificados no sentido de ajustar os indivíduos à sociedade.

A partir de 1969, com o curso já inserido na UFJF, o currículo sofreu algumas modificações, como por exemplo, a extinção da disciplina de Higiene e Medicina Social. Nesse momento, os professores iniciaram um processo de reformulação curricular, acompanhando o movimento nacional das escolas de Serviço Social. Implantou-se a Experiência Integrativa dos processos de Serviço Social e do ensino teórico-prático, promovendo o intercâmbio e inter-relação das matérias, tanto no nível básico quanto no nível profissionalizante. O curso passou a ser organizado de maneira

semestral, em um sistema de periodização, sendo metade dele cursado no campus da UFJF. O número de vagas foi ampliado para 50 ao ano, sendo 25 por semestre.

Cumpre destacar que, somente, em 11 de novembro de 1974, por meio da Lei nº. 6.139, a Faculdade de Serviço Social foi oficialmente incorporada à UFJF. Sendo esse um momento de adequações para o curso que precisava, então, se submeter às normas dessa universidade. Foram criados os cargos de coordenador de curso e chefes de departamentos (sendo dois departamentos).

Nessa ocasião, década de 1970, aproximadamente 1977, sentiu-se a necessidade de novas reformas curriculares, vindo ao encontro da Convenção Nacional da ABESS. Em 1982 foi aprovada pelo Conselho Federal de Educação a proposta curricular encaminhada por essa entidade. Em 1983, foi aprovada pelo conselho de ensino e pesquisa da UFJF a reforma curricular do curso de Serviço Social. Essa reforma curricular, tendo por fundamento o movimento de renovação no Serviço Social, a vertente de intenção de ruptura, modifica radicalmente o projeto de formação profissional do curso, acompanhando as mudanças sociais, políticas e econômicas do país e da própria categoria profissional.

Na década de 1990, mais uma vez, em nível local, regional e nacional, os cursos de Serviço Social passam por debates acerca do projeto de formação profissional, em uma tentativa de ajustar a proposta de 1982, culminando com uma proposta de formação profissional, aprovada em Assembleia da ABESS em 1996. Essa proposta foi aprovada pelo Conselho Nacional de Educação em 2001. Dessa forma, o curso de Serviço Social/UFJF formulou seu projeto de formação, fundamentado na proposta aprovada pela categoria, e, em 2003, foram implantadas as novas diretrizes curriculares, que vem sendo aperfeiçoadas, com avaliações constantes.

As novas *Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social*, conhecidas como “Diretrizes Curriculares da ABEPSS, publicadas em 1996, foram construídas para responder ao contexto do “novo” e “inseguro” mundo do trabalho (MATTOSO, 1995), em face da reestruturação do capitalismo, com a passagem do modelo de produção fordista/taylorista para a acumulação flexível; a crise do Estado de bem-estar social e adoção da pauta neoliberal (considerando a particularidade brasileira nesse processo) e; o predomínio do capital mundializado, portador de juro, em detrimento do capital produtivo. Respondem também à LDB – Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9394/96) que rescinde com a lógica do currículo mínimo e municia os cursos de Serviço Social de autonomia na elaboração de seus currículos.

Durante os anos de 1997, 1998 e 1999 aconteceram, internamente, estudos e debates para a implantação das diretrizes curriculares elaboradas pela ABEPSS e aprovadas parcialmente pelo

MEC – Ministério da Educação e Cultura; e em 2003, as novas diretrizes curriculares foram implantadas no curso de Serviço Social da UFJF.

Nesse novo direcionamento, a questão social passou a ser o eixo central e condutor da formação profissional, por serem as suas expressões, o objeto de trabalho do assistente social. A teoria, a história e a metodologia passaram a ser compreendidas como o conjunto dos fundamentos do Serviço Social, pois as diretrizes curriculares apontam para a articulação entre essas três dimensões, superando a fragmentação das tríades presentes nos dois últimos currículos (caso, grupo e comunidade; história, teoria e método).

Com esse novo currículo e essa nova direção social dada à formação profissional do assistente social, a comunidade acadêmica da Faculdade de Serviço Social da UFJF iniciou debates em torno da criação do curso noturno, uma vez que até esse período havia apenas o curso matutino com duas entradas por ano (uma turma no primeiro semestre e outra turma no segundo semestre letivo).

Os debates avançaram e culminaram na aprovação do curso noturno de Serviço Social que vem sendo oferecido desde o segundo semestre de 2010. O curso noturno foi criado com vistas ao atendimento de necessidades de estudantes trabalhadores à formação em Serviço Social¹.

Quando da época de sua criação foram levantados alguns dados importantes que justificaram a sua existência:

Os dados do MEC/INEP/Deaes apresentados na “Sinopse Ensino Superior/2006”, demonstravam que das 4.676.646 matrículas em cursos de graduação presenciais no Brasil, 61% eram feitas no turno noturno. Dessas matrículas em curso noturno, 84% estavam em Instituições Privadas do Ensino Superior.

Em se tratando apenas de matrículas em universidades, o quadro se apresentava, à época da elaboração da proposta de criação do curso noturno, 10 pontos percentuais menos discrepantes: das 2.510.396 matrículas de cursos de graduação presenciais em universidades brasileiras, 51% eram matrículas do turno noturno. Dessas matrículas em curso noturno, 73% estavam em Instituições Privadas do Ensino Superior.

¹ O curso noturno justificou-se em face de uma concepção consensual sobre a necessidade de ampliação de cursos noturnos nas universidades públicas brasileiras, para que se processasse uma maior democratização do ensino superior no país.

Considerando apenas as universidades públicas federais, das 556.231 matrículas de cursos de graduação presenciais, apenas 24% eram matrículas do noturno².

Em Minas Gerais o quadro não era diferente: 90% das matrículas de cursos de graduação presenciais pertenciam às universidades privadas. Das 74.083 matrículas das universidades públicas federais, apenas 26% eram do curso noturno.

Esses dados ilustravam como, em relação à oferta de cursos noturnos, as instituições públicas de ensino superior do Brasil, no geral, e as universidades públicas federais, particularmente, precisavam expandir o turno noturno como forma de ampliar a democratização do acesso ao ensino superior, num quadro social e econômico que exige que a maioria dos jovens trabalhe para se sustentar.

Desde então, a Faculdade de Serviço Social organiza-se com duas entradas de estudantes por ano, sendo, 35 no primeiro semestre na turma do curso diurno e 35 no segundo semestre na turma do curso noturno – totalizando 70 estudantes por ano. Portanto, os cursos, noturno e diurno, desde 2010, possuem entradas alternadas durante o ano, haja vista, a necessidade de ampliação do espaço físico da Faculdade de Serviço Social e de seu corpo docente para que possa ter duas entradas semestrais dos cursos diurno e noturno.

As obras propostas para a ampliação do espaço físico da Faculdade de Serviço Social vêm sendo acompanhadas pelo colegiado de curso que está aguardando a sua execução. No entanto, quanto à ampliação do corpo docente desta unidade não há perspectivas a curto, médio, nem longo prazo.

A implantação do curso noturno traz em si uma série de questões administrativas e acadêmicas que, ainda hoje, precisam ser equacionadas para que ocorra uma ampliação com qualidade, pelo menos mantendo o mesmo nível de ensino e as mesmas condições existentes no desenvolvimento dos cursos diurno e noturno.

Os cursos noturnos na Universidade Federal de Juiz de Fora existem desde o final da década de 1980. A partir de meados da década de 1990 se intensificou o processo de implantação dos mesmos e, desde então, a UFJF teve de enfrentar questões relativas à segurança, transporte, manutenção, serviços de apoio acadêmico, quadro de pessoal, alimentação, além de problemas relacionados à oferta alternada de período, deslocamento interno do aluno, irregularidade na oferta de disciplinas, horário de funcionamento e carência de docentes, para sua efetivação³.

² A título de exemplo da pouca oferta de matrículas do noturno nas instituições públicas do ensino superior, no geral, e nas universidades públicas, particularmente, a proposta do ANDES para vagas no curso noturno para as instituições públicas de ensino superior perfazia um total de 40% das matrículas.

³ Relatório da Comissão constituída através da Portaria da Reitoria da UFJF, Nº 533 de 09/06/1993.

Apesar da UFJF não ter equacionado todas as limitações existentes relativas à implantação do curso noturno, a situação hoje se encontra bem mais adequada para o desenvolvimento de atividades acadêmicas durante a noite.

A preocupação da Faculdade de Serviço Social com a temática data de 1993. No entanto, foi analisada naquele momento, pelo Conselho Departamental, a inviabilidade para a implantação do turno da noite, devido às seguintes considerações: infraestrutura precária da UFJF, quadro docente e técnico-administrativo insuficientes, dificuldades para a efetivação dos estágios obrigatórios⁴.

Em 1999/2000 o tema voltou a ser debatido na Faculdade de Serviço Social. Foram realizadas reuniões com coordenadores de cursos noturnos da UFJF, UERJ e UFRJ, para identificar os desafios existentes para efetivação do curso noturno na UFJF e também levantar dados sobre a situação dos cursos noturnos de Serviço Social existentes em outras universidades públicas.

Nesse período, foi feito, também, um levantamento com os alunos da Faculdade de Serviço Social/UFJF visando identificar se haveria demanda para o turno da noite e para verificar a opinião dos alunos a respeito da abertura do curso noturno. Foi constatado que, de 146 alunos entrevistados, 145 apoiavam a criação do curso noturno e 49% dos alunos gostariam de estudar a noite. No entanto, não houve deliberação a respeito da questão, pois estava em processo de articulação o programa de capacitação docente da Faculdade.

Em 2003 o tema voltou a ser discutido em reunião da Congregação, onde se propôs a divisão das vagas existentes entre os dois turnos, diurno e noturno, criando entradas alternadas nos turnos. No entanto, a questão de infra-estrutura para o funcionamento noturno e, principalmente o fato de, na época, sete professores encontrarem-se em fase de doutoramento, inviabilizaram a continuidade da discussão da questão. No entanto, do ponto de vista político, havia uma tendência mais forte voltada à aprovação do curso noturno, mesmo que tivesse de enfrentar alguns desafios para sua implantação.

Finalmente, em outubro de 2006, após o retorno dos professores que se encontravam em fase de doutoramento, cria-se uma comissão para o estudo de viabilidade do curso noturno. Esta comissão trabalhou efetivamente durante o ano de 2007 e em abril de 2008. Apresentou uma proposta de implantação do curso noturno, a partir da divisão das vagas existentes em dois turnos, implicando, assim, uma estratégia de oferta alternada de turnos (diurno – primeiro semestre; noturno – segundo semestre), ficando o curso noturno para ser implantado no segundo semestre de 2009. Essa proposta foi aprovada pela Congregação da Faculdade de Serviço Social em 27 de maio de 2008.

⁴ Ata do Conselho Departamental da Faculdade de Serviço Social de 16/11/1993.

A estratégia para a implantação do curso noturno na FSS/UFJF teve como princípio fundante a manutenção da qualidade do curso – hoje, considerado pelas avaliações oficiais e por parte dos principais intelectuais da área, como um dos melhores do País.

Nesse sentido, a FSS/UFJF rejeitou qualquer tipo de mecanismo de aligeiramento do curso e/ou que pudesse corroborar com alterações da estrutura universitária sem que houvesse um profundo debate político-pedagógico sobre as diferentes concepções/propostas existentes na sociedade e no mundo acadêmico.

Dessa forma, na medida em que não existem previsões para a ampliação do quadro docente – se pretende manter a estrutura acadêmica vigente e não se submeter a propostas de reordenamento universitário exógeno e não debatidas - que permita, simultaneamente, viabilizar a criação do curso noturno e duplicar as vagas, a FSS/UFJF optou em criar o curso noturno dividindo as vagas existentes, através de entradas alternadas no curso.

Sendo assim, a proposta implantada a partir de 2010 apresenta, para o primeiro semestre letivo, 35 vagas para o curso diurno e, para o segundo semestre letivo, 35 vagas para o curso noturno.

Outro aspecto a ser destacado, relativo à estratégia de implantação do curso noturno, consequência do princípio fundante explicitado acima, diz respeito à grade curricular proposta. A FSS/UFJF, visando garantir a mesma qualidade de formação profissional, manteve a mesma proposta político-pedagógica para os dois turnos, apenas adequando a grade curricular às particularidades do curso noturno, distribuindo-a em 09 semestres letivos.

Vale ressaltar que o projeto pedagógico do curso de Serviço Social em vigor na FSS/UFJF foi implantado em 2003 e sua grade curricular foi revista algumas vezes ao longo de todos esses anos, sendo a última reforma realizada no ano de 2016. Portanto, uma proposta que tem sido avaliada continuamente.

A reforma curricular realizada em 2016 promoveu a criação de disciplinas eletivas; alteração em número de créditos; exclusão de algumas disciplinas e inclusão de outras; alteração de pré-requisitos; criação de correquisitos; e alteração no conteúdo ementário de várias disciplinas. Segundo o RAG (Regimento Acadêmico de Graduação) da UFJF em vigor, Art. 1º, Inciso XXXVII, tratou-se de uma reforma curricular.

Desde então, essas modificações realizadas em nossa proposta curricular vêm sendo monitoradas e avaliadas. As principais estratégias, desde então utilizadas, são as avaliações de discentes e docentes em atividades desenvolvidas na Semana Pedagógica, organizada pela

Coordenação de Graduação e pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), no início de cada semestre letivo.

Com essas atividades de monitoramento e avaliação já no ano de 2017 detectou-se a necessidade de correção/atualização e alteração de alguns elementos do projeto pedagógico do curso de Serviço Social. Assim, no ano de 2018 iniciamos um novo processo de reforma curricular.

Esse processo avançou ao longo dos anos de 2018 e 2019, com profícuos debates realizados nas instâncias colegiadas do curso e com a aprovação de criação de disciplinas, revisão de ementas, alteração de nomes de disciplinas, créditos, entre outras questões. No entanto, essas discussões foram interrompidas no ano de 2020, por conta da pandemia de COVID-19 que suspendeu e, em seguida, reorganizou as atividades acadêmicas da UFJF⁵.

Desse modo, ao longo dos anos de 2020 e 2021 a UFJF organizou todo o seu trabalho de maneira remota, utilizando como principal ferramenta pedagógica para a manutenção dos processos de formação em curso o Ensino Remoto Emergencial.

O retorno das atividades acadêmicas na modalidade presencial na UFJF só ocorreu no início do ano de 2022. Com isso, foram retomadas as discussões sobre a reforma curricular que haviam ficado suspensas.

Outro fator que também impulsionou o retorno dos debates em torno da reforma curricular foi a necessidade de adequação do projeto pedagógico do curso de Serviço Social para o atendimento das exigências postas pela Resolução nº. 7, de 18 de dezembro de 2018 – que estabelece diretrizes para a extensão da educação superior brasileira.

No âmbito da UFJF foi aprovada, pelo Conselho Setorial de Graduação (CONGRAD), em 12 de julho de 2022, a Resolução nº. 75 que estabelece normas para a inserção da extensão nos currículos de graduação desta universidade.

Todos esses processos, então, provocaram as devidas e necessárias alterações curriculares que serão apresentadas a seguir. Entre elas destacamos a criação de novas disciplinas obrigatórias (Oficina de Formação Profissional, Universidade e Sociedade; Introdução ao Pensamento Social; Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social IV; Relações de classe, raça/etnia, gênero e

⁵ Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus denominado SARS-CoV-2 (síndrome respiratória aguda grave coronavírus 2), como pandemia. A rápida disseminação do SARS-CoV-2 entre países e comunidades, resultante da alta transmissibilidade viral, associada à inexistência de vacinas e antivirais específicos eficazes para a prevenção e tratamento da doença, tornou as intervenções não farmacológicas as opções mais eficientes para a mitigação e controle da COVID-19 em nível local e global. Dentre essas intervenções, em nível populacional, foram indicadas as medidas de distanciamento social, cujo termo se refere a esforços que visam a diminuir ou interromper a cadeia de transmissão da doença pelo distanciamento físico entre indivíduos que possam estar infectados e os saudáveis, além de proteger aqueles indivíduos em risco de desenvolver a forma grave da doença. Incluem-se nessas medidas o cancelamento de eventos em massa, fechamento temporário de escolas e locais de trabalho, bloqueio de fronteiras e a recomendação para a população ficar em casa.

sexualidade; Território e Questão Urbana); retirada de algumas disciplinas obrigatórias do currículo tornando-as eletivas (Sociologia: história, temas e atualidade; Psicologia Social; Estatística aplicada às Ciências Sociais; Comunicação Social); alteração de ementa de algumas disciplinas (Serviço Social e Questão Social; Pesquisa Social I; Trabalho e Serviço Social; Subjetividade e Cultura); alteração de nome de disciplina obrigatória (Seminário de trabalho de conclusão de curso I que passa a se chamar Orientação de trabalho de conclusão de curso I); alteração de nome e ementa de disciplina obrigatória (Laboratório de Seguridade Social); alteração de ementa, mudança da condição de disciplina obrigatória para eletiva e diminuição de créditos de 3 para 2 (Laboratório em Áreas de Intervenção I) alteração de nomes de disciplinas eletivas (Tópicos Especiais em Serviço Social para a se chamar Tópicos Especiais I, Tópicos Especiais em Questão Social passa a se chamar Tópicos Especiais II, Tópicos Especiais em Teoria Social passa a se chamar Tópicos Especiais III); criação de disciplinas eletivas (Tópicos Especiais IV, Tópicos Especiais V, Tópicos Especiais VI, Tópicos Especiais VII, Tópicos Especiais VIII, Tópicos Especiais IX, Tópicos Especiais X).

Cabe destacar que todas as mudanças aqui descritas nesse processo de reforma curricular começarão a ser implementadas nos cursos de Serviço Social (diurno e noturno) no ano de 2023, obedecendo à seguinte dinâmica: o novo currículo será implementado na turma que entrar no primeiro ou segundo semestre letivo da UFJF, no curso de Serviço Social, a depender das condições reais para oferta das novas disciplinas (considerando o trabalho do CDARA⁶). Em seguida, seguirá sendo implementado processualmente em cada turma que iniciar um novo semestre, no seu primeiro período letivo da UFJF; e assim por diante.

Portanto, a presente proposta curricular não deve ser implementada junto aos discentes que já se encontram cursando os cursos de Serviço Social da UFJF, diurno e noturno (a não ser que seja desejo do discente realizar a sua migração para este novo currículo). Nossa proposta é que esse novo currículo tenha validade para as turmas que entrarem nos cursos de Serviço Social (diurno e noturno) a partir de 2023.

Dessa forma, seguem abaixo, as especificações mais detalhadas desta reforma curricular do curso de Serviço Social, em consonância com Regimento Acadêmico de Graduação (RAG).

⁶ Coordenadoria de Assuntos e Registros Acadêmicos da UFJF – setor responsável pela operacionalização da criação e alteração das disciplinas no sistema SIGA.

2. O Perfil do Curso de Serviço Social Diurno e Noturno

2.1. Princípios da Formação Profissional

- Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social;
- Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade;
- Estabelecimento das dimensões investigativas e interpretativas como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade;
- Presença da interdisciplinaridade no projeto de formação profissional;
- Indissociabilidade das dimensões de ensino, pesquisa e extensão;
- Exercício do pluralismo como elemento próprio da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas que compõem a produção das ciências humanas e sociais;
- Compreensão da ética como princípio que perpassa toda a formação profissional;
- Necessária indissociação entre supervisão acadêmica e profissional na atividade de estágio de alunos;
- Flexibilidade e dinamicidade dos currículos plenos, expressas na organização de disciplinas e outros componentes curriculares, tais como: oficinas, atividades complementares e estágios.

2.2. Perfil do Bacharel em Serviço Social

- Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para o seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais.
- Profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho.
- Profissional comprometido com os valores e princípios do Código de Ética do Assistente Social.

2.3. Competências e Habilidades

A formação profissional deve viabilizar uma capacitação teórico-metodológica e ético-política, como requisito fundamental para o exercício das atividades técnico-operativas com vistas à:

- Apreensão crítica dos processos sociais numa perspectiva de totalidade;
- Análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país;
- Compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ações contidas na realidade;
- Identificação das demandas presentes na sociedade, visando formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado.

2.4. Currículo do Curso de Serviço Social Diurno e Noturno

Na apresentação do currículo, procuramos adequar as três áreas de Formação Básica, Formação Profissional e Formação Complementar da UFJF à nova lógica proposta pelas Diretrizes Curriculares, que se sustenta no tripé dos conhecimentos constituídos pelos seguintes núcleos de fundamentação da formação profissional:

▪ **Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social**, que compreende um conjunto de fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos para conhecer o ser social, fornecendo os componentes fundamentais para a compreensão da sociedade burguesa, em seu movimento contraditório;

▪ **Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira**, que remete à compreensão dessa sociedade, resguardando as características particulares que presidem a sua formação e desenvolvimento urbano e rural, em suas diversidades regionais e locais. Compreende, ainda, a análise do significado do Serviço Social em seu caráter contraditório, no bojo das relações entre as classes e destas com o Estado, abrangendo as dinâmicas institucionais nas esferas estatais e privadas;

▪ **Núcleo de fundamentos do trabalho profissional**, que compreende todos os elementos constitutivos do Serviço Social como uma especialização do trabalho: sua trajetória histórica,

teórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em Serviço Social e o estágio supervisionado. Tais elementos encontram-se articulados por meio da análise dos fundamentos do Serviço Social e dos processos de trabalho em que se insere, desdobrando-se em conteúdos necessários para capacitar os profissionais aos exercícios de suas funções, resguardando as suas competências específicas normatizadas por lei.

Esta é uma lógica inovadora, que supera as fragmentações do processo de ensino e aprendizagem, abrindo novos caminhos para a construção de conhecimentos como experiência concreta no decorrer da própria formação profissional. Não admite tratamento classificatório, nem autonomia e subsequência entre os núcleos, expressando, ao contrário, diferentes níveis de apreensão da realidade social e profissional, subsidiando a intervenção do Serviço Social. Agrega um conjunto de conhecimentos indissociáveis para apreensão da gênese, manifestações e enfrentamento da questão social, eixo fundante da profissão e articulador dos conteúdos da formação profissional.

Os núcleos englobam, pois, um conjunto de conhecimentos e habilidades que se especifica em matérias, enquanto áreas de conhecimentos necessários à formação profissional. Essas matérias, por sua vez, se desdobram em disciplinas, seminários temáticos, oficinas/laboratórios, atividades complementares e outros componentes curriculares.

3. Sistema de Avaliação do Curso de Serviço Social Diurno e Noturno

Vivenciamos um processo de avaliação continuada (semestral), organizado pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), realizado ao longo das Semanas Pedagógicas da Faculdade de Serviço Social e aprovada em reunião de Congregação, com representação estudantil e de técnicos administrativos. A dinâmica de avaliação realizada reuniu, em diferentes momentos, a comunidade acadêmica que compõem esta unidade de formação para os debates em torno desta reforma curricular. Foram realizadas reuniões pedagógicas, plenárias estudantis, reuniões interdepartamentais e reuniões de Congregação para o amadurecimento das propostas e suas posteriores aprovações.

1 - Objetivos:

- Iniciar o processo de avaliação do novo currículo recém-implantado;
- Identificar pontos de força e impasses nos conteúdos programáticos, sua articulação e pertinência.

2 - Indicadores para Avaliação:

1. Exposição dos programas, bibliografia:
 - a- Objetivos da disciplina;
 - b- Lógica de organização do programa;
 - c- Ênfase na abordagem do campo disciplinar da matéria;
 - d- Bibliografia obrigatória e formas de utilização.
2. Estratégias pedagógicas:
 - a- Recursos didático-pedagógicos utilizados;
 - b- Avaliação: modalidades, frequências, controle de presença dos alunos.
3. Relação Pedagógica:
 - a- Avaliar:
 - Conteúdos que os alunos trazem;
 - Apropriação dos conteúdos;
 - Relações interpessoais entre professores e alunos;
 - Autoridade do professor no processo pedagógico.
4. Outras questões e sugestões de encaminhamentos.

A partir desse processo de avaliação do curso, em 2007 foram realizados pequenos ajustes na grade curricular do mesmo, sendo aprovado em Conselho de Unidade e na CONGRAD em 13/12/2007, e implementado a partir do primeiro semestre de 2008. Em 2013, iniciou-se novo processo de avaliação que culminou nesta reforma curricular.

4. Sistema de avaliação do processo de aprendizagem

O processo de aprendizagem ocorre através dos diversos componentes curriculares ministrados pelos respectivos professores. Desse processo, decorrem instrumentos de avaliações desenvolvidos a partir dos objetivos e ementas dos componentes curriculares, se desdobrando em: provas individuais; provas em grupo; trabalhos individuais; trabalhos em grupo; seminários; síntese de livros e textos, estudos dirigidos, portfólios reflexivos, entre outros. Semestralmente, o corpo docente se reúne para discutir esse processo de ensino e aprendizagem, bem como, o próprio projeto de formação profissional em vigor, conforme explicitado anteriormente.

De acordo com o RAG, Art. 34, “o número e as formas de avaliação devem estar previstos no respectivo plano de curso da disciplina, nos termos do Art.26 deste Regulamento”. Os demais critérios avaliativos estão em consonância com Capítulo IV – Da Avaliação da Aprendizagem – do referido Regimento.

As avaliações das disciplinas de Estágio Obrigatório I, II e III, Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso I e Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso II, serão avaliadas de acordo com as Regulamentações de Trabalho de Conclusão de Curso e de Estágio, apresentados na sequência.

5. Trabalho de Conclusão de Curso

Uma das atividades acadêmicas para obtenção do grau de bacharel em Serviço Social se realiza através do “Trabalho de Conclusão de Curso” (TCC). Esta é uma atividade obrigatória, indispensável e integradora do currículo.

Deve ser entendido como um momento de síntese e expressão da totalidade da formação profissional. É o trabalho no qual o aluno sistematiza o conhecimento resultante de indagações preferencialmente geradas a partir da experiência de estágio.

O Colegiado de Curso aprovou documento normativo para elaboração e avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado a seguir:

Capítulo I – Das Disposições Preliminares:

Art. 1º – O TCC constitui-se numa monografia de caráter obrigatório para fins de graduação no curso de Serviço Social. Sua elaboração obedece às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

§ único – O Trabalho de Conclusão de Curso expressa um momento de síntese do processo de aprendizado, no qual o discente, ou a discente deve demonstrar capacidade crítico-investigativa, correlacionando as dimensões teórico-metodológica, técnico-operativo e ético-política.

Art. 2º – Compete à Coordenação do Curso de Serviço Social

I – implementar a política de TCC do curso de Serviço Social, fazendo cumprir a Política de Prática Acadêmica;

II – encaminhar junto à discente, ou ao discente a discussão sobre definição de temas para TCC.

III – apresentar às discentes, ou aos discentes a disponibilidade de professores orientadores;

IV – acompanhar o processo pedagógico da orientação do TCC

Art. 3º – Compete às chefias dos Departamentos de Fundamentos do Serviço Social e Política de Ação e Serviço Social:

I – alocar, na carga docente dos Departamentos, as atividades de orientação de TCC, após aprovação em reunião de departamento;

II – estruturar e acompanhar as orientações de TCC;

III – apreciar a participação de docentes e profissionais na qualidade de coorientadores do TCC e apresentar a demanda para avaliação na reunião interdepartamental.

Art. 4º – Compete aos TAEs lotados na Secretaria Unificada da faculdade de Serviço Social:

I – receber a documentação de marcação de bancas examinadoras e providenciar equipamentos para a defesa pública, quando solicitado pelas discentes ou pelos discentes;

II – receber a documentação posterior à defesa pública e encaminhar para a biblioteca da Faculdade de Serviço Social.

Art. 5º – Para conclusão do curso de Serviço Social, será obrigatória a aprovação nas disciplinas de Orientação de TCC I com aprovação do projeto de pesquisa, e Orientação de TCC II com aprovação, entrega e a defesa de monografia final, de acordo com o estabelecido nesta Resolução.

Art. 6º – O projeto de pesquisa corresponde à fase em que os autores, ou as autoras sistematizam suas proposições quanto ao conteúdo da monografia a ser elaborada, compreendendo os elementos essenciais sobre os quais demonstram suas preocupações, limitações e expectativas frente ao trabalho a ser desenvolvido.

I – O projeto de pesquisa deve conter:

§1º – Página de rosto: identificação da inserção do projeto na Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social, Departamento de Política de Ação do Serviço Social; nome dos

autores, ou das autoras no caso de realização do TCC em equipe, ou ainda, o nome do autor, ou da autora no caso de realização do TCC individualmente; título; nome da orientadora ou do orientador.

§2º – Justificativa: exposição das razões e fundamentos que justificam a escolha do tema, relacionando-o à sua experiência acadêmica, delimitação do objeto de estudo, apresentando sua relevância e contribuições para o campo específico ao qual está vinculado.

§3º – Referencial teórico: destaque das categorias teóricas que irão fundamentar o trabalho a partir de bibliografia atual, abrangente e pertinente ao estudo do objeto escolhido.

§4º – Objetivo geral e objetivos específicos: especificação dos propósitos do estudo em relação ao objeto.

§5º – Procedimentos metodológicos: descrição do conjunto de técnicas e instrumentos a serem desenvolvidos na investigação do objeto.

§6º – Cronograma: destaque da divisão do trabalho segundo a previsão do tempo para sua elaboração, a partir da organização do mesmo. O cronograma compreende também a elaboração do projeto, a leitura de referências bibliográficas e a apresentação final.

§7º – Referências bibliográficas: indicação dos livros, artigos, leis e documentos que foram utilizados na elaboração do projeto.

Art. 7º – A monografia deve conter:

I – introdução: exposição das razões e fundamentos que justificaram a escolha do tema, relacionando-o à sua experiência acadêmica; caracterização teórico-metodológica com a indicação dos procedimentos metodológicos, além da enunciação dos capítulos e dos referenciais teóricos, categorias e temas que os substantivam;

II – desenvolvimento: descrição teórica sob a forma de capítulos, com argumentação explícita acerca do tema central da pesquisa, apresentando resultados da pesquisa realizada;

III – conclusão: apresentação dos pontos centrais do desenvolvimento, com os impactos da investigação, com fechamento crítico dos autores, ou das autoras.

Capítulo II – Da inscrição:

Art. 8º – Para elaboração do TCC os discentes, ou as discentes, devem matricular em Orientação de TCC I e, posteriormente, em Orientação de TCC II.

§1º – É permitida a inscrição para os discentes, ou as discentes em Orientação de TCC I, desde que tenham cursado as disciplinas que constituem pré-requisitos, a saber: Estágio Obrigatório I e Oficina de Supervisão de Estágio I;

§2º – É permitida a inscrição para os discentes, ou as discentes em Orientação de TCC II, desde que tenham cursado a disciplina Orientação de TCC I, que constitui pré-requisito.

Art. 9º – O TCC será desenvolvido individualmente ou em equipe, com máximo de 03(três) alunos, sendo cada equipe orientada por uma docente ou um docente designado pelas chefias do DPASS/DFUSS, após aprovação do conjunto das docentes ou dos docentes reunidos em reunião interdepartamental.

Capítulo III – Da escolha e definição do tema:

Art. 10º – O tema do TCC será de escolha dos discentes, ou das discentes e deriva de sua experiência acadêmica.

Art. 11º – O DPASS obterá junto aos professores as suas indicações de áreas temáticas de estudo, obedecendo à seguinte ordem: a) concentração de estudos; b) aproximação de estudos temáticos e c) possibilidades de interesse de estudo.

Art. 12º- Os discentes, ou as discentes farão a indicação de 3 (três) docentes para sua futura orientação em ordem prioritária de interesse.

Art. 13º – A chefia do DPASS fará a designação de orientadora ou de orientador, após levantamento dos interesses de tema e sugestão de orientadora ou de orientador feitos pelos discentes e pelas discentes, bem como área de estudo, carga horária disponível e interesse acadêmico das docentes ou dos docentes, após aprovação em reunião de departamento.

Parágrafo único – A distribuição dos discentes e das discentes entre as docentes ou os docentes, obedecerá, dentro do possível, as preferências discentes, compatibilizadas com os itens do Artigo 10º e disponibilidade de carga horária das docentes ou dos docentes.

Capítulo IV – Da elaboração do projeto e da monografia:

Art. 14º – Em caso de incompatibilidade entre orientandas ou orientandos e orientadora ou orientador/orientadoras ou orientadores, as partes deverão formalizar por escrito tal situação, apontando os motivos. As chefias dos departamentos providenciarão a designação de nova orientadora ou novo orientador consultando o conjunto das docentes ou dos docentes em reunião interdepartamental.

Art. 15º – As bancas examinadoras serão definidas pela orientadora ou pelo orientador em conjunto com o orientando ou a orientanda ou, ainda, os orientandos ou as orientandas, com a seguinte composição:

I – projeto de TCC: a orientadora ou o orientador e um membro convidado;

II – monografia: a orientadora ou o orientador e dois membros convidados.

Parágrafo único – Na condição de membro convidado admite-se a participação de docentes da Faculdade de Serviço Social, de demais unidades da UFJF, bem como de outras instituições de

ensino superior e/ou profissionais com saber acumulado na área temática da monografia a ser avaliada, resguardada a titulação mínima de especialista.

Art. 16º – Admite-se a situação de coorientação, a partir de solicitação por escrito à Coordenação do Curso que encaminhará sua aprovação para o conjunto das docentes ou dos docentes em reunião interdepartamental.

§1º– A atividade de coorientação não se constitui vínculo com a Faculdade de Serviço Social/UFJF.

§2º– Não se constituem coorientadoras ou coorientadores docentes vinculados à Faculdade de Serviço Social/UFJF.

§3º– Estão habilitados na condição de coorientadoras ou de coorientadores docentes que possuem ou possuíram vínculos com demais unidades da UFJF, bem como profissionais que possuam experiência acumulada na área do TCC a ser orientado.

§4º– As coorientadoras ou os coorientadores terão, na banca examinadora, direito a voz e não substitui nem a orientadora ou o orientador, nem os demais membros que compõem a banca.

Capítulo V – Dos deveres do orientador ou da orientadora:

Art. 17º– Durante o processo de orientação cabe às orientadoras ou os orientadores:

I – admitir a orientação de acadêmicas ou acadêmicas em número compatível com sua disponibilidade, após aprovação do conjunto das docentes ou dos docentes reunidos em reunião de departamento.

II – conhecer integralmente esta Resolução e as orientações para normatização de trabalhos acadêmicos da ABNT;

III – reservar horário semanal para atendimento de orientando ou a orientanda, ou ainda as orientandas ou os orientandos, com uso de FAE;

IV – auxiliar na seleção do tema da monografia e indicar bibliografia pertinente;

V – participar da banca examinadora do projeto e da monografia na condição de presidente, entregar as folhas de avaliação às discentes ou os discentes na data de realização da defesa pública devendo zelar pelo cumprimento das normas e prazos estipulados e lançar conceito na FAE;

VI – incluir em seu plano de trabalho a orientação de monografia na proporção de 2(duas) horas por trabalho.

Capítulo VI – Dos deveres do orientando ou a orientanda:

Art. 18º – Durante o processo de elaboração do projeto e da monografia cabe às discentes ou os discentes:

I – observar os avisos e cronogramas divulgados;

II – respeitar os prazos determinados pela chefia do DPASS para entrega dos projetos e depósito da monografia;

III – conhecer, integralmente, esta Resolução e as orientações para normalização de trabalhos acadêmicos da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) vigentes;

IV – apresentar-se à orientadora ou o orientador, conforme agenda previamente determinada (encontros semanais);

V – respeitar o cronograma de desenvolvimento dos trabalhos;

VI – entregar o projeto ao orientador para análise e correção;

VII – sugerir ao orientador a composição da banca examinadora;

VIII – indicar, junto ao apoio administrativo, a data e local de apresentação do projeto ou monografia, os nomes dos membros da banca, bem como solicitar equipamentos caso necessário, após definição conjunta com a orientadora ou o orientador.

IX – providenciar a documentação posterior à defesa pública do TCC conforme Artigo 19º, incisos I e II dessa Resolução.

§1º – O desrespeito às regras estabelecidas poderá implicar em reprovação da monografia pela banca examinadora;

§ 2º– Quando o segundo membro pertencer à outra Unidade ou Instituição de Ensino Superior, o orientando/a orientanda assume a total responsabilidade pela entrega de seu exemplar no prazo estipulado.

Capítulo VII – Da avaliação do TCC:

Art. 19º – Quando a monografia estiver em condições de ser submetida à apreciação de banca examinadora e, seguindo o calendário determinado pelo DPASS, seu conteúdo deve ser depositado da seguinte forma:

I – a entrega do projeto de TCC impresso em 2 (dois) volumes, encadernados em espiral, para os membros da banca examinadora com prazo de no mínimo 5 (cinco) dias úteis previamente à data agendada para defesa;

II – a entrega da monografia impressa em 3 (três) volumes para os membros da banca examinadora, encadernados em espiral, com prazo de no mínimo 7 (sete) dias úteis, previamente a data agendada para defesa.

Art. 20º – As bancas deverão ser realizadas em até 10 (dez) dias antes da finalização do semestre letivo.

Art. 21º – O lançamento do conceito final no SIGA está condicionado à entrega de toda documentação exigida em até 72 horas após a realização das bancas.

§ 1º - No caso de Orientação de Trabalho de Conclusão I, constituem documentos a serem entregues: a) folha de aprovação da banca examinadora.

§ 2º - No caso de Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso II, constituem como documentos a serem entregues: uma cópia em versão digitalizada em PDF, constando a folha de aprovação da banca examinadora e a ficha catalográfica gerada no site da biblioteca; também deve ser entregue a ficha de autorização para divulgação em meio digital, preenchida e assinada.

Art. 22º – A avaliação do projeto e da monografia obedecerá aos seguintes procedimentos:

I – apresentação oral em sessão aberta, observando a candidata ou o candidato o tempo de 15 (quinze) minutos para TCC I e 20 (vinte) minutos para TCC II, prorrogável a critério da orientadora ou do orientador para exposição;

II – a avaliação pela banca examinadora, facultado o tempo a cada membro, determinado pela presidência e considerando a apresentação em 1(uma) hora prorrogável, a critério da orientadora ou do orientador;

III – a avaliação será baseada nos seguintes critérios:

§ 1º – Cumprimento das exigências formais de estruturação do projeto e da monografia;

§ 2º – Clareza na exposição do conteúdo, segundo normas ortográficas da língua portuguesa e da ABNT, bem como atualidade, abrangência e pertinência da bibliografia utilizada;

§ 3º – Articulação entre objeto, objetivos, problematização teórica e procedimentos metodológicos articulados à fundamentação teórica.

IV – Após análise da banca serão atribuídos aos trabalhos, as referências “APR” (aprovada ou aprovado) ou “REP” (reprovada ou reprovado) ou ainda, caso os mesmos não tenham sido finalizados, provisoriamente “SC” (Sem Conceito), conforme Artigo 30 inciso II parágrafo único do Regulamento Acadêmico da Graduação (Resolução nº 13/2014, de 6 de fevereiro de 2014).

§ 1º– Serão permitidas, inclusive em situações de aprovação, alterações que incorporem sugestões da banca examinadora na versão final do TCC. Nesse caso, tal incorporação será também acompanhada pelo orientador ou pela orientadora.

§ 2º – As docentes ou os docentes têm o prazo máximo de 6 (seis) meses para a substituição do lançamento “SC” (sem conceito); não o fazendo este lançamento é substituído por REP (reprovado), conforme Artigo 33 parágrafo 5º do Regulamento Acadêmico da Graduação (Resolução nº 13/2014, de 6 de fevereiro de 2014).

Art. 23º – Cabe pedido de recurso do conceito atribuído ao TCC nos termos do Artigo 36 do Regulamento Acadêmico da Graduação (Resolução nº 13/2014, de 6 de fevereiro de 2014).

Capítulo VIII – Das declarações:

Art. 24º – O Departamento de Política de Ação do Serviço Social conferirá declarações de:

I – orientação, presidência de banca e participação em banca examinadora.

Parágrafo único – O apoio administrativo entregará a declaração ao docente mediante recibo arquivado em livro que deverá ser aberto com este fim.

Capítulo IX– Da divulgação do TCC:

Art. 25º – Os projetos e monografias elaborados ficarão disponíveis no repositório eletrônico da UFJF.

Art. 26º – O título, resumo, autoras ou autores e ano de publicação dos TCC's aprovados serão publicizados no sítio eletrônico da Faculdade de Serviço Social, após autorização expressa dos seus autores.

6. Estágio Obrigatório

O projeto de formação profissional vigente na Faculdade de Serviço Social tem o ensino teórico-prático como transversal a todo currículo. Para tanto, as diretrizes curriculares se sustentam nos conhecimentos constituídos pelos seguintes núcleos de fundamentação da formação profissional: Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da vida social; Núcleos de Fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional. O núcleo de fundamentos do trabalho profissional perpassa os demais núcleos, ou seja, os dois primeiros núcleos também se voltam para o trabalho profissional. Esses núcleos são considerados como indissociáveis entre si em uma relação de horizontalidade entre os mesmos, expressando “níveis diferenciados de apreensão da realidade social e profissional, subsidiando a intervenção do Serviço Social” (ABESS/CDEPSS, 1997, p. 64).

É importante ressaltar que tais núcleos representam uma nova lógica curricular em que, “a formação profissional constitui-se de uma totalidade de conhecimentos que estão expressos nestes três núcleos, contextualizados historicamente e manifestos em suas particularidades” (ABESS/CEDEPSS, 1997, p. 63), sendo, portanto, considerados como eixos articuladores da formação pretendida, desdobrando-se em áreas de conhecimento, assim, os componentes curriculares, disciplinas, atividades complementares e atividades indispensáveis, integradoras do currículo devem ser originados desses núcleos, ou seja, toda proposta curricular encontra-se estruturada a partir desses núcleos temáticos, os quais “articulam um conjunto de conhecimentos

e habilidades necessário à qualificação profissional dos assistentes sociais na atualidade” (IAMAMOTO, 1998, p. 71).

Tais núcleos detêm a possibilidade de instrumentalizar o assistente social para a intervenção profissional, sendo que, o núcleo de fundamentos do trabalho profissional é considerado central nas diretrizes curriculares, e os demais se direcionam a ele complementando-o e reforçando-o, pois para uma intervenção com competência faz-se necessário a compreensão do significado social da profissão.

Em outros termos, há uma indicação de que o ensino teórico-prático deve ocorrer necessariamente nos três eixos. É nesse contexto que se insere o Estágio Supervisionado, como um dos elementos de destaque desse ensino da prática, apesar de não ser o único.

Nesse sentido, a Política Nacional de Estágio, aprovada no âmbito da ABEPSS em 2009, e a resolução do CFESS número 533/2008, são hoje os documentos que orientam a implementação dos estágios nas unidades acadêmicas de Serviço Social.

O Estágio Supervisionado é uma das atividades curriculares obrigatórias, indispensáveis e integradoras do currículo. Configura-se a partir da inserção do aluno no espaço socioinstitucional, objetivando capacitá-lo para o exercício profissional, o que pressupõe supervisão sistemática.

De acordo com os documentos referenciados acima, a abertura de campos de estágio é responsabilidade das unidades acadêmicas. Na Faculdade de Serviço Social esse processo é coordenado pela Comissão Orientadora do Estágio (COE) responsável pelo acompanhamento do estágio e pela avaliação do processo em sua totalidade.

A COE é uma instância regulamentada no Regime Acadêmico da Graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora e foi implementada integralmente, na FSS, no ano de 2007. Esta comissão é presidida por um professor, o qual exerce o papel de Coordenador do Estágio na Faculdade de Serviço Social.

O processo de inserção dos discentes no Estágio Obrigatório é de responsabilidade da Coordenação do Estágio da Faculdade de Serviço Social que promoverá a divulgação e a apresentação dos campos com vagas e coordenará o processo seletivo, sendo que ao supervisor de campo caberá a definição da modalidade de seleção e a definição do estagiário para o campo.

A supervisão do estágio será efetivada cotidianamente pelo professor supervisor acadêmico através das disciplinas Oficina de Supervisão de Estágio I (FSS037 – 03 créditos), Oficina de Supervisão de Estágio II (FSS038 – 03 créditos) e Oficina de Supervisão de Estágio III (FSS039 –

03 créditos) realizadas semanalmente na Faculdade de Serviço Social e pelo assistente social, supervisor de campo, vinculado à organização/instituição.

As Oficinas de Supervisão de Estágio I, II e III devem ser, obrigatoriamente, ministradas por docente com formação em Serviço Social. As mesmas serão realizadas no turno em que o discente se encontra matriculado. Portanto, os discentes do curso diurno terão estas disciplinas no horário da manhã e os discentes do curso noturno as realizarão no turno noturno.

Integra as Oficinas de Supervisão de Estágio a modalidade denominada “Oficina Integrada”. Esta deve ser realizada com a presença dos supervisores de campo, ao longo do semestre letivo, totalizando, no máximo duas oficinas. Essas “Oficinas Integradas” podem ser realizadas por turma (por área temática e, nesse caso, convocada pelo supervisor acadêmico, em acordo com os supervisores de campo) ou coletivamente (reunindo todos os supervisores acadêmicos e supervisores de campo da FSS/UFJF).

Outra modalidade de Oficina de Supervisão de Estágio refere-se às “Oficinas Temáticas”, que devem ser organizadas no âmbito da COE e envolvem todos os supervisores acadêmicos e de campo, bem como todos os alunos em período de estágio.

A COE pode, ainda, estimular a realização de “Oficinas Itinerantes” – a serem realizadas nos campos de estágio; e as “Oficinas Intertemáticas” – propiciando o debate entre turmas de estágio de áreas distintas, por meio de atividades coletivas, cujo tema seja transversal a essas áreas.

Destacando que essas várias modalidades de oficina: integrada, itinerante, temática e intertemática podem ser organizadas e realizadas no horário da tarde, se for do interesse dos participantes visando o maior alcance possível do seu público-alvo.

A supervisão de campo caracteriza-se pela inserção e acompanhamento do estagiário, realizada pelo assistente social, através do diálogo, da reflexão, da sistematização, referenciadas e fundamentadas pelo Plano de Estágio elaborado em conjunto pelo supervisor de campo, pelo supervisor acadêmico e pelo estagiário do campo. O Plano de Estágio deve ser retomado e reelaborado a cada semestre observando os diferentes níveis de estágio e propondo diferentes atividades para potencializar o amadurecimento do estagiário no campo.

A carga horária total mínima do Estágio Obrigatório é de 510 horas, distribuídas em três semestres, sendo 170 horas mínimas para o Estágio Obrigatório I (FSS055), 170 horas mínimas para o Estágio Obrigatório II (FSS056) e 170 horas mínimas para o Estágio Obrigatório III (FSS057).

O Estágio terá início no sétimo período do curso de Serviço Social, continuando no oitavo e nono períodos respectivamente no Estágio Obrigatório II e III.

A matrícula no Estágio Obrigatório I, II ou III requer a matrícula simultânea na Oficina de Supervisão de Estágio I, II ou III.

As etapas de inserção no estágio I são as seguintes: primeiramente há a realização de uma atividade pedagógica de apresentação das configurações do estágio na FSS/UFJF, chamado Seminário “Passos para o Estágio” (esse seminário é realizado através de módulos que se operacionalizam por meio de oficinas realizadas com os alunos do 6º período, há mais ou menos um mês para o final do semestre); divulgação e apresentação dos campos de estágio com vagas disponíveis; divulgação e realização do processo seletivo que é organizado e coordenado pela própria supervisora de campo.

O discente poderá realizar uma troca de estágio, necessariamente, na passagem do Estágio Obrigatório I para o Estágio Obrigatório II, mediante avaliação do supervisor acadêmico e parecer da COE, salvo em situações excepcionais que serão analisadas no âmbito da COE. Do Estágio Obrigatório II para o Estágio Obrigatório III não é permitida a troca de campo de estágio (salvo situações excepcionais que serão avaliadas no âmbito da COE).

Também em situações de exceção, será permitida, mediante aprovação no âmbito da COE, a realização de estágio em período de férias, conforme as normas vigentes para a realização do estágio na Faculdade de Serviço Social e conforme o Regimento Acadêmico da Graduação da UFJF.

Em relação aos estágios cuja inserção ocorrer em municípios vizinhos e/ou considerando a distância e a necessidade de deslocamento do discente para a realização do estágio será permitida aos discentes matriculados no Estágio Obrigatório I, II ou III, a concentração da carga horária em dois dias da semana, totalizando no máximo 6 horas/dia (12 horas semanais) sem prejuízo para as atividades acadêmicas, considerando a redução de disciplinas nos últimos períodos do curso.

A Faculdade de Serviço Social prioriza o estágio obrigatório e a efetivação do estágio não obrigatório dependerá, necessariamente, da aprovação da COE, em situações de exceção, cuja possibilidade de conversão do estágio não obrigatório, em curto prazo, em estágio obrigatório seja plausível. Sendo assim, a Faculdade de Serviço Social RESOLVE:

Art. 1º. – O Estágio Supervisionado em Serviço Social constitui atividade obrigatória do currículo pleno do curso de Serviço Social.

Art. 2º. – Para efeito dessa Resolução, considera-se estágio obrigatório o estabelecido na Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008; nas diretrizes curriculares da ABEPSS – considerando o parecer CNE/CES nº. 492/2001, homologado pelo Ministério de Estado da Educação em 09/07/2001 e consubstanciado na Resolução CNE/CES 15/2002, publicada no Diário Oficial da União em 09/04/2002, que aprovou as diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social –; na Resolução no. 533 do Conselho Federal de Serviço Social publicada em 29 de setembro de 2008; na Política Nacional de Estágio aprovada pela ABEPSS em 2009; e na Resolução 115 de 2014 que dispõe sobre a constituição e as funções da COE no âmbito da UFJF.

Art. 3º. – O curso de Serviço Social, em seu projeto pedagógico, descreve as diretrizes norteadoras da Política de Estágio no âmbito da Faculdade de Serviço Social.

Parágrafo Único – Os requisitos para inserção no Estágio Obrigatório I supõem a conclusão e aprovação dos discentes nas disciplinas de Ética e Serviço Social, e Trabalho e Serviço Social.

Art. 4º. – O Estágio Obrigatório exige o cumprimento mínimo de 510 (quinhentas e dez) horas, distribuídas nos três últimos períodos do curso, respectivamente, 7º., 8º. e 9º. períodos, sendo:

I – Estágio Obrigatório I - 170 (cento e setenta) horas;

II – Estágio Obrigatório II - 170 (cento e setenta) horas;

III – Estágio Obrigatório III - 170 (cento e setenta) horas.

Parágrafo 1º. – A carga horária referente a este artigo será cumprida no decorrer do semestre letivo e corresponde à carga horária semanal mínima de 12 horas.

Parágrafo 2º. – A carga horária semanal mínima de 12 horas deverá ser exercida, preferencialmente, em três dias no campo de estágio (sendo 04 horas por dia).

Parágrafo 3º. – A carga horária semestral poderá exceder às 170 horas semestrais, estando limitada às 30 horas semanais.

Parágrafo 4º. – As solicitações de estágio não obrigatório constituir-se-ão em condições excepcionais, a serem avaliadas no âmbito da COE.

Art. 5º. – O Estágio Obrigatório poderá ser realizado nos seguintes campos:

I – Campos Internos: aqueles oferecidos pelas Unidades Acadêmicas, Órgãos ou Serviços da Universidade;

II– Campos Externos: aqueles oferecidos por organizações públicas, privadas, não governamentais.

Parágrafo 1º. – A abertura de campos de estágio pressupõe a observância da Lei de Regulamentação da Profissão de Serviço Social (Lei 8.662/93), a Resolução no. 533 de 29/09/08 do CFESS, a Política Nacional de Estágio da ABEPSS, bem como da legislação federal sobre estágios para estudantes (Lei 11.788/08).

Parágrafo 2º. – O processo de abertura de campos de estágio envolve os seguintes procedimentos:

- I – A existência do profissional de Serviço Social na organização/instituição;
- II – A solicitação de abertura de campo de estágio, elaborada através de ofício endereçado à Comissão Orientadora de Estágio (COE) da Faculdade de Serviço Social, indicando as atividades a serem realizadas pelo (a) estagiário (a), o assistente social supervisor do campo e as condições do estágio.
- III – A supervisão direta de um assistente social sobre as atividades realizadas pelo (a) estagiário (a).

Parágrafo 3º. – O Estágio vinculado aos campos internos e externos, conforme disposto acima, pode constituir-se enquanto atividade de extensão, sem prejuízo para a particularidade da inserção sócio-institucional que caracteriza o estágio.

Art.6º. – Na Faculdade de Serviço Social/UFJF o estágio é acompanhado através da Comissão Orientadora de Estágio e da Coordenação do Estágio.

Parágrafo 1º. A Comissão Orientadora de Estágio da Faculdade de Serviço Social é composta pelo (a) professor (a) coordenador (a) do curso de Serviço Social, pelo (a) professor (a) coordenador (a) de estágio na Faculdade de Serviço Social, pelos (as) professores (as) designados (as) pela Faculdade de Serviço Social como supervisores (as) acadêmicos (as), por um (a) estagiário (a) representante dos demais e por um (a) assistente social representante dos supervisores de campos de estágio.

Parágrafo 2º. A coordenação do estágio é designada no âmbito da Comissão Orientadora de Estágio.

Art. 7º. – Compete à Comissão Orientadora de Estágio:

- I – O acompanhamento permanente da política de estágio na Faculdade de Serviço Social;
- II – A definição e avaliação sobre os processos de abertura e fechamento de convênios para inserção de estagiários;
- III – O acompanhamento sistemático sobre as questões gerais quanto à inserção dos (as) estagiários (as) nos diferentes campos de estágio;

IV – A organização do calendário de Oficinas Temáticas e das Oficinas Integradas, bem como indicação de realização de Oficinas Intertemáticas e Itinerantes;

V – A avaliação pedagógica constante sobre o estágio e os instrumentos de acompanhamento e avaliação utilizados pelos supervisores de campo e acadêmico.

Parágrafo único. A Comissão Orientadora de Estágio da Faculdade de Serviço Social deverá reunir-se, no mínimo, uma vez por mês.

Art. 8º. – Compete à Coordenação do Estágio da Faculdade de Serviço Social:

I – Coordenar o processo de inserção dos alunos nos campos de estágio existentes, conforme prescrição da política de estágio da Faculdade;

II – Acompanhar os estagiários no conjunto do Estágio Obrigatório I, II e III.

III – Manter contato com os órgãos de direção a que estiverem afetos os campos de estágio e com os demais profissionais que neles atuarem;

IV – Comunicar para o conjunto dos professores da Faculdade as questões/problemas referentes à inserção dos alunos nos campos de estágio, no intuito de promover o debate e a elaboração de respostas teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas no campo da formação acadêmica.

V – Convocar as reuniões da Comissão Orientadora de Estágio da Faculdade de Serviço Social.

Art. 9º. – O estágio obrigatório contará com a supervisão acadêmica de professores (as) da Faculdade de Serviço Social, através das disciplinas Oficina de Supervisão de Estágio I, II, III, organizadas por áreas temáticas que serão coordenadas pelos (as) professores (as) assistentes sociais da Faculdade de Serviço Social, designados (as) como supervisores (as) acadêmicos (as).

Art. 10º. – Compete ao professor supervisor acadêmico:

I – Elaborar e acompanhar a implementação do Plano de Estágio, juntamente com os estagiários e os assistentes sociais supervisores do campo de estágio, de acordo com os objetivos pedagógicos e com as demandas específicas da organização/instituição, assegurando a distribuição equitativa de carga horária discente por todo o período letivo;

II – Acompanhar a inserção dos estagiários nos respectivos campos e orientá-los de acordo com a política de estágio do curso de Serviço Social;

III – Avaliar e atribuir nota aos estagiários;

IV – Observar e divulgar os princípios do Código de Ética Profissional do Assistente Social; V – Coordenar as oficinas de supervisão integrada, na qual participam os assistentes sociais supervisores de campos de estágio;

VI – Organizar outras modalidades de oficinas, quando julgar pertinente, como Oficinas Intertemáticas e Oficinas Itinerantes, envolvendo, também, os supervisores de campo, quando possível;

VII – Investir no estudo da área temática, contribuindo para a compreensão das problemáticas vinculadas à intervenção profissional e para a construção de respostas teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas no âmbito da formação acadêmica.

Art. 11º. – Os (as) discentes serão acompanhados (as) e supervisionados (as) em sua inserção no campo de estágio pelo (a) assistente social, designado (a) como supervisor (a) de campo pela organização/instituição.

Art. 12º. – Compete ao Assistente Social supervisor de campo:

I – Apresentar o campo de estágio com vaga(s) aos discentes habilitados à inserção no estágio;

II – Realizar a seleção do (as) estagiários (as) para a(s) vaga(s) disponíveis;

III – Elaborar o Plano de Estágio, em conjunto com o (a) supervisor (a) acadêmico (a) e com os (as) discentes, designando as atividades que serão desenvolvidas pelos (as) estagiários (as);

IV – Inserir o aluno no campo de estágio, de acordo com as atividades prescritas no plano de estágio;

V – Acompanhar o desenvolvimento do estagiário, avaliar o processo de aprendizagem, juntamente com professor supervisor acadêmico, zelando pela conduta ética do (a) estagiário (a);

VI – Participar das oficinas de supervisão integradas, temáticas, itinerantes e das atividades de capacitação promovidas pela Faculdade de Serviço Social;

VII – Realizar reuniões periódicas com o (as) estagiário (as) a fim de refletir sobre o trabalho realizado.

Parágrafo único – A inserção dos discentes nos campos de estágio será realizada através de processo seletivo a ser definido pelo (a) assistente social supervisor (a) do campo, podendo ter participação do (a) supervisor (a) acadêmico (a).

Art. 13º. – Os (as) discentes deverão matricular-se semestralmente e simultaneamente nas disciplinas “Estágio Obrigatório” e “Oficina de Supervisão de Estágio” I, II ou III, respectivamente à sua inserção acadêmica no 7º., 8º. e 9º. períodos do Curso.

Art. 14º. – Compete ao (à) estagiário (a):

I – Participar da elaboração do plano de estágio com o supervisor de campo e o supervisor acadêmico;

II – Desempenhar com responsabilidade as atividades a ele designadas no Plano de Estágio; III

– Participar, semanalmente, das oficinas de supervisão acadêmica e das atividades a ela referidas;

IV – Apresentar, ao final de cada período letivo, o relatório de estágio, elaborado segundo as diretrizes da COE, o qual será avaliado pelo supervisor acadêmico;

V – Atender às normas e ao regimento interno da instituição na qual estiver estagiando;

VI – Observar os princípios do Código de Ética Profissional do Assistente Social.

Art. 15º. – Será aprovado (a) em Estágio Obrigatório o (a) discente que obtiver, no mínimo, média igual a 60 (sessenta) ao final do período letivo e cumprir, no mínimo, as 170 horas semestrais previstas.

Parágrafo Único: a ausência no campo de estágio só poderá acontecer mediante justificativa do discente ou nas situações previstas na Lei 11.788/08, destacando-se a liberação para o período de provas a ser acordada com antecedência entre o (a) estagiário (a) e o (a) supervisor

(a) de campo.

Art. 16º. – O discente poderá requerer, *apenas em condição de excepcionalidade*, a realização de estágio em período de férias, sendo observadas as condições expostas no RAG/UFJF e na política de estágio da FSS. Segundo o RAG/UFJF “o estágio pode ser desenvolvido fora do período letivo regular, desde que previsto no PPC e no Regulamento da COE, devendo a documentação requerida ser apresentada e a matrícula ser efetivada antes do início do estágio”. E “somente é permitida a quebra dos pré-requisitos de até 2 (duas) disciplinas quando estiver faltando à discente ou ao discente menos do que 20% (vinte por cento) da carga horária para a integralização do seu curso.”

Parágrafo 1º. Apenas o estágio II pode ser realizado em período de férias, sendo os estágios I e III, obrigatoriamente, realizados em período letivo, acompanhando o calendário acadêmico da UFJF.

Parágrafo 2º. Essa modalidade de estágio poderá ocorrer somente no período de férias após o encerramento do segundo semestre do ano letivo.

Parágrafo 3º. A solicitação de realização de estágio em período de férias deve ser feita pelo (a) estagiário (a), apresentando à Coordenação de Estágio os seguintes documentos:

I – Avaliação e parecer dos supervisores de campo e acadêmico (assinados e carimbados);

II – Avaliação e parecer da Coordenação de Curso (assinado e carimbado);

III – Declaração com a justificativa de sua solicitação.

Parágrafo 4º. Cabe à Coordenação de Estágio levar a solicitação do (a) estagiário (a) para a reunião da COE, instância onde a situação deve ser avaliada e deliberada.

Art. 17º. – Na avaliação do (a) estagiário (a), além do relatório final, o (a) supervisor (a) acadêmico (a) levará em conta os seguintes critérios:

- I – assiduidade;
- II – participação no estágio;
- III – habilidade argumentativa;
- IV – postura investigativa;
- V – responsabilidade;
- VI – aprendizado teórico-metodológico e técnico-operativo;
- VII – conduta ética.

Art. 18º. – A Comissão Orientadora de Estágio disporá sobre os casos omissos nestas Normas.

Art. 19º. - Estas Normas entrarão em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

7. Atividades Curriculares de Extensão (ACE)

A extensão universitária é uma das dimensões da graduação e tem se apresentado como um desafio à formação em Serviço Social na atualidade, uma vez que se põe a obrigatoriedade do cumprimento da Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014 - que aprova o Plano Nacional de Educação 2014-2024. Este processo tem sido denominado de “curricularização da extensão” e determina que o/a discente cumpra ao longo da sua graduação 10% do total da carga horária em ações extensionistas.

Destacamos a importância de que a graduação seja oferecida com qualidade a partir da efetiva articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, e socialmente referenciada e alinhada aos legítimos interesses da classe trabalhadora materializando no âmbito da formação acadêmica o exposto e defendido no projeto ético-político profissional dos/as assistentes sociais.

Partindo desses princípios de ancorados na Resolução nº 75, de 12 de julho de 2022 – aprovada pelo CONGRAD/UFJF, a comunidade acadêmica da Faculdade de Serviço Social, após longos e profícuos debates constituiu a sua Comissão de Acompanhamento das Atividades Curriculares de Extensão (CAEX), cuja composição se dará por meio do colegiado composto por

todos os docentes e técnico-administrativos que sejam coordenadores de programas ou projetos de extensão; um docente representante dos professores que estiverem ministrando disciplinas de caráter extensionista a cada semestre; o coordenador de graduação do curso de Serviço Social; representação estudantil por meio de participação de discente da gestão do Diretório Acadêmico; corpo técnico-administrativo da Casa Helenira Preta – o centro de extensão da Faculdade de Serviço Social da UFJF.

Em nossa nova proposta curricular, o curso de Serviço Social terá um total de 3000 horas, sendo 300 horas (10%) dedicadas às atividades curriculares de extensão (ACE). Dentre elas, a Faculdade de Serviço Social irá reconhecer as seguintes modalidades: programa, projeto, cursos e oficinas, e eventos – conforme descritos na Resolução 75/2022 do CONGRAD/UFJF. A Faculdade de Serviço Social definiu em seu Colegiado de Curso não adotar a modalidade de prestação de serviço como extensão.

A Faculdade de Serviço Social irá adotar como principal estratégia para o cumprimento desta carga horária de extensão a modalidade de disciplina extensionista, compreendendo a mesma como “atividade acadêmica de extensão, com conteúdo programático composto por objetivos e resultados esperados, metodologia e avaliação próprias à atividade extensionista, colocadas em plano específico, a ser desenvolvida em um período letivo, de acordo com a quantidade de horas propostas” – segundo Resolução 75/2022 do CONGRAD/UFJF.

Na nova grade curricular construída neste processo de reforma, as disciplinas que terão caráter extensionista serão: Questão Social e Desigualdades Sócio territoriais; Oficina de Formação Profissional, Universidade e Sociedade; Classes e Movimentos Sociais I, II e III; Trabalho e Serviço Social; Laboratório de Seguridade Social; Relações de classe, raça/etnia, gênero e sexualidade; Território e Questão Urbana; Gestão Social e Planejamento (disciplinas obrigatórias); e Laboratórios de Área de Intervenção (disciplinas eletivas) – totalizando 255 horas.

O trâmite para a aprovação destas disciplinas em caráter extensionista é o seguinte: elas devem ser aprovadas pelos departamentos da Faculdade de Serviço Social e encaminhadas à CAEX; a CAEX, por sua vez, deve avaliar a proposta destas disciplinas extensionistas considerando os projetos de extensão a elas vinculados (verificando a pertinência da ação de extensão, seu caráter extensionista e a vinculação com a temática central da disciplina em questão); depois elas devem ser encaminhadas para a PROEX (para aprovação e registro).

As 45 horas restantes para a totalização das 300 necessárias ao curso de Serviço Social, no que se refere ao componente curricular de extensão para cada discente, deverão ser cumpridas por

meio das diversas modalidades de ACE, sob supervisão da CAEX, preferencialmente até o 5º período do curso.

8. Flexibilização Curricular

O curso tem, como um de seus princípios e diretrizes, assumir a pesquisa como um elemento transversal à formação profissional e assumir a integração entre as dimensões de ensino, pesquisa e extensão. Desta forma, os alunos são incentivados a participarem de projetos de pesquisa, extensão, monitoria, treinamento profissional e eventos pertinentes ao curso. Estas atividades complementares, por serem indissociáveis do ensino, podem ser creditadas através do componente curricular “Seminário Integrado de Pesquisa e Prática Acadêmica I e II”, bem como Atividades Acadêmicas Complementares (AAC).

Essas compõem a nova estrutura curricular como Atividades Acadêmicas Curriculares Optativas da Área de Formação Complementar. Além dos componentes curriculares de caráter obrigatório, a saber: disciplinas, monografia de conclusão de curso, estágio curricular e atividades curriculares de extensão.

Em consonância com a resolução 018/2002 – CONGRAD são aceitas como AAC (Atividades Acadêmicas Complementares) as seguintes atividades realizadas pelos discentes: iniciação à docência, à pesquisa ou à extensão; participação em eventos como ouvintes e/ou apresentadores de trabalho e/ou organização: congressos, seminários, encontros, colóquios, simpósios; cursos de curta duração dentro das áreas temáticas pertinentes ao Serviço Social; estágios não obrigatórios; representação no movimento estudantil; entre outras. As disciplinas elencadas como eletivas, também podem ser computadas como optativas depois do discente ter atingido a carga horária mínima estabelecida para o cômputo de eletivas – que no atual currículo é de 240 horas.

9. Estrutura Curricular do Curso de Serviço Social Diurno e Noturno

Neste item apresentamos: (1) Quadro de Disciplinas Segundo os Núcleos de Fundamentação; (2) Quadros de Disciplinas Eletivas segundo as áreas de formação; (3) Quadro de Atividades Curriculares Optativas; (4) Quadros Sínteses da Reforma Curricular do Curso de Serviço Social Diurno e Noturno; (5) Currículos dos Cursos de Serviço Social Diurno e Noturno.

9.1. Disciplinas Segundo os Núcleos de Fundamentação

Núcleos		Disciplina	Carga Horária (horas)	Obrigatória ou Eletiva
NÚCLEOS	Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social	Introdução ao Pensamento Social	30	Obrigatória
		Introdução à Ciência Política	60	Obrigatória
		Subjetividade e Cultura	60	Obrigatória
		Pensamento Social I	60	Obrigatória
		Pensamento Social II	60	Obrigatória
		Tópicos Especiais I	60	Eletiva
		Tópicos Especiais II	60	Eletiva
		Tópicos Especiais VI	30	Eletiva
		Tópicos Especiais VII	30	Eletiva
	Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira	Pensamento Social III	60	Obrigatória
		Economia Brasileira	60	Obrigatória
		Formação Sócio-Histórica do Brasil Contemporâneo	60	Obrigatória
		Política Social	60	Obrigatória
		Política de Seguridade Social I	60	Obrigatória
		Política de Seguridade Social II	45	Obrigatória
		Gestão Social e Planejamento	60	Obrigatória
		Questão Social e Desigualdades Sócio Territoriais	60	Obrigatória
		Território e Questão Urbana	60	Obrigatória
		Classes e Movimentos Sociais I	60	Obrigatória
		Classes e Movimentos Sociais II	60	Obrigatória
		Classes e Movimentos Sociais III	60	Obrigatória
		Relações de classe, raça/etnia, gênero e sexualidade	60	Obrigatória
		Tópicos Especiais III	60	Eletiva
		Tópicos Especiais VIII	30	Eletiva
	Núcleo de fundamentos do trabalho profissional	Oficina de Formação Profissional, Universidade e Sociedade	30	Obrigatória
		Serviço Social e Questão Social	60	Obrigatória
		Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social I	60	Obrigatória
		Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social II	60	Obrigatória
		Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social III	60	Obrigatória
		Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social IV	60	Obrigatória
		Trabalho e Serviço Social	60	Obrigatória
		Oficina de Trabalho Profissional I	45	Obrigatória
		Oficina de Trabalho Profissional II	45	Obrigatória
		Oficina de Trabalho Profissional III	45	Obrigatória
		Pesquisa Social I	60	Obrigatória
		Pesquisa Social II	45	Obrigatória
		Ética e Serviço Social	60	Obrigatória
		Estágio Obrigatório I	170	Obrigatória
		Estágio Obrigatório II	170	Obrigatória
		Estágio Obrigatório III	170	Obrigatória
	Núcleo de fundamentos do	Oficina de Supervisão de Estágio I	45	Obrigatória
		Oficina de Supervisão de Estágio II	45	Obrigatória
		Oficina de Supervisão de Estágio III	45	Obrigatória

trabalho profissional	Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso I	30	Obrigatória
	Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso II	30	Obrigatória
	Prática de Gêneros Acadêmicos	60	Obrigatória
	Tópicos Especiais IV	60	Eletiva
	Tópicos Especiais V	60	Eletiva
	Tópicos Especiais IX	30	Eletiva
	Tópicos Especiais X	30	Eletiva
	Laboratório de Seguridade Social	45	Obrigatória
	Laboratório em Áreas de Intervenção I	30	Eletiva
	Laboratório em Áreas de Intervenção II	30	Eletiva
	Laboratório em Áreas de Intervenção III	30	Eletiva
	Laboratório em Áreas de Intervenção IV	30	Eletiva
	Laboratório em Áreas de Intervenção V	30	Eletiva
	Laboratório em Áreas de Intervenção VI	30	Eletiva
	Laboratório em Áreas de Intervenção VII	30	Eletiva
	Laboratório em Áreas de Intervenção VIII	30	Eletiva
	Laboratório em Áreas de Intervenção IX	30	Eletiva
	Laboratório em Áreas de Intervenção X	30	Eletiva
	Seminário Integrado de Pesquisa e Prática Acadêmica I	30	Eletiva
	Seminário Integrado de Pesquisa e Prática Acadêmica II	30	Eletiva

9.2. Disciplinas Eletivas

Disciplinas – Área de Formação Básica	Carga Horária (horas)
Antropologia Brasileira – CSO123	60
Antropologia da Religião I – CRE030	60
Antropologia Filosófica – FIL006	60
Artes e Ofícios dos Saberes Tradicionais – BOT069	60
Comunicação e Expressão Escrita I – CEA134	60
Comunicação e Expressão Escrita II – CEA035	60
Comunicação e Expressão Oral – CEA004	60
Comunicação Social – CEA021	60
Correntes Filosóficas II – FIL048	60
Economia – ECO034	60
Educação e Diversidade II – EDU061	60
Espanhol Instrumental I – UNI007	60
Espanhol Instrumental II – UNI008	60
Espanhol Instrumental III – UNI009	60
Estado e Sociedade na Teoria Política Contemporânea: repensando conceitos centrais – CSO105	60
Estatística Aplicada às Ciências Sociais – EST014	60
Estratificação, grupos e poder – CSO099	60
Estruturação do Espaço de Minas Gerais – GEO130	60
Família e Educação – EDU120	60
Filosofia da Religião I – CRE040	60
Filosofia Política – FIL052	60
Filosofia Social – FIL023	60
Francês Instrumental I – UNI004	60

Francês Instrumental II – UNI005	60
Francês Instrumental III – UNI006	60
Geografia Agrária – GEO081	60
Geografia da População – GEO080	60
História da África – HIS147	60
História de Minas Gerais – HIS061	60
História do Brasil República I – HIS081	60
História do Brasil República II – HIS084	60
História do Brasil República III – HIS138	60
Indivíduo, Cultura e Sociedade – CSO101	60
Instituições de Direito – DPM064	60
Introdução à Antropologia – CSO093	60
Introdução à Economia – ECP006	60
Introdução à Economia II – ECO033	60
Italiano Instrumental I – UNI010	60
Italiano Instrumental II – UNI011	60
Italiano Instrumental III – UNI012	60
Latim Instrumental I – UNI013	60
Latim Instrumental II – UNI014	60
Libras I – LEM185	60
Libras II – LEM187	60
Língua Inglesa Instrumental I – UNI001	60
Língua Inglesa Instrumental II – UNI002	60
Língua Inglesa Instrumental III – UNI003	60
Políticas Públicas Educacionais – ADE055	60
Políticas Públicas e Sociedade – CSO143	60
Práticas Integradoras – FSS053	60
Práticas Textuais – EDU035	60
Psicologia da Saúde – PSI188	60
Psicologia da Sexualidade e Estudos de Gênero – PSI215	60
Psicologia e Saúde – PSI061	60
Psicologia e Saúde nas Instituições – PSI192	60
Psicologia Social I – PSI018	60
Psicologia Social III – PSI043	60
Seminário do Direito da Criança e do Adolescente – DPF024	60
Sociedade, economia, instituições, diálogos – CSO102	60
Sociologia da Saúde – CSO073	60
Sociologia: história, temas e atualidades – CSO098	60
Temas atuais em Psicologia da Saúde III – PSI250	60
Temas atuais em Psicologia do Desenvolvimento e Educacional – PSI217	60
Temas atuais em Processos Psicossociais III – PSI247	60
Teoria do Conhecimento I – FIL010	60
Teoria Política Contemporânea – CSO109	60
Trabalho e Educação – EDU071	60

Disciplinas – Área de Formação Complementar	Carga Horária (horas)
Introdução à Computação – DCC016	60
Seminário Integrado de Pesquisa e Prática Acadêmica I – FSS048	30
Seminário Integrado de Pesquisa e Prática Acadêmica II – FSS049	30
Tópicos Especiais I – A ser definido pelo CDARA	60
Tópicos Especiais II – A ser definido pelo CDARA	60
Tópicos Especiais III – A ser definido pelo CDARA	60
Tópicos Especiais IV – A ser definido pelo CDARA	60

Tópicos Especiais V – A ser definido pelo CDARA	60
Tópicos Especiais VI – A ser definido pelo CDARA	30
Tópicos Especiais VII – A ser definido pelo CDARA	30
Tópicos Especiais VIII – A ser definido pelo CDARA	30
Tópicos Especiais IX – A ser definido pelo CDARA	30
Tópicos Especiais X – A ser definido pelo CDARA	30

Disciplinas – Área de Formação Profissional	Carga Horária (horas)
Laboratório em Áreas de Intervenção I – A ser definido pelo CDARA	30
Laboratório em Áreas de Intervenção II – ASS036	30
Laboratório em Áreas de Intervenção III – ASS037	30
Laboratório em Áreas de Intervenção IV – ASS038	30
Laboratório em Áreas de Intervenção V – ASS039	30
Laboratório em Áreas de Intervenção VI – ASS040	30
Laboratório em Áreas de Intervenção VII – ASS041	30
Laboratório em Áreas de Intervenção VIII – A ser definido pelo CDARA	30
Laboratório em Áreas de Intervenção IX – A ser definido pelo CDARA	30
Laboratório em Áreas de Intervenção X – A ser definido pelo CDARA	30
Estágio Não Obrigatório – FSS058	20

9.3. Atividades Curriculares Optativas

Atividade Curricular Optativa	Carga Horária (horas)
Participação de projetos de pesquisa, extensão, monitoria	Variável
Participação em treinamento profissional	Variável
Cursos de curta duração dentro das áreas temáticas pertinentes ao Serviço Social	Variável
Estágios não obrigatórios	Variável
Participação em Eventos como ouvintes e/ou apresentadores de trabalho e/ou organização: Congressos, seminários, encontros, colóquios, simpósios	Variável
Disciplinas de outros cursos oferecidas pela UFJF	Variável
Disciplinas de outros cursos oferecidas por outra Instituição de Ensino Superior, de acordo com o inciso II, do Art. 27 do RAG.	Variável

OBS: Cargas horárias definidas segundo RAG/UFJF – ver anexo 1.

OFERTA DE ATIVIDADES CONSTANTES DA MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DIURNO E NOTURNO	
Disciplinas Obrigatórias	2025 horas
Disciplinas Eletivas	240 horas
Atividades Curriculares Optativas	180 horas
Estágio Obrigatório	510 horas
Atividades Curriculares de Extensão	45 horas
Total de Carga Horária	3000 horas

9.4. Sínteses da Reforma Curricular do Curso de Serviço Social Diurno e Noturno

9.4.1. Alteração do Nome da Disciplina

Código	Nome Antigo	Nome Novo
ASS048	Laboratório em Áreas de Intervenção I	Laboratório de Seguridade Social
ASS042	Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso I	Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso I

9.4.2. Exclusão de Disciplina da Grade (obrigatórias)

Disciplina	Código
Sociologia: história, temas e atualidades	CSO098
Psicologia Social I	PSI018
Estatística Aplicada às Ciências Sociais	EST014
Comunicação Social	CEA021

9.4.3. Criação de Disciplina

Disciplina	Ementa	Código	Carga Horária	Eletiva/Obrigatória
Oficina de Formação Profissional, Universidade e Sociedade	A política educacional da Universidade Brasileira e a UFJF. O projeto de formação profissional da Faculdade de Serviço Social e seu desdobramento no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão. O mercado de trabalho e o exercício profissional em Juiz de Fora e região. Essa disciplina tem caráter extensionista e parte da sua carga horária será computada como Atividade Curricular de Extensão por meio da sua vinculação a um projeto de extensão articulado à temática central da disciplina, a qual seja: a relação entre universidade e sociedade.	A ser definido pelo CDARA	30	Obrigatória
Introdução ao Pensamento Social	Sociabilidade burguesa e a questão da razão. Durkheim e os fundamentos da sociologia funcionalista. O pensamento conservador. A obra de Émile Durkheim: divisão do trabalho social, solidariedade social e as regras do método sociológico. Introdução à ciência da ação social. O pensamento de Max Weber e sua repercussão na Sociologia: os tipos ideais.	A ser definido pelo CDARA	30	Obrigatória

Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social IV	Os desafios do século XXI postos ao Serviço Social. As principais tendências teórico-metodológicas presentes na profissão. Os distintos projetos profissionais em disputa no cenário contemporâneo. O projeto profissional crítico e seus desafios na contemporaneidade. A importância das dimensões investigativa e formativa para a construção de um trabalho profissional crítico do assistente social.	A ser definido pelo CDARA	60	Obrigatória
Relações de Classe, Raça/Etnia, Gênero e Sexualidade	Apresentar os principais fundamentos no campo dos estudos de gênero, sexualidade e raça/etnia, a partir do debate nas Ciências Sociais e Humanas, em geral e, particularmente, no Serviço Social. Problematicar a interface desse debate contemporâneo com as lutas organizadas pelos sujeitos e movimentos sociais na garantia de políticas e direitos, como expressão das relações sociais de exploração/opressão/dominação no contexto do Estado capitalista. Elucidar as respostas do Estado brasileiro para essas expressões da questão social, a partir da esfera da gestão pública das políticas sociais para os respectivos sujeitos sociais (mulheres, LGBTQIA+ e população negra). Essa disciplina tem caráter extensionista e parte da sua carga horária será computada como Atividade Curricular de Extensão por meio da sua vinculação a um projeto de extensão articulado à temática central da disciplina, a qual seja: raça/etnia, gênero e sexualidade.	A ser definido pelo CDARA	60	Obrigatória
Território e Questão Urbana	A questão urbana no Brasil: a constituição do espaço urbano em questão social. A produção das desigualdades e segregações socioespaciais. Estado e sociedade frente às questões urbanas. Movimentos sociais urbanos. Intervenção do Serviço Social. Essa disciplina tem caráter extensionista e parte da sua carga horária será computada como Atividade Curricular de Extensão por meio da sua vinculação a um projeto de extensão articulado à temática central da disciplina, a qual seja: questão urbana.	A ser definido pelo CDARA	60	Obrigatória

9.4.4. Histórico das Alterações de Ementas

DISCIPLINA	MUDANÇAS PROPOSTAS	NOVA EMENTA
Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social I	As emergências da questão social no Brasil e do Serviço Social brasileiro (seguindo a lógica da ementa) devem ser abordadas a partir da particularidade do capitalismo brasileiro. A partir dessa lógica, compreender a influência franco-belga e as bases doutrinárias nas quais se assentam a emergência do Serviço Social brasileiro, bem como a influência norte-americana, principalmente a partir do Segundo pós-guerra, ressaltando a direção do projeto conservador em ambas as influências. O texto fundamental é o do Raul de Carvalho. Necessidade de ajuste do conteúdo e da ementa. Ementa e conteúdo muito extensos. Passar o conteúdo de Serviço Social na Europa e EUA para a disciplina de Serviço Social e Questão Social.	A institucionalização do Serviço Social no contexto do capitalismo tardio até a Segunda Guerra: emergência da questão social no Brasil; formas de enfrentamento do Estado brasileiro em suas relações com as classes sociais; a ação social da Igreja; a emergência e institucionalização do Serviço Social; formação do mercado de trabalho do assistente social; modelos de intervenção profissional. Análise crítica das influências teórico-metodológicas e as formas de intervenção construídas pela profissão.
Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social II	Incorporou o antigo conteúdo Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social III. Abrange o processo de renovação do Serviço Social brasileiro, sem desvincular a abordagem crítica do Desenvolvimento de Comunidade ao tratar da “erosão do Serviço Social tradicional no Brasil. Da mesma forma, o Movimento de Reconceitualização na América Latina deve ser tratado, criticamente, a partir da “erosão do Serviço Social Tradicional na América Latina”, apontando a particularidade dos demais países latino-americanos. O conteúdo deve abordar as três vertentes: “perspectiva modernizadora”, “reatualização do conservadorismo” e “intenção de ruptura”. Há necessidade de ajustes na redação e organização da ementa.	O processo de renovação do Serviço Social no Brasil: momentos, características, direções e tendências. As três vertentes da renovação: “perspectiva modernizadora”, “reatualização do conservadorismo” e “intenção de ruptura”. A perspectiva de modernização conservadora: Araxá e Teresópolis. A perspectiva de atualização do conservadorismo. A intenção de ruptura: bases sócio-históricas, a emergência (BH) e a consolidação. A interlocução com a tradição marxista. No contexto das Lutas sociais e mudanças societárias: bases da crise do Serviço Social Tradicional no Brasil e América Latina nos anos de 1960. Movimento de Reconceitualização na América Latina. As novas configurações da questão social na consolidação do monopolismo sob a autocracia burguesa no Brasil.

Fundamentos Teórico-metodológicos do Serviço Social III	Compreenderá a renovação do Serviço Social brasileiro a partir da “perspectiva intenção de ruptura”, com ênfase na produção teórica. Nesse momento, o livro <i>Relações Sociais e Serviço Social no Brasil</i>, segundo capítulo, primeira parte, será trabalhado pela disciplina, como a produção que é “um divisor de águas” entre o Serviço Social tradicional e o renovado. A disciplina contemplará ainda, a produção dos anos 1980 até a contemporaneidade. Falta discutir o que será priorizado nesta produção teórica a partir dos anos 80 (como a profissão tematiza a realidade? Debates contemporâneos da profissão? Perspectivas contemporâneas de análise da própria profissão?). Há uma lacuna na discussão de Estado, sociedade e lutas sociais após a década de 1990, bem como o Serviço Social na atualidade.	A consolidação da ruptura com o Serviço Social tradicional no âmbito da produção acadêmica na década de 1980: a apreensão e análise do significado sócio-histórico da profissão; alterações no debate sobre o Estado e as políticas sociais; referências teóricas para a atuação profissional. O debate sobre a profissão na década de 1990: transformações societárias e Serviço Social; mudanças no mercado de trabalho; diretrizes curriculares para a formação acadêmica e consolidação da ruptura no âmbito jurídico-normativo.
Pensamento Social I	Na avaliação passada foi sugerida a inclusão do Capítulo I de “O Capital”, sob a forma de estudo dirigido. Agora, avalia-se que esta discussão é densa, para o respectivo momento da formação, no segundo período. Sugere-se, como alternativa de trato deste conteúdo, o livro sobre Economia Política de J.P. Netto e de M. Brás, para, em seguida, após o estudo das principais categorias, identificá-las no Capítulo I d’O Capital, a partir de uma leitura comentada. Retirar desta disciplina o debate sobre “Estado e Revolução”. O conteúdo de Questão social e fundo público (que hoje é tratado na disciplina, de forma ilustrativa) deve ser discutido em Política Social, onde deve aparecer de maneira mais densa e consistente.	O processo de conhecimento e análise da realidade em Marx: o materialismo histórico-dialético. O movimento da realidade e o movimento do pensamento: a construção das categorias. Totalidade, contradições e mediações: a dinâmica do universal, particular e singular. A crítica da economia política em Marx. O processo de produção e reprodução das relações sociais: trabalho e sociabilidade. O modo de produção capitalista: mercadoria, lei do valor, produção de mais-valia. Lei geral da acumulação capitalista. Lei tendencial da queda da taxa de lucro. Crises e contradições do capitalismo.
Pensamento Social II	Atualmente, a partir de acerto entre os professores de Pensamento I e II, o livro de J.P. Netto e M. Brás é utilizado integralmente pelas disciplinas PSI e PSII. Indica-se o destaque ao tema “Reestruturação produtiva e questão social”. Propõe-se a retirada do termo “crise da sociedade do trabalho”, bem como o acréscimo de “capitalismo contemporâneo e questão social”. Tal mudança pressupõe elaboração de nova ementa	O processo de produção das relações sociais: trabalho e sociabilidade. A abordagem marxista sobre o trabalho na sociedade capitalista. As formas históricas de organização e gestão do processo de trabalho na consolidação do capitalismo. A contemporaneidade das relações sociais capitalista e a questão social.

Pensamento Social III	A ementa está adequada aos objetivos propostos e responde a uma necessidade fundamental da formação profissional do assistente social, ao exercitar, a partir da análise de pensadores brasileiros, a análise da realidade brasileira a partir de uma perspectiva crítica. Propõe-se a retirada da ementa da perspectiva de análise do pensamento social conservador, em razão do tempo e das prioridades. Propõe-se também a inversão de períodos com a disciplina Subjetividade e Cultura, pois o conteúdo da mesma ajudaria na compreensão do pensamento social brasileiro	As formulações de corte conservador e crítico dos pensadores brasileiros acerca de: classes sociais no Brasil; cultura e identidade nacional; questão social e projeto popular no Brasil (autores: Florestan Fernandes, Chico de Oliveira, A Bosi, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freire, Josué de Castro, Caio Prado, Milton Santos, M. Chauí, O. Ianni).
Política Social	Articular o debate acerca da questão social, a configuração do Estado e a constituição do fundo público como determinações centrais para o debate das políticas sociais. O debate sobre neoliberalismo e a conjuntura atual deve ser fortalecido, assim como a discussão teórica sobre cidadania	Estado e o complexo do direito no capitalismo: lutas sociais e a construção da cidadania. Capitalismo Monopolista, questão social e as políticas sociais. Fundo público e o desenvolvimento das políticas sociais. Construção e crise do Estado de Bem-Estar Social na Europa. Concepções de cidadania e as tipologias do <i>welfare state</i> . A reestruturação do capitalismo e a configuração das políticas sociais públicas no contexto neoliberal. A particularidade do capitalismo dependente e as políticas sociais nos países latino-americanos.
Questão Social e Desigualdades Sócio-Territoriais	Corroboram-se as sugestões apontadas anteriormente, inclusive a mudança do nome da disciplina (Questão Social e Desigualdades Sócio- Territoriais). Na mesma esteira, a abordagem teórica acerca da concepção e debate contemporâneo da questão social fica a cargo desta disciplina. Há necessidade de inclusão na ementa o caráter extensionista da disciplina.	Acumulação capitalista e questão social. As relações entre o Estado e a sociedade no capitalismo tardio e suas refrações na questão social. A questão social na sociedade brasileira: processos sociais, indicadores socioeconômicos e expressões contemporâneas. Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais: principais determinantes e políticas de enfrentamento da questão social (atribuir maior visibilidade ao desenvolvimento regional e local). Essa disciplina tem caráter extensionista e parte da sua carga horária será computada como Atividade Curricular de Extensão por meio da sua vinculação a um projeto de extensão articulado à temática central da disciplina, a qual seja: desigualdades sócio territoriais.

Classes e Movimentos Sociais I	Incorporar o conteúdo do debate sobre Estado e revolução em Marx e Gramsci e sobre a questão do partido. Propõe discutir a organização dos Assistentes Sociais. Há necessidade de inclusão na ementa o caráter extensionista da disciplina.	A constituição das classes sociais e das lutas entre classes no modo de produção capitalista. Estado, Sociedade Civil e a perspectiva revolucionária na tradição marxista. As organizações coletivas clássicas dos trabalhadores: o partido e o sindicato. Concepção, estrutura e práticas sindicais no Brasil. A organização sindical dos Assistentes Sociais brasileiros. Essa disciplina tem caráter extensionista e parte da sua carga horária será computada como Atividade Curricular de Extensão por meio da sua vinculação a um projeto de extensão articulado à temática central da disciplina, a qual seja: organizações sindicais e/ou partidárias.
Classes e Movimentos Sociais II	Supressão do conteúdo dos Conselhos de Direito (a ser tratado em Gestão Social) e da temática ONGs (prestadoras de serviços – a ser tratado também em Gestão). Necessidade de incluir a discussão da relação e da intervenção do Serviço Social com os movimentos sociais. Incluir discussão de Gramsci sobre sociedade civil e hegemonia. Há necessidade de inclusão na ementa o caráter extensionista da disciplina.	Sociedade civil e hegemonia na teoria gramsciana. A questão social e o desenvolvimento histórico das lutas de classe na realidade brasileira. O debate dos chamados ‘novos’ movimentos sociais. Movimentos sociais no cenário nacional: perspectivas teóricas e ideó-políticas. A relação entre Serviço Social e os processos de mobilização e organização popular. Essa disciplina tem caráter extensionista e parte da sua carga horária será computada como Atividade Curricular de Extensão por meio da sua vinculação a um projeto de extensão articulado à temática central da disciplina, a qual seja: movimentos sociais e/ou populares da atualidade.
Classes e Movimentos Sociais III	Há necessidade de inclusão na ementa o caráter extensionista da disciplina.	A questão agrária como categoria de análise para o conhecimento científico: abordagens a partir da economia política. A questão agrária no Brasil e as lutas sociais no campo. A constituição dos sujeitos coletivos em luta na Questão Agrária brasileira. Serviço Social e Questão Agrária. Essa disciplina tem caráter extensionista e parte da sua carga horária será computada como Atividade Curricular de Extensão por meio da sua vinculação a um projeto de extensão articulado à temática central da disciplina, a qual seja: movimentos sociais ligados à questão agrária.

Gestão Social e Planejamento	Mudar o foco, tratando como objetivo central a gestão da esfera pública. Indica-se que Rodrigo Souza Filho faça a proposição de ementa, a partir do redirecionamento que foi realizado na disciplina de Gestão da grade do Mestrado. Propõe-se tratar a questão dos Conselhos de Direitos e das ONGs prestadoras de serviços. Há necessidade de inclusão na ementa o caráter extensionista da disciplina.	Concepção de Gestão social enquanto gestão pública democrática de políticas sociais. Estado e burocracia na dinâmica da gestão. Origem e desenvolvimento da administração pública brasileira. O projeto gerencialista para a gestão social: crítica e alternativas. As funções direção e organização numa perspectiva democrática. Gestão pública e as organizações da sociedade civil: tendências e contra tendências na formulação (conselhos gestores) e execução (parcerias) de políticas sociais. Essa disciplina tem caráter extensionista e parte da sua carga horária será computada como Atividade Curricular de Extensão por meio da sua vinculação a um projeto de extensão articulado à temática central da disciplina, a qual seja: a gestão das políticas sociais.
Política de Seguridade Social I	Relação entre a ementa de Política Social e Seguridade Social I tem consonância e repetição. As questões gerais e os fundamentos ficaram em Política social. Na Seguridade Social, ficariam a discussão sobre o Brasil e a relação entre economia política e seguridade; questão social e política social	Desenvolvimento do capitalismo brasileiro e a constituição das políticas sociais. “Cidadania regulada” e “cidadania invertida”: marcos da estruturação das políticas sociais (previdência social e assistência social) no Brasil. Consolidação da fase monopólica do capitalismo brasileiro e a modernização conservadora no campo das políticas sociais: a “americanização perversa” da seguridade social. A Constituição Federal de 1988 e a concepção de cidadania e seguridade social: os casos da previdência e assistência social. Neoliberalismo e seus impactos na seguridade social brasileira: contrarreforma previdenciária e o mito da assistência social.
Política de Seguridade Social II	Esta disciplina não foi avaliada em nenhum momento, pois no primeiro a professora tinha sido contratada recentemente e, atualmente, a professora responsável não pôde comparecer à semana Acadêmica. Verificar a sobreposição de conteúdos com Laboratório I. Apesar disso, o grupo propõe: que a disciplina não trate da questão do desenvolvimento das políticas sociais brasileiras de Seguridade, que ficaria a cargo de Política de Seguridade I.	Estado brasileiro e seguridade social. A construção histórica da política de saúde: os modelos tecno-assistenciais. Saúde e cidadania. A reforma sanitária e o Sistema Único de Saúde: modelo de atenção, gerenciamento, financiamento e controle social. A mercantilização da saúde. Movimentos Sociais e lutas pela saúde pública na atualidade.
Serviço Social e Questão Social	Necessidade de reestruturar a disciplina. Mais condição de trabalhar a QS e sua relação com o SS (disciplina mais teórica). Pensar a questão do trabalho profissional em oficina ou seminário. Recuperação do caráter introdutório da disciplina. Recuperar ementa que Alexandra trabalhou em 2002.	O Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho. Questão social, direitos sociais e Serviço Social. Expansão do capitalismo monopolista e o surgimento do Serviço Social na Europa e nos Estados Unidos. As formas de expressão e enfrentamento da questão social na América Latina, particularmente no Brasil.

Oficina de Trabalho Profissional I	Existe a necessidade de ajuste na ementa. As propostas foram construídas pelos docentes que ministraram a mesma nos últimos anos e debatidas em reuniões colegiadas.	O fazer profissional do assistente social e sua relação com as dimensões técnico-operativa, teórico-metodológica, ético-política, investigativa e formativa. Os elementos constitutivos da dimensão técnico-operativa na trajetória da profissão. Instrumentos que perpassam a historiografia da profissão. Experiências de utilização de instrumentos.
Oficina de Trabalho Profissional II	Existe a necessidade de ajuste na ementa. As propostas foram construídas pelos docentes que ministraram a mesma nos últimos anos e debatidas em reuniões colegiadas.	O espaço institucional como produto das relações sociais. Relações de poder, hegemonia e resistência na dinâmica institucional. Análise de conjuntura na interseção com o desvelamento da dinâmica institucional. Elementos de análise institucional: correlação de forças, alianças, processos de negociação, socialização de informação e o fazer profissional. Produção de análise institucional na qual desenvolvem o estágio.
Oficina de Trabalho Profissional III	Há necessidade de ajuste na ementa. As funções gerenciais de planejamento, avaliação e a questão orçamentária. Planejamento estratégico participativo: concepção e metodologia. Avaliação e monitoramento de políticas, Programas e Projetos Sociais. Pesquisa avaliativa e a construção de indicadores.	Metodologias de planejamento e ação profissional. Gestão e avaliação de políticas e serviços sociais: orçamento participativo e alternativas de gestão. Elaboração, coordenação, execução e avaliação de programas e projetos institucionais na área de políticas públicas. Assessoria, consultoria e supervisão a programas e projetos sociais. Parcerias e terceirização no âmbito dos serviços sociais públicos e privados.
Laboratório de Seguridade Social	Alteração de ementa e conteúdo Discutir o trabalho do assistente social na Seguridade Social. Inserir na grade do diurno e noturno após as disciplinas de política de seguridade I e II. Há necessidade de inclusão na ementa o caráter extensionista da disciplina.	A conjuntura atual da seguridade social no Brasil e os impactos sobre o trabalho do assistente social. Especificidades do trabalho do assistente social nas políticas de seguridade social: previdência, assistência social e saúde. Interdisciplinaridade, trabalho em equipe, identidade profissional, ética, lutas e desafios para a categoria profissional. Essa disciplina tem caráter extensionista e parte da sua carga horária será computada como Atividade Curricular de Extensão por meio da sua vinculação a um projeto de extensão articulado à temática central da disciplina, a qual seja: o trabalho profissional do assistente social na Seguridade Social.
Estágio Obrigatório I	Na ementa anterior estava posto a elaboração de projeto de invenção, mas essa atividade os discentes só desenvolvem de maneira concomitante à realização do Estágio Obrigatório II.	Desenvolvimento de habilidades com relação a: compreensão das políticas sociais específicas da realidade profissional; caracterização da população usuária, estudo de demandas e realização de análise institucional.

Trabalho e Serviço Social	Com a criação da disciplina de Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social IV, faz-se necessário repensar e reorganizar a ementa da disciplina de Trabalho e Serviço Social. O foco deve ser o debate da condição assalariada do assistente social (debate de Iamamoto/2007) e os espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social. Há necessidade de inclusão na ementa o caráter extensionista da disciplina.	Principais configurações do exercício profissional no contexto da reestruturação produtiva. A análise do Serviço Social enquanto uma especialização do trabalho coletivo; o estatuto assalariado do exercício profissional e projeto ético-político; a autonomia relativa profissional. A qualificação da questão social, sendo suas múltiplas expressões, vivenciadas pelos sujeitos sociais, objeto do trabalho do assistente social. O mercado e as novas condições e relações de trabalho. Demandas, requisições, competências e atribuições do assistente social. Essa disciplina tem caráter extensionista e parte da sua carga horária será computada como Atividade Curricular de Extensão por meio da sua vinculação a um projeto de extensão articulado à temática central da disciplina, a qual seja: trabalho profissional do assistente social.
Subjetividade e Cultura	Houve consenso sobre a mudança na disciplina de Psicologia Social – que deixa de ser obrigatória no novo currículo e passa a ser eletiva. Com isso, há a necessidade do adensamento do debate sobre a subjetividade	A contribuição do pensamento marxista acerca da cultura. Cultura, subjetividade e a crítica do indivíduo na sociabilidade burguesa. Pós-modernidade: análise e crítica da lógica cultural do capitalismo contemporâneo. O atual debate cultural: localismo, globalismo, multiculturalismo, hibridismo e identidade cultural. Reflexos deste debate na formação das subjetividades coletivas.

9.4.5. Alteração do Número de Créditos

Disciplina	Carga Horária Atual	Carga Horária Proposta	Código	Eletiva/Obrigatória
Pesquisa Social I	3	4	FSS046	Obrigatória
Pesquisa Social II	4	3	FSS047	Obrigatória
Oficina de Supervisão de Estágio I	4	3	FSS037	Obrigatória
Oficina de Supervisão de Estágio II	4	3	FSS038	Obrigatória
Oficina de Supervisão de Estágio III	4	3	FSS039	Obrigatória
Oficina de Trabalho Profissional I	4	3	FSS028	Obrigatória
Oficina de Trabalho Profissional II	4	3	FSS029	Obrigatória
Oficina de Trabalho Profissional III	4	3	FSS030	Obrigatória

9.5. Currículo do Curso de Serviço Social Diurno e Noturno

O currículo do Curso de Serviço Social (diurno e noturno, respectivamente)⁷ define **9 (nove) semestres** como sendo a **duração média esperada** para a integralização total. Para ambos os cursos (diurno e noturno) são **18 (dezoito) semestres o tempo máximo permitido para esta integralização**. Para conclusão do curso, o aluno deve integralizar 2025 horas de disciplinas obrigatórias, 240 horas de disciplinas eletivas, 180 horas de atividades curriculares optativas, 45 horas de atividades curriculares de extensão e o cumprimento de no mínimo 510 horas de Estágio Obrigatório.

O curso diurno acontecerá entre 8 e 12 horas, sendo 4 horas de aula, no máximo, por dia, considerando a hora-aula de 60 minutos conforme o RAG/UFJF. O curso noturno acontecerá entre 19 e 23 horas, tendo também 4 horas de aula, no máximo por dia, considerando a hora-aula de 60 minutos conforme o RAG/UFJF.

O corpo de disciplinas disponíveis no presente projeto visa uma formação de qualidade em Serviço Social, e é complementado com **atividades curriculares optativas, atividades curriculares eletivas e atividades curriculares de extensão**.

As **atividades curriculares optativas** têm como objetivo principal garantir a formação interdisciplinar, podendo ser cursadas na área das Ciências Humanas Aplicadas, bem como em outras áreas do conhecimento, com vistas à ampliação do horizonte sociocultural dos discentes e das discentes.

As **atividades curriculares eletivas** visam a ampliação do conhecimento dos discentes e das discentes através da escolha destes, a partir do quadro de eletivas elencadas para essa reforma curricular.

As **atividades curriculares de extensão** visam proporcionar a formação profissional em consonância com as necessidades sociais, contribuindo para o desenvolvimento social, cultural, econômico, equitativo, sustentável e alicerçado nas prioridades locais, regionais e nacionais visando à interculturalidade e à transformação social, por meio da inserção do corpo discente em experiências de extensão universitária.

Cabe destacar, como já mencionado no histórico deste projeto político-pedagógico, que todas as mudanças aqui descritas começarão a ser implementadas nos cursos de Serviço Social (diurno e noturno) no ano de 2023. Portanto, a presente proposta curricular não deve ser implementada junto aos discentes que já se encontram cursando os cursos de Serviço Social da UFJF (a não ser que seja desejo do discente realizar a sua migração para esse novo currículo). Nossa proposta é que esse novo currículo tenha validade para as turmas que entrarem nos cursos de Serviço Social (diurno e noturno) a partir de 2023.

⁷ Descrito no RAG/UFJF como **Matutino**: curso em que a maior parte da carga horária é oferecida até às 12h nos dias letivos; e **Noturno**: curso em que a maior parte da carga horária é oferecida após as 18h nos dias letivos (letras “a” e “c” respectivamente do parágrafo XXXIX, do Art. 1º do RAG/UFJF).

9.5.1. Matriz Curricular do Curso de Serviço Social (Diurno e Noturno)

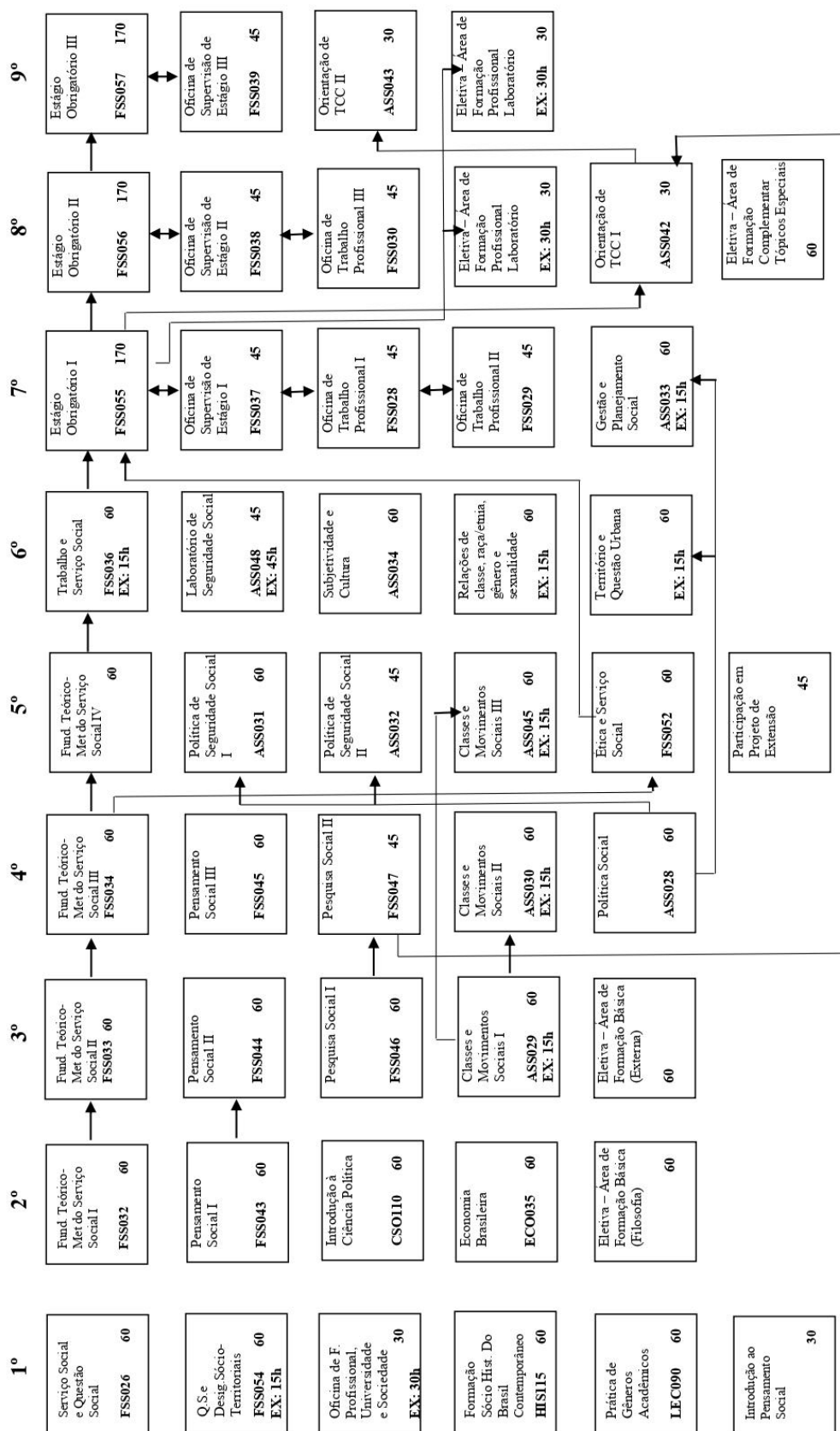
A seguir é apresentada a **matriz curricular** do curso com as cargas horárias semestrais, pré-requisitos e correquisitos para cada disciplina:

Código	Disciplina	CH	Correquisito	Pré-Requisito	Período
1º Período – 300 horas-aula					
FSS026	Serviço Social e Questão Social	60	-----	-----	1º
FSS059	Questão Social e Desigualdades Sócio-Territoriais	60	-----	-----	1º
EXT011	Oficina de Formação Profissional, Universidade e Sociedade	30	-----	-----	1º
HIS115	Formação Sócio-Histórica do Brasil Contemporâneo	60	-----	-----	1º
DPF073	Introdução ao Pensamento Social	30	-----	-----	1º
LEC090	Prática de Gêneros Acadêmicos	60	-----	-----	1º
2º Período – 300 horas-aula					
FSS032	Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social I	60	-----	-----	2º
CSO110	Introdução à Ciência Política	60	-----	-----	2º
FSS043	Pensamento Social I	60	-----	-----	2º
ECO035	Economia Brasileira	60	-----	-----	2º
	Disciplina Eletiva Área de Formação Básica	60	-----	Variável	2º
	Atividade Curricular Optativa	30	-----	-----	2º
3º Período – 300 horas-aula					
FSS033	Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social II	60	-----	FSS032	3º
ASS029	Classes e Movimentos Sociais I	60	-----	-----	3º
FSS044	Pensamento Social II	60	-----	FSS043	3º
FSS046	Pesquisa Social I	60	-----	-----	3º
	Disciplina Eletiva Área de Formação Básica	60	-----	Variável	2º
	Atividade Curricular Optativa	30	-----	-----	3º
4º Período – 285 horas-aula					
FSS034	Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social III	60	-----	FSS033	4º
FSS045	Pensamento Social III	60	-----	-----	4º
ASS030	Classes e Movimentos Sociais II	60	-----	ASS029	4º
FSS047	Pesquisa Social II	45	-----	FSS046	4º
ASS028	Política Social	60	-----	-----	4º
	Atividade Curricular Optativa	30	-----	-----	4º
5º Período – 285 horas-aula					
A ser criado	Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social IV	60	-----	FSS034	5º
ASS031	Política de Seguridade I	60	-----	ASS028	5º
ASS032	Política de Seguridade II	45	-----	ASS028	5º
ASS045	Classes e Movimentos Sociais III	60	-----	ASS029	5º
FSS052	Ética e Serviço Social	60	-----	FSS034	5º
	Atividade Curricular de Extensão	45	-----	-----	5º
6º Período – 285 horas-aula					
FSS036	Trabalho e Serviço Social	60	-----	Fundamentos Teórico-Metodológicos	6º

				do Serviço Social IV	
ASS048	Laboratório de Seguridade Social	45	-----	-----	6º
ASS034	Subjetividade e Cultura	60	-----	-----	6º
A ser criado	Relações de Classe, Raça/Etnia, Gênero e Sexualidade	60	-----	-----	6º
A ser criado	Território e Questão Urbana	60	-----	-----	6º
	Atividade Curricular Optativa	30			6º
7º Período – 195 horas-aula					
FSS055	Estágio Obrigatório I	170	FSS037 FSS028 FSS029	FSS036 FSS052	7º
FSS037	Oficina de Supervisão de Estágio I	45	FSS055	FSS036 FSS052	7º
FSS028	Oficina do Trabalho Profissional I	45	FSS037 FSS055	FSS036 FSS052	7º
FSS029	Oficina do Trabalho Profissional II	45	FSS037 FSS055	FSS036 FSS052	7º
ASS033	Gestão Social e Planejamento	60	-----	-----	7º
	Atividade Curricular Optativa	30			7º
8º Período – 210 horas-aula					
FSS056	Estágio Obrigatório II	170	FSS038 FSS030	FSS055 FSS037	8º
FSS038	Oficina de Supervisão de Estágio II	45	FSS056	FSS037 FSS055	8º
FSS030	Oficina do Trabalho Profissional III	45	FSS038 FSS056	FSS028 FSS029	8º
ASS042	Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso I	30	-----	FSS037 FSS55 FSS047	8º
	Disciplina Eletiva Área de Formação Complementar	60	-----	-----	8º
	Disciplina Eletiva Área de Formação Profissional	30	-----	FSS037 FSS055	8º
	Atividade Curricular Optativa	30			8º
9º Período – 105 horas-aula					
FSS057	Estágio Obrigatório III	170	FSS039	FSS056 FSS038	9º
FSS039	Oficina de Supervisão de Estágio III	45	FSS057	FSS038 FSS056	9º
ASS043	Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso II	30	-----	ASS042	9º
	Disciplina Eletiva Área de Formação Profissional	30	-----	FSS037 FSS055	9º
	Disciplinas Obrigatórias	2535	Total 3000		
	Disciplinas Eletivas	240			
	Atividades Curriculares Opcionais	180			
	Atividades Curriculares de Extensão	45			

10. Grade do Curso de Serviço Social (diurno e noturno)

GRADE DO CURSO DE GRADUAÇÃO – DIURNO E NOTURNO – 2023 FACULDADE DE SERVIÇOS SOCIAIS



11. Ementas, Bibliografia e Programas das disciplinas obrigatórias do Curso de Serviço Social (diurno e noturno)

Classes e Movimentos Sociais I Código: ASS029 Pré-Requisitos: Não tem	Carga Horária Semanal: 4h Carga Horária: 60h
--	---

EMENTA
A constituição das classes sociais e das lutas entre classes no modo de produção capitalista. Estado, Sociedade Civil e a perspectiva revolucionária na tradição marxista. As organizações coletivas clássicas dos trabalhadores: o partido e o sindicato. Concepção, estrutura e práticas sindicais no Brasil. A organização sindical dos Assistentes Sociais brasileiros. Essa disciplina tem caráter extensionista e parte da sua carga horária será computada como Atividade Curricular de Extensão por meio da sua vinculação a um projeto de extensão articulado à temática central da disciplina, a qual seja: organizações sindicais e/ou partidárias.

BIBLIOGRAFIA
ABRAMIDES, M. B.; Cabral, M. S. O novo sindicalismo e o Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1995. AGUENA, P.(org). O marxismo e os sindicatos. In: Coletânea de textos de Marx, Engels, Lênin e Trotsky. São Paulo: Sundermann, 2008. ALVES, G. Limites do sindicalismo: Marx, Engels e a crítica da Economia Política. Editorial Práxis: Bauru, 2003. ANDRADE, S. Classe operária em Juiz de Fora: uma história de lutas- 1912/1924. Juiz de Fora: Editora da UFJF,1987. ANTUNES, R. Classe operária, sindicatos e partido no Brasil. São Paulo: Cortez, 1995 ARON, R. O marxismo de Marx. Tradução de Jorge Bastos. São Paulo: Arx, 2003. BERNARDO, J.& PEREIRA, L. Capitalismo sindical. São Paulo: Xamã, 2008. BOITO JÚNIOR, A. Política neoliberal e sindicalismo no Brasil. São Paulo: Xamã, 1999. CARDOSO, A. A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil. São Paulo, Boitempo, 2003. CFESS. Serviço Social a caminho do século XXI: o protagonismo ético-político do Conjunto CFESS-CRESS". In: Serviço Social e Sociedade , nº 50. São Paulo: Cortez, 1996. COUTINHO, C. N. Gramsci:um estudo sobre seu pensamento político, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. FERNANDES, B. A formação do MST no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000. FREDERICO, C. Crise do socialismo e movimento operário. São Paulo: Cortez, 1995. KOVAL, B. História do Proletariado Brasileiro. São Paulo: Alfa-ômega, 1982. MARX, K. O dezoito de Brumário de Luiz Bonaparte. São Paulo: Centauro, 2004. _____. As lutas de classe na França de 1848 a 1850. In:Obras Escolhidas. São Paulo: Alfa- ômega, s/d. MARX, K. & ENGELS, F. O sindicalismo II- Conteúdo e significado das reivindicações. Publicações Escorpião: Porto: 1975. MEDEIROS, L. Histórias dos movimentos sociais no campo. Rio de Janeiro, Fase, 1989. MONTAÑO, C. & DURIGUETTO, M. L., Estado, classe e movimento social – São Paulo: Cortez, 2011. ROSDOLSKY, R. Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx. Tradução de César Benjamim. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2001. STÉDILE, J. P. (org). A questão agrária no Brasil. O debate tradicional: 1500- 1960. São Paulo: Expressão Popular, 2005. STÉDILE, J. P. A reforma agrária e a luta do MST. Petrópolis: Vozes, 1997. THOMPSON, E. A formação da classe operária inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

PROGRAMA (discriminado em unidades e subunidades)
UNIDADE I – Fundamentos e estudo contemporâneo das classes sociais na tradição marxista. 1.1. A constituição das classes sociais no modo de produção capitalista. 1.2. A configuração da classe trabalhadora na atualidade. 1.3. A atualidade da categoria classe social na análise dos processos sociais. 1.4. Classe e movimentos sociais.

UNIDADE II – Estado, sociedade e as organizações coletivas clássicas dos trabalhadores: o sindicato e o partido político.

2.1. A perspectiva gramsciana de Estado e sociedade civil e revolução como premissas para o entendimento do sindicalismo e do partido.

2.2. Formas de organização da luta dos trabalhadores:

2.2.1. O sindicalismo.

a) Marx e Engels: o passado, o presente e o futuro do sindicalismo.

b) Rosa Luxemburgo: o sindicalismo e a greve de massas.

c) Gramsci: sindicatos e conselhos de fábrica.

2.2.2. O partido político.

a) Gramsci: o partido como “intelectual coletivo”.

b) Lênin: “Que fazer”.

UNIDADE III – A questão sindical no Brasil: análise das concepções, estruturas e práticas sindicais.

3.1. Estado e classes trabalhadoras nos anos 1930/40: a implantação do corporativismo de Estado.

3.2. Sindicalismo corporativista e populismo (1945/64).

3.3. O Novo sindicalismo no processo de transição democrática.

3.4. O sindicalismo nos anos 1990 e 2000.

3.5. Tendências contemporâneas do sindicalismo brasileiro.

UNIDADE IV – A organização sindical dos Assistentes Sociais no Brasil.

4.1. O assistente social como trabalhador assalariado.

4.2. Trajetória da organização sindical dos Assistentes Sociais brasileiros.

Classes e Movimentos Sociais II

Código: ASS030

Pré-Requisitos: ASS029

Carga Horária Semanal: 4h

Carga Horária: 60h

EMENTA

Sociedade civil e hegemonia na teoria gramsciana. A questão social e o desenvolvimento histórico das lutas de classe na realidade brasileira. O debate dos chamados ‘novos’ movimentos sociais. Movimentos sociais no cenário nacional: perspectivas teóricas e ideológicas. A relação entre Serviço Social e os processos de mobilização e organização popular. Essa disciplina tem caráter extensionista e parte da sua carga horária será computada como Atividade Curricular de Extensão por meio da sua vinculação a um projeto de extensão articulado à temática central da disciplina, a qual seja: movimentos sociais e/ou populares da atualidade.

BIBLIOGRAFIA

IAMAMOTO, M. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. SP, Cortez, 1982.

COUTINHO, C.N. **Gramsci** - Um estudo sobre seu Pensamento Político. RJ: Campus, 1989.

DAGNINO, E. **Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania**. In: DAGNINO, E. (org). Os anos 90: Política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DURIGUETTO, M. L. e MONTÃO, Carlos. **Estado, Classe social e Movimento Social**. SP: Cortez, 2010.

_____. **Sociedade civil e democracia**: Um debate necessário. SP: Cortez, 2007.

_____. **Ofensiva capitalista, despolitização e politização dos conflitos de classe**. In: Temporalis (Brasília). v.n.16, p.45 - 66, 2009.

EVERS, T. **Identidade**: a face oculta dos Movimentos Sociais. In: Novos Estudos. SP: CEBRAP, nº 4, 1984.

LIGUORI, G. **Estado e sociedade civil**: entender Gramsci para entender a realidade. In: COUTINHO, C.N e TEIXEIRA, A. Ler Gramsci, entender a realidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DAL MORO, M. e MARQUES, M. **A Relação do Serviço Social com os movimentos sociais na contemporaneidade**. In: Revista Temporalis, ano II, n.21, 2011.

PROGRAMA (discriminado em unidades e subunidades)

UNIDADE I – Emergência e desenvolvimento histórico dos Movimentos Sociais no contexto internacional e nacional.

1.1. Questão social, sociedade civil e Movimentos Sociais. Analisar os movimentos sociais como expressão pública e política da questão social e seu desenvolvimento no campo da sociedade civil, tal como a conceitua o marxista italiano Antônio Gramsci. 1.2. O debate dos Movimentos sociais na tradição marxista e nas premissas pós-modernas. 1.3. A relação Estado e sociedade civil no Brasil: os impactos no campo da configuração das lutas e movimentos sociais das classes subalternas. 1.4. A caracterização histórica dos Movimentos Sociais no contexto da redemocratização brasileira. UNIDADE II – O debate contemporâneo dos Movimentos Sociais no Brasil. 2.1. Movimentos Sociais e Esfera Pública: o debate da “nova cidadania” e sua crítica. 2.2. Movimentos Sociais no Brasil de hoje. 2.3. Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária. UNIDADE III – Conhecendo alguns movimentos sociais nacionais e locais.
--

Classes e Movimentos Sociais III Código: ASS045 Pré-Requisitos: ASS029	Carga Horária Semanal: 4h Carga Horária: 60h
--	--

EMENTA
A questão agrária como categoria de análise para o conhecimento científico: abordagens a partir da economia política. A questão agrária no Brasil e as lutas sociais no campo. A constituição dos sujeitos coletivos em luta na Questão Agrária brasileira. Serviço Social e Questão Agrária. Essa disciplina tem caráter extensionista e parte da sua carga horária será computada como Atividade Curricular de Extensão por meio da sua vinculação a um projeto de extensão articulado à temática central da disciplina, a qual seja: movimentos sociais ligados à questão agrária.

BIBLIOGRAFIA
CORRÊA, D. C. O debate Ambiental no Serviço Social: construindo novos caminhos ou reatualizando velhos paradigmas? Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – UFJF. Juiz de Fora. 2010. GROSSI, M. A. Questão Ambiental no espaço agrário: fissura metabólica e a agroecologia no MST. Belém, SINGA, 2011. MEDEIROS, L. S. Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. MORISSAWA, M. A história da luta pela terra e o MST. São Paulo: Expressão Popular, 2001. MOTTA, M. (Org.). Dicionário da Terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. PORTO G. C. W. A natureza da globalização e a globalização da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. SILVA, M. G. Questão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: um desafio ético-político ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2010. STEDILE, J. P. A questão agrária hoje. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/ Associação Nacional de Cooperação Agrícola, 1994. STÉDILE, J. p. (Org.). A questão agrária no Brasil: a questão agrária na década de 1990. São Paulo, Expressão Popular, v.6, 2013. _____. A questão agrária no Brasil: o debate na década de 2000-2010. São Paulo: Expressão Popular, v. 7, 2013. VALADÃO, V. A.; BARCELLOS, G. H. Privatização da Terra: intersecções das questões agrária e ambiental. Temporalis, Brasília (DF), ano 12, n. 24, p. 145 - 169, jul. / dez. 2012. ZANOTTO, R. Identidade Campesina: a construção da CLOC como espaço de lutas e articulações. Monografia do Curso de Especialização em Estudos Latino-Americanos. Juiz de Fora, MG: UFJF, 2005.

PROGRAMA (discriminado em unidades e subunidades)
UNIDADE I – A questão agrária no Brasil. 1.1. A questão agrária como categoria de análise para o conhecimento científico e como espaço de lutas sociais. 1.2. O desenvolvimento capitalista no campo brasileiro e a constituição da questão agrária. A estrutura latifundiária no Brasil e a luta de classes. UNIDADE II – A constituição dos sujeitos coletivos em luta na questão agrária.

2.1. As principais lutas sociais no campo: reforma agrária, soberania alimentar, política agrícola, questão ambiental, educação, cultura e formação política.
2.2. Questão agrária e sujeitos coletivos em luta.
2.2.1. As classes agrárias dominantes e seus espaços de organização.
2.2.2. Os movimentos sociais da classe trabalhadora: particularidades e convergências.
UNIDADE III – Serviço Social e questão agrária.
3.1. O debate sobre a intervenção profissional do assistente social nas lutas sociais em torno da questão agrária.

Economia Brasileira Código: ECO035 Pré-Requisitos: não tem	Carga Horária Semanal: 4h Carga Horária: 60h
---	---

EMENTA
O objetivo da disciplina é analisar a economia brasileira na perspectiva de um processo de desenvolvimento de longo prazo. O período sob análise inicia-se no princípio do séc. XX, com os primórdios do desenvolvimento industrial, e abrange até o começo do séc. XXI, com uma breve análise dos governos FHC e Lula. Desta forma, pretende-se ressaltar os condicionantes e determinantes estruturais do desenvolvimento econômico e social brasileiro.

BIBLIOGRAFIA
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BAER, W. A Economia Brasileira . São Paulo: Nobel, 1995. GIAMBIAGI, F. Economia Brasileira Contemporânea . Rio de Janeiro: Elsevier, 5ª edição, 2005. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: http://www.oeb.org.br/download/PROANPEC-Cronograma_Econ_Brasileira.pdf

PROGRAMA (discriminado em unidades e subunidades)
UNIDADE I – Da crise de 1930 aos anos dourados de JK. 1.1. Crise de 30 e Primórdios da Industrialização. 1.2. O pós-guerra (1945 – 1955). 1.3. Dos “Anos Dourados” de JK à Crise não resolvida (1956 – 1963). UNIDADE II – Do “Milagre” Econômico à Nova República. 2.1. Reformas, Endividamento Externo e o “Milagre” Econômico (1964 – 1973). 2.2. Auge e Declínio do Modelo de Crescimento com Endividamento: O II PND e a crise da Dívida Externa (1974 – 1984). 2.3. Esperança, Frustração e Aprendizado: a História da Nova República (1985 – 1989). UNIDADE III – Neoliberalismo e governos dos anos de 1990 e 2000. 3.1. Privatização, Abertura e Desindexação: a primeira metade dos anos 90 (1990 – 1994). 3.2. Estabilização, Reformas e Desequilíbrios Macroeconômicos: Os anos FHC (1995 – 2002). 3.3. Rompendo com a Ruptura: o governo Lula (2003 – 2010); o governo Dilma (2011-2016). 3.4. Governos Temer e Bolsonaro – o avanço da extrema direita no Brasil.

Estágio Obrigatório I Código: FSS055 Pré-Requisitos: FSS052, FSS036 Correquisito: FSS037, FSS028, FSS029	Carga Horária Semanal: não tem Carga Horária: 170h
--	---

EMENTA
Desenvolvimento de habilidades com relação a: compreensão das políticas sociais específicas da realidade profissional; caracterização da população usuária, estudo de demandas e realização de análise institucional.

BIBLIOGRAFIA

Em aberto.

PROGRAMA (discriminado em unidades e subunidades)
Em aberto.

Estágio Obrigatório II Código: FSS056 Pré-Requisitos: FSS055, FSS037 Corequisito: FSS038, FSS030	Carga Horária Semanal: não tem Carga Horária: 170h
--	---

EMENTA
Desenvolvimento de habilidades com relação a: formulação de estratégias de ação, definição dos instrumentais de trabalho, reconstrução dos objetos de intervenção e avaliação dos produtos do trabalho.

BIBLIOGRAFIA
Em aberto.

PROGRAMA (discriminado em unidades e subunidades)
Em aberto.

Estágio Obrigatório III Código: FSS057 Pré-Requisitos: FSS056, FSS038 Corequisito: FSS039	Carga Horária Semanal: não tem Carga Horária: 170h
---	---

EMENTA
Desenvolvimento de habilidades com relação a: coordenação de frentes de trabalho, sistematização da prática profissional, avaliação do desenvolvimento dos projetos, impacto da atuação profissional junto à população usuária dos serviços sociais.

BIBLIOGRAFIA
Em aberto.

PROGRAMA (discriminado em unidades e subunidades)
Em aberto.

Ética e Serviço Social Código: FSS052 Pré-Requisitos: FSS034	Carga Horária Semanal: 4h Carga Horária: 60h
---	---

EMENTA

A capacidade ética do ser social. Vida cotidiana e alienação moral. A reflexão ética como capacidade livre. A natureza da ética profissional. A trajetória ético-política do Serviço Social brasileiro. Os fundamentos ontológicos do Código de Ética Profissional de 1993 e seus rebatimentos no exercício profissional.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARROCO, M. L.da S. **Ética. Fundamentos Sócio-Históricos**. São Paulo: Cortez Editora, 2008. Capítulos 1 e 2.
 BARROCO, M. L. da S. **Ética. Fundamentos Ontológicos**. São Paulo: Cortez Editora, 2001. Parte 1, capítulo 1
 BARROCO, MARIA L. da S. **Ética. Fundamentos Ontológicos**. São Paulo: Cortez Editora, 2001. Parte II, capítulos 1, 2 e 3.
 BONETTI, D. A. e outros (Org.). **Serviço Social e Ética: Convite a uma nova práxis**. São Paulo: Cortez Editora/CFESS, 1996.
 NETTO, J. P. **A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social frente à crise contemporânea**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo I – Brasília: ABEPSS/CFESS, 1999.
 GUERRA, Y.O. **Projeto Profissional Crítico: estratégias de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional**. In: Revista Serviço Social e Sociedade nº 91. São Paulo: Cortez, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARROCO, M. L.da S. **Ética. Fundamentos Ontológicos**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.
 BARROCO, M. L.da S. **Ética. Fundamentos Sócio-Históricos**. São Paulo: Cortez Editora, 2008.
 BARROCO, M. L.da S.; TERRA, S. H. **Código de Ética do/a Assistente Social comentado**. São Paulo: Cortez/CFESS, 2012.
 BONETTI, DILSEA ADEODATA E OUTROS (Org.). **Serviço Social e Ética: Convite a uma nova práxis**. São Paulo: Cortez Editora/CFESS, 1996.
 FORTI, V. **Ética, crime e Loucura. Reflexões sobre a dimensão ética no trabalho profissional**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2009.
 GUERRA, Y.O. **Projeto Profissional Crítico: estratégias de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional**. In: Revista Serviço Social e Sociedade, nº 91. São Paulo: Cortez, 2007.
 MUSTAFÁ, A. M. (ORG). **Códigos de Ética do Serviço Social**. Pernambuco: Presença Ética. Anuário filosófico-social, 2001, ano 1, vol.1.
 LESSA, S. **Para compreender a ontologia de Lukács**. Disponível em: www.sergiolessa.com.br
 LUKÁCS, G. (Traduções de Carlos Nelson Coutinho). **Ontologia do Ser Social. Os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
 NETTO, J. P. **A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social frente à crise contemporânea**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo I – Brasília: ABEPSS/CFESS, 1999.

PROGRAMA (discriminado em unidades e subunidades)

UNIDADE I: O campo ético-moral.

- 1.1. A construção dos valores no campo ético-moral: análise fundamentada na ontologia do ser social.
- 1.2. A reflexão ética na vida cotidiana e na alienação moral no âmbito da sociabilidade burguesa.
- 1.3. Ética e direitos humanos.

UNIDADE II: Ética e Serviço Social.

- 2.1. Particularidades da ética profissional.
- 2.2. A trajetória ético-política do Serviço Social brasileiro: conservadorismo e ruptura.
- 2.2.1. Os Códigos de Ética profissional dos assistentes sociais: 1947, 1965, 1975 e 1986.
- 2.3. O Projeto Ético-Político dos assistentes sociais e os fundamentos ontológicos do Código de Ética Profissional de 1993.
- 2.3.1 O Código de Ética Profissional de 1993.
- 2.3.2 Normatizações acerca do exercício profissional.

UNIDADE III: A intervenção profissional orientada pelo Projeto Ético-Político.

- 3.1. Reflexões sobre a autonomia profissional face às condições objetivas na qual o trabalho do assistente social se desenvolve.
- 3.2. Análise de situações vivenciadas no cotidiano profissional.

Formação Sócio-histórica do Brasil Contemporâneo

Código: HIS115

Carga Horária Semanal: 4h

Carga Horária: 60h

Pré-Requisitos: não tem	
--------------------------------	--

EMENTA
A presente disciplina busca debater a história recente do Brasil, destacando temas do passado que reverberam na contemporaneidade do país. O curso é atravessado pela discussão sobre a questão da construção da cidadania no Brasil.

BIBLIOGRAFIA
CARVALHO, J. M. de. A Cidadania no Brasil: o longo caminho . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. FERREIRA, J. O Brasil Republicano . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. FERREIRA, J. (Org.). O populismo e sua história . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. REIS FILHO, D. A. Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988 . Rio de Janeiro: Zahar, 2014. MOTTA, R. P. S. Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917 – 1964) . São Paulo: Perspectiva, 2002. FICO, C. História do Brasil Contemporâneo: da morte de Vargas aos dias atuais . São Paulo: Contexto, 2004.

PROGRAMA (discriminado em unidades e subunidades)
UNIDADE I – A construção da cidadania no Brasil. 1.1. Os primeiros passos da cidadania no Brasil (1822-1930). 1.2. A Revolução de 1930. 1.3. Cidadania na Era Vargas (1930-1945). 1.4. A polarização política nos anos 30. 1.5. O Estado Novo. 1.6. Trabalhismo, Populismo e anticomunismo. 1.7. Cidadania no intervalo democrático (1946-1964). UNIDADE II – Novos enfrentamentos na construção da cidadania. 2.1. O golpe de 1964. 2.2. A cidadania e a ditadura. 2.3. Revisitando a ditadura. UNIDADE III – A reconstrução da cidadania no Brasil. 3.1. Cidadania após a redemocratização. 3.2. Algumas reflexões sobre o Brasil contemporâneo.

Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social I Código: FSS032 Pré-Requisitos: não tem	Carga Horária Semanal: 4h Carga Horária: 60h
---	---

EMENTA
A institucionalização do Serviço Social no contexto do capitalismo tardio até a Segunda Guerra: emergência da questão social no Brasil; formas de enfrentamento do Estado brasileiro em suas relações com as classes sociais; a ação social da Igreja; a emergência e institucionalização do Serviço Social; formação do mercado de trabalho do assistente social; modelos de intervenção profissional. Análise crítica das influências teórico-metodológicas e as formas de intervenção construídas pela profissão.

BIBLIOGRAFIA
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ANDRADE, M. A. O metodologismo e o desenvolvimentismo no Serviço Social brasileiro – 1947 a 1961 . In: Revista Serviço Social & Realidade, Franca, v. 17, n. 1, p. 268-299, 2008. Disponível em: https://periodicos.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/viewFile/13/78 .

IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil** - esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 29 ed. São Paulo: Cortez, 2009. Parte II Capítulos I, II e IV.

CASTRO, M. M. **História do Serviço Social na América Latina**. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2011. Capítulos II (p. 44 - 67).

ORTIZ, F. G. **O Serviço Social no Brasil: os fundamentos de sua imagem social e autoimagem de seus agentes**. Ed. E-papers. FAPERJ, Rio de Janeiro, 2010. Capítulos II e III (p. 87 - 152).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AGUIAR, G. **Serviço Social e Filosofia: das origens à Araxá**, São Paulo, Cortez, 1989

AMANN, S. B. **A ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil**. São Paulo, Cortez, 2003. Capítulo I

DANTAS, J. L. **Perspectivas do funcionalismo e seus desdobramentos no Serviço Social**. Cadernos ABESS, 1989. p. 37-63

MARTINELLI, M. L. **Serviço Social: identidade e alienação**, 15ª Ed, São Paulo: Cortez, 2010, Capítulo II

NETTO, J.P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PROGRAMA (discriminado em unidades e subunidades)

UNIDADE I – Questão social no Brasil, capitalismo monopolista e as determinações para a institucionalização e consolidação da profissão de Serviço Social.

1.1. Capitalismo monopolista, questão social, e a particularidade brasileira.

1.2. As formas de enfrentamento do Estado brasileiro em suas relações com as classes sociais.

1.3. A ação social da Igreja e as protoformas do Serviço Social no Brasil.

UNIDADE II – A institucionalização e legitimação da profissão de Serviço Social no Brasil.

2.1. Aspectos históricos do Serviço Social na América Latina, com ênfase no Brasil.

2.2. As primeiras escolas do Serviço Social.

2.3. As bases teórico-metodológicas e as influências da doutrina social da Igreja Católica, positivismo e funcionalismo no Serviço Social brasileiro.

2.4. Formação do mercado de trabalho do assistente social no Brasil.

UNIDADE III: Metodologismos, Desenvolvimentismo e o Serviço Social brasileiro.

3.1. Desenvolvimentismo no Brasil e na América Latina e a influência norte-americana no Serviço Social brasileiro.

3.2. O Serviço Social de Casos, Grupo e a ideologia do desenvolvimento de comunidade na década de 1950.

3.3. Análise crítica das influências teórico-metodológicas e as formas de intervenção construídas pela profissão.

Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social II

Código: FSS033

Pré-Requisitos: FSS032

Carga Horária Semanal: 4h

Carga Horária: 60h

EMENTA

O processo de renovação do Serviço Social no Brasil: momentos, características, direções e tendências. As três vertentes da renovação: “perspectiva modernizadora”, “reatualização do conservadorismo” e “intenção de ruptura”. A perspectiva de modernização conservadora: Araxá e Teresópolis. A perspectiva de atualização do conservadorismo. A intenção de ruptura: bases sócio-históricas, a emergência (BH) e a consolidação. A interlocução com a tradição marxista. No contexto das Lutas sociais e mudanças societárias: bases da crise do Serviço Social Tradicional no Brasil e América Latina nos anos de 1960. Movimento de Reconceituação na América Latina. As novas configurações da questão social na consolidação do monopolismo sob a autocracia burguesa no Brasil.

BIBLIOGRAFIA

CBCISS. **Documento de Araxá**. Debates Sociais. 1967.

_____. **Documento de Teresópolis**. Debates Sociais. 1970.

FALEIROS, V. P. Confrontos teóricos do movimento de reconceituação do Serviço Social na América Latina. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. n. 24, 1987.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1998. Capítulo 1 e 2.

_____. Notas sobre marxismo e Serviço Social, suas relações no Brasil e a questão do seu ensino. In: **Cadernos ABESS**. N 4, 1995.

_____. O movimento de reconceituação 40 anos depois. In: Revista Serviço Social e Sociedade . n 84, 2005.
SANTOS, L.L. A relação teoria-prática no trabalho social: método BH. SANTOS, L. L. In: Textos de Serviço Social . São Paulo: Cortez, 1985.
SILVA, M. G. O. Ideologias e Serviço Social – reconceituação latino-americana. São Paulo: Cortez, 1982.

PROGRAMA (discriminado em unidades e subunidades)
UNIDADE I – As bases da crise do Serviço Social tradicional no Brasil e América Latina nos anos 1960. 1.1. Lutas sociais e mudanças societárias: bases para a crise do Serviço Social tradicional na América Latina nos anos de 1960. 1.2. Movimento de Reconceituação na América Latina. UNIDADE II – A Renovação do Serviço Social no Brasil. 2.1. As novas configurações da Questão Social na consolidação do monopolismo sob a autocracia burguesa no Brasil. 2.2. O processo de renovação do Serviço Social no Brasil: momentos, características, direções e tendências. 2.3. As três vertentes da renovação: 2.3.1. A perspectiva de modernização conservadora: Araxá e Teresópolis. 2.3.2. A perspectiva de atualização do conservadorismo. 2.3.3. A intenção de ruptura: bases sócio-históricas, a emergência (BH) e a consolidação. UNIDADE III – A interlocução com a tradição marxista.

Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social III Código: FSS034 Pré-Requisitos: FSS033	Carga Horária Semanal: 4h Carga Horária: 60 h
--	--

EMENTA
A consolidação da ruptura com o Serviço Social tradicional no âmbito da produção acadêmica na década de 1980: a apreensão e análise do significado sócio-histórico da profissão; alterações no debate sobre o Estado e as políticas sociais; referências teóricas para a atuação profissional. O debate sobre a profissão na década de 1990: transformações societárias e Serviço Social; mudanças no mercado de trabalho; diretrizes curriculares para a formação acadêmica e consolidação da ruptura no âmbito jurídico-normativo.

BIBLIOGRAFIA
BRANT, Vinicius Caldeira. Da resistência aos movimentos sociais: a emergência das classes populares em São Paulo BRANT, V.C. e SINGER, P. (org.). In: São Paulo: o povo em movimento . Petrópolis: Vozes, CEBRAP, 1980, 4ª. edição. (p. 9 - 27). CHAUÍ, M. Democracia e socialismo: participando do debate. In: CHAUÍ, M. Cultura e democracia. O discurso competente e outras falas . São Paulo: Cortez, 12ª. Edição, 2007. COUTINHO, C. N. Os marxistas e a questão democrática. COUTINHO, C. N. In: Marxismo e política . A dualidade de poderes e outros ensaios. São Paulo: Cortez Editora, 1994. (p. 71 - 89). EIRAS, A. A. L. T. S.; MOLJO, C. B.; Fernanda; Jaqueline. Transformações societárias e Serviço Social: análise das respostas profissionais na esfera da seguridade social expostas nos trabalhos apresentados no XIII CBAS/2010. In: Revista Libertas online, jul/2014. FALEIROS, V. de P. A política social do Estado Capitalista . Cap. 1 e Cap. 4. São Paulo: Cortez Editora, 1982. _____. A política social do Estado Capitalista . São Paulo: Cortez Editora, 12ª. Edição, 2009. IAMAMOTO, M. V. 20 anos do livro Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: uma leitura retrospectiva. In: Revista Temporalis, V3, Suplemento . Brasília: ABEPSS, novembro de 2002. (p. 89 -128). _____. Ensino e Pesquisa no Serviço Social: desafios na construção de um projeto de formação profissional. In: Cadernos ABESS, nº 6 . Produção científica e formação profissional. São Paulo: Cortez Editora, setembro de 1993. (p. 101 - 116). _____. O Serviço Social na contemporaneidade . São Paulo: Cortez, 1998. _____. O Serviço Social no processo de reprodução das relações sociais. CARVALHO, R. e IAMAMOTO, M. V. In: Relações sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica . São Paulo: Cortez, 17ª. Edição, 2005. (p. 71 - 121).

_____. Uma concepção teórica da reprodução das relações sociais. CARVALHO, R. e IAMAMOTO, M. V. In: **Relações sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 17ª. Edição, 2005. (p. 29 - 69).

MONTAÑO, C. **A natureza do Serviço Social**. São Paulo: Cortez Editora, 2ª. Edição, 2009.

MOTA, A. E. M. **O feitiço da ajuda: as determinações do Serviço Social na Empresa**. Cap. 1, Cap. 3, Cap. 4 e Item final. São Paulo: Cortez Editora, 6ª. Edição ampliada, 2010.

_____. Uma nova legitimidade para o Serviço Social de empresa. In: **Revista Serviço Social e Sociedade número 25**. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Ditadura e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. Transformações societárias e Serviço Social – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: **Revista Serviço Social e Sociedade número 50**. São Paulo: Cortez, 1996. (p. 87 -132).

PASTORINI, A. As políticas sociais e o Serviço Social. Instrumento de reversão ou manutenção das desigualdades? MONTAÑO, Carlos. In: **A natureza do Serviço Social**. São Paulo: Cortez Editora, 2ª. Edição, 2009.

SINGER, P. Movimentos de Bairro. BRANT, V.C. e SINGER, P. (org.) In: **São Paulo: o povo em movimento**. Petrópolis: Vozes, CEBRAP, 1980, 4ª. edição. (pg. 83-107).

YASBEK, M. C. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. (p. 143 -163).

_____. O significado sócio-histórico da profissão. **Serviço Social: Direitos Sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. (p. 125 - 141).

PROGRAMA (discriminado em unidades e subunidades)

UNIDADE I – A consolidação da ruptura com o Serviço Social Tradicional no âmbito da produção acadêmica na década de 1980.

Introdução: A década de 1980 no processo de redemocratização da sociedade brasileira: demandas sociais e a construção de respostas profissionais no Serviço Social.

1.1. A produção acadêmica do Serviço Social na década de 1980.

1.1.1. Relações sociais e Serviço Social no Brasil (M.V.Iamamoto e R.Carvalho, 1982).

1.1.2. A política social do estado capitalista (V. P. Faleiros, 1982).

1.1.3. O feitiço da ajuda (A. E. Mota, 1985).

1.1.4. Consolidação da ruptura teórico-metodológica face ao Serviço Social Tradicional: superação da “visão endógena” na profissão.

1.1.5. Apontamentos sobre o significado social da profissão na atualidade.

UNIDADE II – O debate sobre o Serviço Social na década de 1990.

2.1. Transformações societárias e Serviço Social (J. P. Netto, 1996).

2.2. Mudanças no mercado de trabalho do assistente social (M. V. Iamamoto, 1998).

2.3. As Diretrizes curriculares para a formação profissional; e os dispositivos jurídico-normativos construídos na década de 1990.

2.4. O posicionamento hegemônico do Serviço Social face ao neoliberalismo: consolidação do Projeto Ético-Político na profissão.

Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social IV

Código: **a ser criado pelo CDARA**

Pré-Requisitos: FSS034

Carga Horária Semanal: 4h

Carga Horária: 60 h

EMENTA

Os desafios do século XXI postos ao Serviço Social. As principais tendências teórico-metodológicas presentes na profissão. Os distintos projetos profissionais em disputa no cenário contemporâneo. O projeto profissional crítico e seus desafios na contemporaneidade. A importância das dimensões investigativa e formativa para a construção de um trabalho profissional crítico do assistente social.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FORTI, V.; GUERRA, Y. (orgs). **Projeto Ético-Político do Serviço Social**: contribuições à sua crítica. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

GUERRA, Y. **A dimensão investigativa no exercício profissional**. Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/C8pQHQOyl68c9Bc41x5Y.pdf>.

GUERRA, Y. et al (orgs). **Serviço Social e seus fundamentos**: conhecimento e crítica. Campinas: Papel Social, 2018.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

PAULA, L. G. P. de. **Estratégias e táticas** – reflexões no campo do Serviço Social. 2.ed. Curitiba: CRV, 2021.

SCHEFFER, G. et al (orgs). **Serviço Social e Paulo Freire**: diálogos sobre Educação Popular. Curitiba: CRV, 2021.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

YAZBEK, M. C.; IAMAMOTO, M. V. (orgs). **Serviço Social na História** – América Latina, África e Europa. São Paulo: Cortez, 2019.

PROGRAMA (discriminado em unidades e subunidades)**UNIDADE I – Pressupostos para a análise do Serviço Social na atualidade.**

1.1. Os desafios contemporâneos postos ao Serviço Social.

1.2. A reafirmação do marco teórico-metodológico marxista no Serviço Social.

UNIDADE II – As atuais tendências teórico-metodológicas no Serviço Social.

2.1. Pensamento pós-moderno e seus rebatimentos no Serviço Social.

2.2. Diferentes projetos profissionais em disputa na contemporaneidade.

2.3. O projeto profissional crítico do Serviço Social e seus desafios na atualidade.

UNIDADE III – As dimensões investigativa e formativa no Serviço Social.

3.1. Os desafios à dimensão investigativa no trabalho profissional do assistente social.

3.2. A dimensão formativa do trabalho profissional do assistente social e as possibilidades da Educação popular.

Gestão Social e Planejamento

Código: ASS033

Pré-Requisitos: ASS028

Carga Horária Semanal: 4h

Carga Horária: 60 h

EMENTA

Concepção de Gestão Social enquanto Gestão Pública democrática de políticas sociais. Estado e Burocracia na dinâmica da gestão. Origem e desenvolvimento da Administração Pública Brasileira. O projeto gerencialista para a gestão social: críticas e alternativas. As funções de direção e organização numa perspectiva democrática. Gestão pública e as organizações da sociedade civil: tendências e contra tendências na formulação (conselhos gestores) e execução (parcerias) de políticas sociais. Essa disciplina tem caráter extensionista e parte da sua carga horária será computada como Atividade Curricular de Extensão por meio da sua vinculação a um projeto de extensão articulado à temática central da disciplina, a qual seja: a gestão das políticas sociais.

BIBLIOGRAFIA

BEHRING, E. R. **Brasil em Contra Reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BRESSER P. L. C. **Crise Econômica e Reforma do Estado no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1996.

_____. Da Administração Pública Burocrática a Gerencial. In: **Revista do Serviço Público**, 47, Janeiro, São Paulo: s/Ed, 1996.

DAGNINO, E. Sociedade civil, espaços públicos e construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. DAGNINO, E. (org). In: **Sociedade civil e Espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

KLIKSBERG, B. **O desafio da exclusão**: para uma gestão social eficiente. São Paulo, FUNDAP, 1997.

MOTTA, F. P. **O que é burocracia**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

NOGUEIRA, M. A. **As possibilidades da política**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

PAULA, A. P. P. **Por uma nova gestão pública**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

SOUZA FILHO, R. **Gestão Pública e Democracia**: a burocracia em questão. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

TEIXEIRA, A. C. C. A atuação das organizações não governamentais entre o Estado e o conjunto da sociedade. DAGNINO, E. (org). In: **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

PROGRAMA (discriminado em unidades e subunidades)
UNIDADE I – Origem e desenvolvimento da Administração pública no Brasil. 1.1. Pacto de Dominação e a gênese da Ordem Administrativa Brasileira (Patrimonialismo e Burocracia). 1.2. Panorama do desenvolvimento da ordem administrativa brasileira (1930-1990). 1.3. A perspectiva Neoliberal da gestão pública. 1.4. Plano Diretor Da Reforma do Estado. UNIDADE II – Gestão social numa perspectiva democrática. 2.1. Estado, sociedade civil e universalização de direitos. 2.2. A concepção de gestão / administração pública. 2.3. Burocracia e democratização: limites e desafios. UNIDADE III – Configuração da gestão pública de políticas sociais no contexto neoliberal. 3.1. O papel do gestor. 3.2. Perspectivas para uma gestão pública democrática. 3.3. Organização Institucional: estrutura burocrática e controle público e social. 3.4. Estado e Organizações da Sociedade Civil na execução de políticas sociais.

Introdução à Ciência Política Código: CSO110 Pré-Requisitos: não tem	Carga Horária Semanal: 4h Carga Horária: 60 h
--	---

EMENTA
Elementos básicos constitutivos da ciência política, desde suas origens clássicas, até suas formulações modernas, analisando seus desdobramentos em distintos contextos de forma analítica. Conceitos chave para o entendimento da ciência política. Panorama das questões contemporâneas da teoria política, com ênfase no debate sobre a democracia. As particularidades do contexto brasileiro.

BIBLIOGRAFIA
ARISTÓTELES. Política. São Paulo: Escala, s/d BIONDI, A. O Brasil privatizado. vol. I, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999. _____. O Brasil privatizado. vol. II, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. BAUMAN, Z. Globalização: as consequências Humanas. Rio de Janeiro: Zahar, 1999. _____. Danos colaterais. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. BOBBIO, N. Ética e Política. In: Lua Nova, São Paulo: 1992. _____. O futuro da democracia. São Paulo: Paz e Terra, 2006. BOBBIO, N. e outros (org.). Dicionário de política. Brasília: EdUNB, 1994. CHAUÍ, M. Convite à filosofia. São Paulo: Ática, 1994. DULCI, O. S. Economia e política na crise global. In: Estudos Avançados (USP), São Paulo, 2009. Entrevista com Anthony Giddens. Revista Veja, São Paulo, 30/09/1998. Entrevista com Eric Hobsbawm. Revista Veja, São Paulo, 05/04/1995. Entrevista com Stephen Jay Gould. Revista Veja, São Paulo, 22/09/1993. ESPING-ANDERSEN, G. As três economias políticas do welfare state. Lua Nova, nº 24, set. 1993, São Paulo. GOODY, Jack. O roubo da história – como os europeus se apropriaram das ideias e invenções do Oriente. São Paulo: Contexto, 2008. GRUPPI, L. Tudo começou com Maquiavel. Porto Alegre: LP&M, 1980. HELD, D.; MCGREW, A. Prós e contras da globalização. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2001. HOBBSAWM, E. Adeus a tudo aquilo. Balckburn, Robin (org.). In: Depois da queda, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. KÜHN, R. O Modelo Liberal de exercício do poder. CARDOSO, F. e MARTINS, C. E. (org.). In: Política e sociedade. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1983. LÊNIN, V. I. Estado e revolução. São Paulo: Hucitec, 1978. MARX, Karl; ENGELS, F. O manifesto comunista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. PESAVENTO, S. J. O Brasil contemporâneo. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1991.

PLATÃO. **A república**. Atena editora. S/d e sem localização geográfica.
 RIBEIRO, J. U. **Política**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
 SIMONSEN, M. H. **Frenesi Liberalista**. Veja, São Paulo, 20/05/1992.
 SORJ, B. **A nova sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
 TOLEDO, R. de. **À sombra da escravidão**. VEJA, São Paulo, 15/05/1996.
 WOOD, E. M. **A origem do capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

PROGRAMA (discriminado em unidades e subunidades)

UNIDADE I – Panorama geral e conceitos fundamentais.

UNIDADE II – Concepções da política moderna e contemporânea.

2.1. Liberalismo;

2.2. Socialismo e comunismo;

2.3. Social-democracia e estado do bem-estar social (welfare state).

UNIDADE III – A globalização e o Brasil.

3.1. Globalização;

3.2. Brasil.

Introdução ao Pensamento Social

Código: DPF073

Pré-Requisitos: não tem

Carga Horária Semanal: 2h

Carga Horária: 30 h

EMENTA

Sociabilidade burguesa e a questão da razão. Durkheim e os fundamentos da sociologia funcionalista. O pensamento conservador. A obra de Émile Durkheim: divisão do trabalho social, solidariedade social e as regras do método sociológico. Introdução à ciência da ação social. O pensamento de Max Weber e sua repercussão na Sociologia: os tipos ideais.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARON, R. **As Etapas do Pensamento Sociológico**. Brasília/São Paulo: EdUNB/MartinsFontes, 1990.

DURKHEIM, É. **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Da Divisão do Trabalho Social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LOWY, M. **Ideologias e Ciência Social. Elementos para uma análise marxista**. São Paulo: Cortez, 1985.

WEBER, M. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Vol. I. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2000.

_____. **A "objetividade" do conhecimento nas ciências sociais**. IN: CONH, G. (org.). **Max Weber: sociologia**. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo. Ática, 1982 (PP. 128-141).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COUTINHO, C.N. **O estruturalismo e a miséria da razão**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1972.

GIDDENS, A. **O Capitalismo e a Teoria Social Moderna**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.

PROGRAMA (discriminado em unidades e subunidades)

INTRODUÇÃO:

- Sociabilidade burguesa, a questão da RAZÃO e a ideologia nas ciências sociais.

UNIDADE I –Durkheim e os fundamentos da sociologia funcionalista.

1.1. A relação indivíduo e sociedade: divisão social do trabalho.

1.2. O funcionalismo e a solidariedade social.

1.3. As regras do método sociológico: introdução.

UNIDADE II – A sociologia compreensiva de Weber: racionalidade e os tipos ideais.

2.1. Objetividade nas ciências sociais e os tipos ideais.

2.2. Ação social e racionalidade.

2.3. Dominação e ordem administrativa: os tipos puros de dominação.

Laboratório de Seguridade Social Código: ASS035 Pré-Requisitos: não tem	Carga Horária Semanal: 3h Carga Horária: 45 h
--	--

EMENTA
A conjuntura atual da seguridade social no Brasil e os impactos sobre o trabalho do assistente social. Especificidades do trabalho do assistente social nas políticas de seguridade social: previdência, assistência social e saúde. Interdisciplinaridade, trabalho em equipe, identidade profissional, ética, lutas e desafios para a categoria profissional. Essa disciplina tem caráter extensionista e parte da sua carga horária será computada como Atividade Curricular de Extensão por meio da sua vinculação a um projeto de extensão articulado à temática central da disciplina, a qual seja: o trabalho profissional do assistente social na Seguridade Social.

BIBLIOGRAFIA
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BRAVO, M. I; MENEZES, J. S. B. A saúde nos governos Lula e Dilma: algumas reflexões. BRAVO, M. I; MENEZES, J. S. B (orgs) Saúde na atualidade: por um sistema único de saúde estatal, universal, gratuito e de qualidade. Rio de Janeiro: UERJ, Rede Sirius, Adufrj, 2011, p.15-28. BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade social no Brasil: conquistas e limites à sua efetivação, IN: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS: 2009. CFESS. Parâmetros Para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social. 2011. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha_CFESS_Final_Grafica.pdf CFESS. Parâmetros de atuação do assistente social na política de saúde, 2010. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atuacao_de_Assistentes_Sociais_na_Saude.pdf CFESS. Questões ético-políticas postas ao trabalho do/a assistente social na Previdência Social. In: 2º Seminário Nacional de Serviço Social na Previdência: 70 anos no INSS, 2014, Brasília. 70 Anos Serviço Social na Previdência. Brasília: CFESS, 2015.p. 49 – 65. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/2015-Livro2SeminarioPrevidencia-site.pdf. DIERCKS, M; PEKELMAN, R. Manual para equipes de saúde: o trabalho educativo nos grupos. Ministério da Saúde. Cadernos de Educação Popular para a Saúde, 2007. HORA, Senir Santos. O Serviço Social e as condições de trabalho no Suas: tensões e desafios à materialização do projeto profissional. Revista Em Pauta. Rio de Janeiro, n.36, v. 13, p. 155 – 177. MATTOS, R. A. A Integralidade na prática (ou sobre a prática da integralidade). In: Cadernos de Saúde Pública, 2004. MIOTO, R. C; NOGUEIRA, V.M. Sistematização, planejamento e avaliação dos assistentes sociais no campo da saúde. MOTA, A. E. et al (orgs). In: Serviço Social e Saúde – formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006. SALVADOR, Evilásio. O Desmonte do Financiamento da Seguridade Social em Contexto de Ajuste Fiscal. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo/SP, nº 130, p. 426-446, set/dez, 2017. STHEPAN-SOUZA, Auta I. A. A interdisciplinaridade e o trabalho coletivo em saúde. In: Revista de Saúde Pública, nº 35. São Paulo, 2001.ob _____. Trabalho Coletivo e as profissões de saúde. In: Tempus-Actas de Saúde,2011. VASCONCELOS, Ana Maria. A prática do Serviço Social: cotidiano, formação e alternativas na área da saúde. São Paulo: Cortez, 2002. ISBN 8524908947. ZUCCO, P; SENNA, M. Sistema Único de Saúde e Serviço Social: um diálogo possível. SENNA, M et al (orgs). In: Serviço Social na saúde coletiva: reflexões e práticas. Garamond, 2012. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ANFIP. Relatórios de Análise da Seguridade Social no Brasil 2019 e 2020. Disponível em: https://www.anfip.org.br/mdocuments-library/ BRAVO, M. I. S. Política de saúde no Brasil. In: MOTA, A. E. et al. (org.). Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez. 2009.

BOSCHETTI, Ivanete. **Expropriação de direitos e reprodução da força de trabalho**. In: _____ (org.). Expropriação e direitos no capitalismo. São Paulo: Cortez, 2018, p. 131- 165

CFESS. **Parâmetros para a Atuação de Assistentes Sociais na Saúde**. Brasília, 2009 Disponível: http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atuacao_de_Assistentes_Sociais_na_Saude.pdf

CFESS. **Diretrizes de ações do Serviço Social no INSS**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2018-CfessFenasps-DiretrizesINSS.pdf>

GRANEMANN, S. **Previdência social: Da Comuna de Paris aos (falsos) privilégios dos trabalhadores**. In: NAVARRO, Vera; LOURENÇO, Edvânia. (Org.). O avesso do trabalho - III. São Paulo: Outras Expressões, 2013, p. 239-257.

RAICHELIS, R. **Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no SUAS**. Serviço Social e Sociedade [on-line]. São Paulo: Cortes, n. 104. 2010.

PROGRAMA (discriminado em unidades e subunidades)

UNIDADE I – Seguridade Social e Trabalho do assistente social.

- 1.1. As Políticas da Seguridade Social na atual conjuntura.
- 1.2. Recuperação sócio-histórica do conceito de Seguridade Social.
- 1.3. O trabalho do assistente social na Seguridade Social: parâmetros de atuação.

UNIDADE II – A prática profissional do assistente social na saúde.

- 2.1. Integralidade a prática do assistente social nos serviços públicos.
- 2.2. Trabalho em equipe e interdisciplinaridade.
- 2.3. Trabalho sócio-educativo e metodologia de ensino-aprendizagem.

Oficina de Formação Profissional, Universidade e Sociedade

Código: EXT011

Pré-Requisitos: não tem

Carga Horária Semanal: 2h

Carga Horária: 30 h

EMENTA

A política educacional da Universidade Brasileira e a UFJF. O projeto de formação profissional da Faculdade de Serviço Social e seu desdobramento no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão. O mercado de trabalho e o exercício profissional em Juiz de Fora e região. Essa disciplina tem caráter extensionista e parte da sua carga horária será computada como Atividade Curricular de Extensão por meio da sua vinculação a um projeto de extensão articulado à temática central da disciplina, a qual seja: a relação entre universidade e sociedade.

BIBLIOGRAFIA

Em aberto.

PROGRAMA (discriminado em unidades e subunidades)

Em aberto

Oficina de Supervisão de Estágio I

Código: FSS037

Pré-Requisitos: FSS052, FSS036

Correquisito: FSS055

Carga Horária Semanal: 3h

Carga Horária: 45 h

EMENTA

O conhecimento das expressões particulares da questão social e das políticas sociais específicas da realidade institucional e da população usuária; definição e a problematização do objeto de trabalho a ser privilegiado pelo discente; a elaboração do plano de trabalho para o estágio envolvendo o planejamento, a intervenção e a definição de uma temática de investigação a ser privilegiada ao longo do estágio.

BIBLIOGRAFIA	
Em aberto.	
PROGRAMA (discriminado em unidades e subunidades)	
Em aberto	
Oficina de Supervisão de Estágio II Código: FSS038 Pré-Requisitos: FSS037, FSS055 Correquisito: FSS0056	Carga Horária Semanal: 3h Carga Horária: 45 h
EMENTA	
Execução do plano de estágio; revisão e ampliação bibliográfica sobre as temáticas vinculadas à área de atuação do estágio; avaliação das ações realizadas; proposição de estratégias teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas necessárias ao desenvolvimento do trabalho em campo.	
BIBLIOGRAFIA	
Em aberto.	
PROGRAMA (discriminado em unidades e subunidades)	
Em aberto.	
Oficina de Supervisão de Estágio III Código: FSS039 Pré-Requisitos: FSS038, FSS056 Correquisito: FSS057	Carga Horária Semanal: 3h Carga Horária: 45 h
EMENTA	
Acompanhamento acadêmico do estágio e avaliação permanente do processo de intervenção com identificação das esferas possíveis de modificação e aprofundamento no processo interventivo.	
BIBLIOGRAFIA	
Em aberto.	
PROGRAMA (discriminado em unidades e subunidades)	
Em aberto	
Oficina de Trabalho Profissional I Código: FSS028 Pré-Requisitos: FSS052, FSS036	Carga Horária Semanal: 3h Carga Horária: 45 h

EMENTA

O fazer profissional do assistente social e sua relação com as dimensões técnico-operativa, teórico-metodológica, ético-política, investigativa e formativa. Os elementos constitutivos da dimensão técnico-operativa na trajetória da profissão. Instrumentos que perpassam a historiografia da profissão. Experiências de utilização de instrumentos.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- SANTOS, C. M. As Dimensões da Prática Profissional do Serviço Social. In: **Revista Libertas** - Faculdade de Serviço Social - UFJF, v. 2 jul/dez/2002. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2003.
- GUERRA, Y D. A Dimensão Técnico-operativa do exercício profissional. In: **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2012.
- TRINDADE, R. L. P. Desvendando as Determinações Sócio-históricas do Instrumental técnico-operativo do Serviço Social na Articulação entre Demandas Sociais e Projetos Profissionais. In: **Revista Temporalis**, ano2, n.4, jul/dez, 2001.
- MATOS, M. C de. **Serviço Social, Ética e Saúde** – reflexões para o exercício profissional. São Paulo: Editora Cortez, 2013. Cap. 3, págs109 a 140.
- CFESS (Org.). **Legislações e Resoluções sobre o Trabalho do (a) Assistente Social**. Brasília: CFESS, 2011.
- MARCOSIN, C. Documentação em Serviço Social: Debatendo a Concepção Burocrática e Rotineira. In: **Serviço Social: Temas, Textos e Contextos**. Rio de Janeiro. Ed. Lúmen Júris, 2010.
- MIOTO, R. Perícia Social: Proposta de um percurso operativo. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**. n. 67, São Paulo, Cortez.
- VASCONCELOS, A. M. de. Serviço Social e Prática Reflexiva. In: **Em Pauta** – Revista da Faculdade de Serviço Social da UERJ, n. 10, Rio de Janeiro, 1997.
- SANTOS, C. M., SOUZA FILHO, R., BACKX. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social: questões para reflexão. In: **A dimensão técnica-operativa do Serviço Social: desafios contemporâneos**. São Paulo: Ed. Cortez, 2017.
- SILVA, J. A. P. da. O Papel da Entrevista na Prática do Serviço Social. In: **Em Pauta** – Revista da Faculdade de Serviço Social da UERJ, n. 06. Rio de Janeiro, 1995.
- VELOSO, L. H. P. A Prática Invisível do Serviço Social (sobre o uso da técnica). Texto III: **A Dor de Cabeça**. UERJ/2004, mimeo.
- EIRAS, A. A.L.T.S A Intervenção do Serviço Social nos CRAS: análise das demandas e possibilidades para o trabalho socioeducativo realizado grupalmente. In: **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- GUERRA, Y. D. Instrumentalidade do Processo de Trabalho e Serviço Social. In: **Serviço Social e Sociedade**, n. 62. São Paulo: Cortez, 2000.
- NOSELLA, P. Compromisso Político como Horizonte da Competência Técnica. In: **Revista Educação e Sociedade**. n. 14- CEDES. S. P. Cortez, Maio/1983.
- SANTOS, C. M. dos. **Na Prática a Teoria é Outra?** Mitos e Dilemas na Relação entre Teoria, Prática, Instrumentos e Técnicas no Serviço Social. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 2010.
- SAVIANI, D. Competência Política e Compromisso Técnico ou (o pano na discórdia e o fruto proibido). In: **Revista Educação e Sociedade**. n. 15- CEDES S. P. Cortez, Agosto/1983.
- SILVA, M. L. L. da. Um novo fazer profissional. In: **Programa de Capacitação Continuada para assistentes sociais**. Módulo 4. CFESS/ABEPSS/CEAD/Unb. 2000.
- GUERRA, Y. e FORTI, V. **Serviço Social: Temas, Textos e Contextos**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2010.
- TRINDADE, R. L. P. Ações profissionais, procedimentos e instrumentos no trabalho dos assistentes sociais nas políticas sociais. In: **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. Juiz de Fora: UFJ, 2012.
- VASCONCELOS, A. M. de. **A Prática do Serviço Social** – Cotidiano, Formação e Alternativas na Área da Saúde. São Paulo: Cortez, 2002.
- _____. Trabalho do Assistente Social e o Projeto Hegemônico no Debate Profissional. In: **Programa de Capacitação Continuada para assistentes sociais**. Módulo 4. CFESS/ABEPSS/CEAD/Unb. 2000.
- ABREU, M. M. **Serviço Social e Organização da Cultura: Perfis Pedagógicos da Prática Profissional**. São Paulo: Cortez, 2002.
- PEREIRA, T. M. D. Quando o Camburão chega antes do SAMU: Notas Sobre os Procedimentos Técnico-operativos do Serviço Social. In: GUERRA, Y e FORTI, V. **Serviço Social: Temas, Textos e Contextos**. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 2010.

PROGRAMA (discriminado em unidades e subunidades)
UNIDADE I – As dimensões do trabalho profissional. 1.1. As diferentes dimensões do trabalho profissional: teórico-metodológica; ético-política e técnico-operativa. 1.2. As dimensões na historiografia da profissão. 1.3. A relação entre a dimensão teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. 1.4. A dimensão técnico-operativa no atual projeto ético-político, hegemônico da profissão. UNIDADE II – Os instrumentos e técnicas como um dos elementos constitutivos da dimensão técnico-operativa. 2.1. Definições de instrumentos e técnicas: contextualização histórico-política. 2.2. Observação; linguagem; escuta e registro e os instrumentos e técnicas no Serviço Social. 2.3. Os instrumentos e técnicas de nossa herança cultural e intelectual. 2.3.1. A documentação: Estudo Social/Pareceres/Laudos. 2.3.2. A entrevista. 2.3.3. A reunião. 2.3.4. A visita domiciliar. 2.5. Os instrumentos e técnicas emergentes na profissão (de acordo com as experiências nos campos de estágio).

Oficina de Trabalho Profissional II Código: FSS029 Pré-Requisitos: FSS052, FSS036 Correquisito: FSS037 e FSS055	Carga Horária Semanal: 3h Carga Horária: 45 h
---	---

EMENTA
O espaço institucional como produto das relações sociais. Relações de poder, hegemonia e resistência na dinâmica institucional. Análise de conjuntura na interseção com o desvelamento da dinâmica institucional. Elementos de análise institucional: correlação de forças, alianças, processos de negociação, socialização de informação e o fazer profissional. Produção de análise institucional na qual desenvolvem o estágio.

BIBLIOGRAFIA
ABRAMO, Perseu. Instrumental de análise de conjuntura – Mimeografado. CHAUI, M.S. O discurso competente. In: Cultura e Democracia, o discurso competente e outras falas. 6ª ed. São Paulo: Cortez. p.3-13, 1993. CHAUI, M. S. Raízes Teológicas do Populismo no Brasil. DAGNINO, E.(Org.). In: Os anos 90: Política e Sociedade no Brasil. 1ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 19 - 30. LUZ, M. T. Estratégia de hegemonia e análise política de instituições. In: As Instituições no Brasil: instituições e estratégia de hegemonia. Rio de Janeiro: Edições Graal, 3ª edição, 1986. MACHADO, R. Uma genealogia do poder. FOUCAULT, M. In: Microfísica do Poder, 5ª ed., Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985. NETTO, J. P. A conjuntura brasileira: o Serviço Social posto à prova. In: Serviço Social e Sociedade, nº 79. Ano XXV. Especial 2004. OLIVEIRA, I. M. Cultura Política, direitos e política social. BOSQUETTI, I (Org.). In: Política Social no Capitalismo - tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008. SILVA, M. B. Assistência Social e seus Usuários – entre a rebeldia e o conformismo. São Paulo: Cortez, 2014. SOUZA, M. L de. Serviço Social e Instituição: a questão da participação. São Paulo: Cortez, 1982. SOUZA, H.J. Como se faz análise de conjuntura. Petrópolis: Vozes, 1999. YASBEK, M. C. Classes Subalternas e Assistência Social. 7ª ed., São Paulo: Cortez, 2009. MARTINS, J. S. O. Poder do atraso. São Paulo: Hucitec, 1994. p.11 – 51.

PROGRAMA (discriminado em unidades e subunidades)
UNIDADE I - Análise de conjuntura. 1.1 - Categorias: acontecimento, cenário, atores, correlação de forças e relação entre conjuntura e estrutura; 1.2 - Relação entre a conjuntura brasileira, as políticas sociais e o espaço sócio-ocupacional do Assistente Social. UNIDADEII - A construção das relações de poder e hegemonia no Brasil: instituição e cultura política.

2.1- Relações de poder e hegemonia na dinâmica institucional: autoritarismo, populismo, corrupção, coronelismo, clientelismo e patrimonialismo;

2.2 - Análise das formas e relações de poder típicas da formação sócio-histórica brasileira e suas vinculações e influxos na construção das instituições no país.

UNIDADE III - Análise institucional – a instituição como construção social e espaço *contraditório*.

3.1- A dinâmica institucional, o Serviço Social e o Usuário;

3.2- Autonomia e respostas profissionais: demandas, relações de poder e relações profissionais;

3.3- Limites, possibilidades e desafios à atuação profissional.

Oficina de Trabalho Profissional III

Código: FSS030

Pré-Requisitos: FSS028, FSS029

Correquisito: FSS038 e FSS056

Carga Horária Semanal: 3h

Carga Horária: 45 h

EMENTA

Metodologias de planejamento e ação profissional. Gestão e avaliação de políticas, programas e projetos sociais: orçamento, planejamento participativo e alternativas de gestão. Elaboração, execução e avaliação de programas e projetos sociais na área de políticas públicas. Assessoria, consultoria e supervisão de políticas, programas e projetos sociais. Avaliação e monitoramento de políticas, programas e projetos sociais. Parcerias e terceirização no âmbito dos serviços sociais públicos e privados.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BONDER, C. **O assistente social e o planejamento participativo**. In: Serviço social e Sociedade, nº 78. São Paulo: Cortez, 2004.

BOSCHETTI, I. **Avaliação de Políticas, programas e projetos sociais**. In: Serviço Social – direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

CFESS. **Recomendações para a elaboração do projeto de Intervenção**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social: mód. 5: Intervenção e Pesquisa em Serviço Social. Brasília: UNB, Centro de Educação Aberta, Continuada à Distância, 2000.

COUTO, B. R. **Formulação de projeto de trabalho profissional**. In: Serviço Social– direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

RAICHELI, R.; WANDERLEY, L. E. W. **Desafios de uma gestão pública democrática na integração regional**. In: Serviço Social e Sociedade, nº 78. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, Marcos José Pereira. **Os passos do planejamento estratégico participativo**. In: BROSE, Markus (org.). Metodologia Participativa – uma introdução a 20 instrumentos. Porto Alegre: Tomo editorial, 2001.

SILVA, M. O. da S. **Execução e Avaliação de Políticas e Programas Sociais**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social: mod. 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: UNB, Centro de Educação Aberta, Continuada à Distância, 2000.

SIMIONATTO, I.; LUZA, E. **Estado e sociedade civil em tempos de contrarreforma: lógica perversa para as políticas sociais**. In: Revista Texto e Contexto, v.10. Porto alegre: dez/2011.

TEIXEIRA, J. B. **Formulação, administração e execução de políticas públicas**. In: Serviço Social– direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARMANI, D. **Como elaborar projetos?** Guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2009.

BAPTISTA, M. V. **Planejamento Social** – intencionalidade e instrumentação. 3.ed. São Paulo: Veras Editora, 2013.

COHEN, E.; FRANCO, R. **Avaliação de Projetos Sociais**. 11. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

MAGALHÃES, S. M. **Avaliação e Linguagem** – relatórios, laudos e pareceres. 3.ed. São Paulo: Veras Editora, 2011.

MATUS, C. O Plano como Aposta. In: **São Paulo em perspectiva**, out/dez. 1991.

PROGRAMA (discriminado em unidades e subunidades)

Unidade I – Os desafios da gestão e do planejamento no Serviço Social.

1.1. O cenário pós contrarreforma do estado brasileiro e os desafios de uma gestão pública democrática.

1.2. Elementos constitutivos do trabalho do assistente social – análise institucional, perfil da população usuária e demandas cotidianas.
1.3. O Serviço Social e o planejamento participativo.
1.4. Construção do Plano de Trabalho.
Unidade II – Estratégias de intervenção profissional, elaboração e execução de políticas, programas e projetos sociais.
2.1. Formulação, administração e execução de políticas, programas e projetos sociais.
2.2. Elaboração de Projeto de Intervenção.
2.3. Etapas da elaboração do Projeto de Intervenção.
2.4. A construção do Projeto de Intervenção.
Unidade III – O processo de avaliação de políticas, programas e projetos sociais.
3.1. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais.
3.2. Formulação da Avaliação.

Pensamento Social I Código: FSS043 Pré-Requisitos: não tem	Carga Horária Semanal: 4h Carga Horária: 60 h
---	--

EMENTA
O processo de conhecimento e análise da realidade em Marx: o materialismo histórico-dialético. O movimento da realidade e o movimento do pensamento: a construção das categorias. Totalidade, contradições e mediações: a dinâmica do universal, particular e singular. A crítica da economia política em Marx. O processo de produção e reprodução das relações sociais: trabalho e sociabilidade. O modo de produção capitalista: mercadoria, lei do valor, produção de mais-valia. Lei geral da acumulação capitalista. Lei tendencial da queda da taxa de lucro. Crises e contradições do capitalismo.

BIBLIOGRAFIA
BOTTOMORE, J. B. Dicionário do Pensamento MARXISTA . Rio de Janeiro: Zahar, 1988. COUTINHO, C. N. Gramsci . Porto Alegre: L e PM, 1981. FERNANDES, F. Marx/Engels - História. Col. Grandes Cientistas Sociais, São Paulo: Ática, 1983. LUKÁCS, G. Ontologia do ser social : Os princípios Ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Ciências Humanas, 1979. MARX, K. Introdução à Crítica da Economia Política . Para a crítica da economia política. Os pensadores, São Paulo: Abril Cultural, 1977. _____. O Capital . Crítica da Economia Política. São Paulo: Nova Cultural, III Tomos, V vols. _____. Teses sobre Feuerbach. MARX, K e ENGELS, F. In: Textos 1 . São Paulo: Sociais, 1977. NETTO, J.P. O que é marxismo? São Paulo: Brasiliense, 1987. _____. Razão, ortodoxia e práxis. In: Serviço Social e Sociedade , nº 44. São Paulo: Cortez, 1994. PONTES, R. N. Mediação e Serviço Social : um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1995. HOBBSBAWM, E. J. A Era das Revoluções (1789-1848) . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. _____. A Era do Capital (1848-1875) . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. MÉSZÁROS, I. Marxismo e direitos humanos. In: Filosofia, ideologia e ciência social: ensaios de negação e afirmação . São Paulo: Ensaio, 1993. SIMIONATTO, I. Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil e influência no Serviço Social . São Paulo: Cortez, 1997.

PROGRAMA (discriminado em unidades e subunidades)
UNIDADE I – Introdução ao pensamento de Marx. 1.1. A peculiaridade da cientificidade em Marx. 1.2. Procedimento investigativo e modo de exposição em Marx. UNIDADE II – Economia e política em Marx. 2.1. O surgimento dos trabalhadores enquanto classe. 2.2. A produção social da consciência. 2.3. Ideologia e política em Marx. 2.4. O marxismo ao longo do século XX, dois casos: Gramsci e Lukács.

UNIDADE III – Acumulação capitalista e a atualidade do marxismo.

- 3.1. As vias de edificação do capitalismo na América Latina.
- 3.2. O capital no século XXI.
- 3.3. A atualidade do pensamento de Marx.

Pensamento Social II

Código: FSS044

Pré-Requisitos: FSS043

Carga Horária Semanal: 4h

Carga Horária: 60 h

EMENTA

O processo de produção das relações sociais: trabalho e sociabilidade. A abordagem marxista sobre o trabalho na sociedade capitalista. As formas históricas de organização e gestão do processo de trabalho na consolidação do capitalismo. A contemporaneidade das relações sociais capitalista e a questão social.

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho** – ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.
DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
NEVES, M. **Trabalho e cidadania**: as trabalhadoras de Contagem. Petrópolis: Vozes, 1995.
OLIVEIRA, C. e MATTOSO, J. **Crise e trabalho no Brasil**. São Paulo: Scritta, 1996.

PROGRAMA (discriminado em unidades e subunidades)**UNIDADE I – As origens da classe trabalhadora.**

- 1.1. Sociabilidade do capital e o trabalho alienado.
- 1.2. Gênese da classe trabalhadora.
- 1.3. Movimentos dos trabalhadores ao longo do século XIX.

UNIDADE II – Capital e trabalho no século XX.

- 2.1. Advento da sociedade de consumo.
- 2.2. Fordismo e Taylorismo.
- 2.3. A superexploração do trabalho na América Latina.
- 2.4. Esgotamento do ciclo de acumulação capitalista.

UNIDADE III – As metamorfoses do trabalho – século XXI.

- 3.1. Acumulação flexível e as transformações do trabalho.
- 3.2. O capital no século XXI.
- 3.3. Fim da classe trabalhadora? O debate contemporâneo acerca do trabalho.

Pensamento Social III

Código: FSS045

Pré-Requisitos: não tem

Carga Horária Semanal: 4h

Carga Horária: 60 h

EMENTA

As formulações de corte conservador e crítico dos pensadores brasileiros acerca de: classes sociais no Brasil; cultura e identidade nacional; questão social e projeto popular no Brasil (autores: Florestan Fernandes, Chico de Oliveira, A Bosi, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freire, Josué de Castro, Caio Prado, Milton Santos, M. Chauí, O. Ianni).

BIBLIOGRAFIA

BENJAMIN, C. et al.: **A opção brasileira**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998, p. 147-176.
CHAUÍ, M. O mito fundador. In: **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007, p. 57-87

COUTINHO, C. N. As categorias de Gramsci e a realidade brasileira. In: **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p. 191-219.

FREIRE, S. Pensamento Autoritário e Modernidade no Brasil. In: **Revista Em Pauta**, Volume 6 - Número 23 - Julho de 2009.

HOLLANDA, S. B. de. O homem cordial. In: **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

IANNI, O. Raça e povo. In: **Pensamento Social Brasileiro**. Bauru: EDUSC, 2004, p. 123 a 153.

PRADO JR, C. O sentido da colonização. In: **Formação do Brasil contemporâneo** – Colônia, São Paulo: Brasiliense, 1957.

SCHWARZ, R. As idéias fora do lugar. In: **Ao vencedor as batatas**, São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 6ª Ed., 2012.

PROGRAMA (discriminado em unidades e subunidades)

UNIDADE I – Introdução ao debate sobre o pensamento social brasileiro.

- 1.1. Gênese e desenvolvimento do pensamento social brasileiro.
- 1.2. As particularidades do desenvolvimento capitalista no Brasil e suas principais interpretações.

UNIDADE II – Capital, trabalho e luta de classes na formação social brasileira.

- 2.1. O pensamento social crítico no Brasil: Caio Prado Jr. E a tradição marxista.
- 2.2. Classes sociais e capitalismo dependente no pensamento de Florestan Fernandes.

UNIDADE III – Cultura e identidade nacional no Brasil.

- 3.1. O discurso racial na formação social brasileira.
- 3.2. O debate sobre a construção de uma nação brasileira no pensamento conservador e sua crítica.
- 3.3. A “especificidade brasileira”: reflexões acerca da produção de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda.

UNIDADE IV – A questão social e a construção de um projeto popular para o Brasil.

- 4.1. A revolução burguesa no Brasil e as estratégias de conciliação.
- 4.2. Estado e questão social no Brasil contemporâneo.
- 4.3. A construção de um projeto popular para o Brasil: desafios e perspectivas.

Pesquisa Social I

Código: FSS046

Pré-Requisitos: não tem

Carga Horária Semanal: 4h
Carga Horária: 60 h

EMENTA

As formas de conhecimento e o trabalho científico. O rigor teórico-metodológico na construção do conhecimento. A pesquisa e a produção do conhecimento no Serviço Social e nos projetos

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- BOURGUIGNON, J.A. **A particularidade histórica da pesquisa em Serviço Social**. In: Revista katalysis. Florianópolis, v.10, n. esp., p. 46 - 54, 2007.
- DESLANDES, S. F., ASSIS, S. G. **Abordagens quantitativa e qualitativa em saúde: o diálogo das diferenças**. In: MINAVO M. C. S; DESLANDES S.F.(Orgs.). Caminhos do Pensamento: epistemologia e método. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2002.
- FRAGA, C.K. **A atitude investigativa no trabalho do assistente social**. In: Revista serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 101, p. 40 - 64, jan/mar. 2010.
- GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo, Atlas, 1995.
- MINAYO, M. C. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, Vozes, 1994.
- MINAYO, M. C.; SANCHES, O. **Quantitativo-qualitativo; oposição ou complementaridade?** In: Caderno Saúde Pública, Rio de Janeiro, 9 (3): 239 - 262, jul/set, 1993.
- _____. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo. Hucitec, 1993.
- MOREIRA, W. **Revisão de literatura e desenvolvimento científico: conceitos e estratégias para confecção**. Disponível em <http://publicações.fatea.br/index.php/janus/article/viewfile/1/1>.
- NETTO, J.P. **Introdução ao método da teoria social**. In: Serviço Social, direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.
- RICHARDSON, R.J. et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo, Atlas, 2008.

QUINTANEIRO, T., BARBOSA, M.L.O., OLIVEIRA, M.G. **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALCOFORADO, M. G. **Elaboração de projetos de pesquisa**. In: Serviço Social, direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

CHASIN, J. **Marx: Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica**. São Paulo: Boitempo, 2009.

PROGRAMA (discriminado em unidades e subunidades)

Unidade I – A pesquisa no Serviço Social e sua trajetória histórica.

- 1.1. A particularidade da pesquisa no Serviço Social.
- 1.2. A atitude investigativa no trabalho do assistente social.

Unidade II – Teoria social e produção do conhecimento.

- 2.1- Marx e o método dialético.

Unidade III – Métodos e técnicas de pesquisa.

- 3.1. A construção do objeto de pesquisa.
- 3.2. A centralidade da hipótese.
- 3.3. Métodos quantitativos e qualitativos.
- 3.4. As diferentes técnicas de coleta de dados.
- 3.4.1. Tipos de amostragem aleatória e não aleatória.
- 3.4.2. Apresentação de dados: tabelas e gráficos.

Unidade IV – A construção do projeto de pesquisa.

Pesquisa Social II

Código: FSS047

Pré-Requisitos: FSS046

Carga Horária Semanal: 3h

Carga Horária: 45 h

EMENTA

Revisão do projeto de pesquisa. Investigação, sistematização e análise dos dados coletados. Apresentação da pesquisa com a elaboração do relatório final.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GIL, A. C. **Amostragem na pesquisa social**. GIL, A. C. In: Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1987.

_____. **O questionário**. GIL, A. C. In: Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1987.

_____. **A utilização de documentos**. GIL, A.C. In: Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1987.

MOREIRA, W. **Revisão de literatura e desenvolvimento científico: conceitos e estratégias para confecção**. Disponível em <http://publicações.fatea.br/index.php/janus/article/viewfile/1/1>.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALCOFORADO, M. G. **Elaboração de projetos de pesquisa**. In: Serviço Social, direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

PROGRAMA (discriminado em unidades e subunidades)

Unidade I – Execução da Pesquisa.

- 1.1. Revisão do projeto de pesquisa.
- 1.2. A prática da investigação científica (Pesquisa).
- 1.3. Investigação, sistematização e análise dos dados coletados.

Unidade II: Apresentação e divulgação da Pesquisa.

- 2.1. Elaboração do relatório final da pesquisa.
- 2.2. Apresentação do relatório final.

Política de Seguridade Social I Código: ASS031 Pré-Requisitos: ASS028	Carga Horária Semanal: 4h Carga Horária: 60 h
--	--

EMENTA
Desenvolvimento do capitalismo brasileiro e a constituição das políticas sociais. “Cidadania regulada” e “cidadania invertida”: marcos da estruturação das políticas sociais (previdência social e assistência social) no Brasil. Consolidação da fase monopólica do capitalismo brasileiro e a modernização conservadora no campo das políticas sociais: a “americanização perversa” da seguridade social. A Constituição Federal de 1988 e a concepção de cidadania e seguridade social: os casos da previdência e assistência social. Neoliberalismo e seus impactos na seguridade social brasileira: contrarreforma previdenciária e o mito da assistência social.

BIBLIOGRAFIA
BOSCHETTI, I. Assistência Social no Brasil: um direito entre originalidade e conservadorismo. Brasília, GESST/UnB, 2003. _____. As políticas sociais brasileiras de seguridade social. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 3: Política Social. CFESS/ABEPSS-UnB, 1999. BOSCHETTI, I; BEHRING, E. R. Seguridade Social no Brasil e perspectivas do governo Lula. In: Universidade e Sociedade, Distrito Federal, Ano XIII, N 30, 2003. _____. Política social: fundamentos e história. São Paulo. Vozes. Capítulo I e II. 2006. MESTRINER, M. L. O Estado entre a filantropia e a assistência social. São Paulo, Cortez. 2001. _____. (org) O mito da assistência social. São Paulo, Cortez, 2008. NETTO, J. P. Capitalismo monopolista e serviço social. São Paulo, Cortez, capítulo I (19-34). PEREIRA, P. A. P. A assistência social na perspectiva dos direitos. Brasília, 1996. PEREIRA, P. A. Necessidades humanas. São Paulo, Cortez, 2000. SILVA, M. O. S.; YASBEK, M. C.; GIOVANNI, G. A política social brasileira no século XXI. São Paulo, Cortez, 2004. SPOSATI, A. et al.: A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras. São Paulo, Cortez, 1985. _____. A menina LOAS – um processo de construção da Assistência Social. São Paulo, Cortez, 2009. VIANA, M. L. T. W. O processo de americanização da proteção social para os brasileiros. In: A americanização (perversa) da seguridade social no Brasil: estratégias de bem estar e políticas públicas. Rio de Janeiro, REVAM: UNICAMP, IUPERJ, 1998. YASBEK, M. C. Classes subalternas e assistência social. São Paulo, Cortez, 1998. _____. et al. Sistema Único de Assistência Social no Brasil – uma realidade em movimento. São Paulo, Cortez, 2012.

PROGRAMA (discriminado em unidades e subunidades)
Unidade I – Introdução: capitalismo monopolista, Estado e políticas sociais. 1.1. Capitalismo Monopolista, “Questão social” e as funções do Estado interventor. 1.2. O Estado interventor nas sociedades periféricas: Estado como protagonista da urbanização e industrialização. Unidade II – Desenvolvimento das políticas sociais no Brasil: da crise do sistema de proteção social à mudança de paradigma. 2.1. Bases constitutivas e a consolidação do sistema de proteção social no Brasil. 2.2. A Constituição Federal de 1988 e mudança de paradigma da seguridade social. 2.3. A lógica da previdência e da assistência social na CF – 1986. 2.4. O debate teórico acerca da assistência social. Unidade III – A política social na década de 90 e a conjuntura atual. 3.1. Política econômica neoliberal e as políticas sociais. 3.2. A reforma da previdência social. 3.3. O Sistema Único da Assistência Social (SUAS). 3.4. Política de assistência social: questões atuais (terceiro setor, voluntariado, programas de transferência de renda e a gestão dos serviços).

Política de Seguridade Social II Código: ASS032	Carga Horária Semanal: 3h Carga Horária: 45 h
--	--

EMENTA

Estado brasileiro e seguridade social. A construção histórica da política de saúde: os modelos tecno-assistenciais. Saúde e cidadania. A reforma sanitária e o Sistema Único de Saúde: modelo de atenção, gerenciamento, financiamento e controle social. A mercantilização da saúde. Movimentos Sociais e lutas pela saúde pública na atualidade.

BIBLIOGRAFIA

- BAHIA, L. O. **SUS e os desafios da universalização do direito à saúde**: tensões e padrões de convivência entre o público e o privado no sistema de saúde brasileiro. LIMA, N. T. et al. (orgs.). In: **Saúde e democracia**: história e perspectivas do SUS. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005, p. 407 - 449.
- BARROS, E. **As idas e vindas do financiamento da política de saúde**. INESC. In: A Era FHC e o Governo Lula: transição? Brasília, INESC, 2004. Disponível em www.inesc.org.br. Acesso em 13/11/2004.
- BRASIL. Presidência da República, Casa Civil. **Decreto 7508/2011**, Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Brasília- DF, 28 de junho de 2011.
- BRASIL. Diário Oficial da União. **Lei 8142/90**. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Brasília - DF, 28 de dezembro de 1990.
- BRASIL. Diário Oficial da União. **Lei nº 8080/90**. Dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o financiamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília - DF, 19 de setembro de 1990.
- BRAVO, M. I. S.; MATOS, M. C. **A Saúde no Brasil**: Reforma Sanitária e Ofensiva Neoliberal. In: BRAVO, M. I. S.; PEREIRA, P. A P. (orgs.). In: Política Social e Democracia. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2001.
- BRAVO, M. I. S. **Política de saúde no Brasil**. In: MOTA, A. E. et al. (orgs.). Serviço Social e Saúde. São Paulo: OPAS, OMS, MS, Cortez, 2006.
- CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil** – o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- COHN, A. **O SUS e o direito à saúde**: universalização e focalização nas políticas de saúde. LIMA, N. T. et al. (orgs.). In: Saúde e democracia: história e perspectivas do SUS. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005, p. 385 - 405.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de saúde**, 2010.
- SCOREL, S. **História das Políticas de Saúde no Brasil de 1964 a 1990**: do golpe militar à Reforma Sanitária. GIOVANELLA, L. et al. (orgs.). In: Políticas e Sistemas de Saúde no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, Centro Brasileiro de Estudos em Saúde, 2ª reimpressão, 2011, p. 323 - 364.
- SCOREL, S., TEIXEIRA, L. A. **História das Políticas de Saúde no Brasil de 1822 a 1963**: do Império ao desenvolvimentismo populista. GIOVANELLA, L. et al. (orgs.). In: Políticas e Sistemas de Saúde no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, Centro Brasileiro de Estudos em Saúde, 2ª reimpressão, 2011, p. 279 - 322.
- FLEURY, S.; OUVREY, A. M. **Política de saúde**: uma política social. GIOVANELLA, L. et al. (orgs.). In: Políticas e Sistemas de Saúde no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, Centro Brasileiro de Estudos em Saúde, 2ª reimpressão, 2011, p. 25-58.
- GENTIL, D. L.; MARINGONI, G. **A Constituição de 1988 e a Seguridade Social**: uma disputa em meio à financeirização do Estado. In: VAZ, F. T.; MUSSE, J. S.; SANTOS, R. F. 20 anos da Constituição Cidadã: avaliação e desafios da seguridade social. Brasília: ANFIP, 2008, p. 45 - 55.
- LOBATO, L. V. C.; GIOVANELLA, L. **Sistemas de saúde**: origens, componentes e dinâmica. GIOVANELLA, L. et al. (orgs.). In: Políticas e Sistemas de Saúde no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, Centro Brasileiro de Estudos em Saúde, 2ª reimpressão, 2011, p. 89 - 119.
- MENICUCCI, T. M. G. **O SUS, 20 anos**: balanço e perspectivas. In: Cadernos de Saúde Pública. Rio de Janeiro, vol. 25 (7), 2009.
- MOTA, A. E. **Cultura da Crise e Seguridade Social**: um estudo sobre as tendências da Previdência e da Assistência Social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo, Cortez, 1995.
- NORONHA, J. C., LIMA, L. D., MACHADO, C. V. **O Sistema Único de Saúde**: SUS. In: GIOVANELLA, L.; SCOREL, S. et al. (orgs.). Políticas e Sistemas de Saúde no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2009.
- NOGUEIRA, V. M. R.; MIOTO, R. C. T. **Desafios atuais do Sistema Único de Saúde e as exigências para os assistentes sociais**. In: MOTA, A. E. et al. (orgs.). Serviço Social e Saúde: Formação e trabalho profissional. ABPESS/OPAS, 2006.
- OLIVEIRA, J. A. A. & TEIXEIRA, S. M. F. **(Im)Previdência Social** – 60 anos de história da Previdência no Brasil. Petrópolis: Vozes/ABRASCO, 1985.

PAIM, J. et al. **Sistema de saúde brasileiro: história, avanços e desafios**. In: *The Lancet*, 2011.

SANTOS, W. G. **Cidadania e Justiça**. 2ª edição – Rio de Janeiro: Campus, 1987.

BEHRING, E. R.; ALMEIDA, M. H. T. In: **Trabalho e seguridade social: percursos e dilemas**. Rio de Janeiro: FSS/UERJ; São Paulo: Cortez, 2010.

SOARES, L. T. **Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina**. Rio de Janeiro: Vozes/CLACSO/LPP-UERJ, 2001.

SOARES, L. T. et al. **A política de saúde nos anos 1990**. In: Revista Ciência e Saúde Coletiva, vol. 6, n. 2, 2001.

_____. **O silencioso desmonte da Seguridade Social no Brasil**. In: BRAVO, M. I. S.; PEREIRA, P. A. P. (orgs.). Política Social e Democracia. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

SODRÉ, F. **Serviço social e o campo da saúde: para além de plantões e encaminhamentos**. São Paulo, In: Revista Serviço Social e Sociedade, n. 103, 2010, p. 453 - 475.

UGÁ, M.A.D.; PORTO, S. M.; PIOLA, S.F. **Financiamento e Alocação de Recursos em Saúde no Brasil**. In: GIOVANELLA, L. et al. (orgs.). Políticas e Sistemas de Saúde no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, Centro Brasileiro de Estudos em Saúde, 2ª reimpressão, 2011, p. 395 - 426.

VASCONCELOS C. M.; PASCHE D. F. **O sistema único de saúde**. In: Campos GWS et al. Tratado de Saúde Coletiva. São Paulo/Rio de Janeiro: Ed. HUCITEC/Fiocruz, 2007, p. 531 - 562.

VIANA, A. L.; DAL POZ, M. R. **A reforma do sistema de saúde no Brasil e o programa de saúde da família**. In: Physis: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 2, 1998.

VIANNA, M. L. W. **A americanização (perversa) da Seguridade Social na América Latina**. Rio de Janeiro: IUPERJ/REVAN, 1998.

ZUCCO, L.; CAVALCANTI, L. F. **Elementos para análise da política de saúde na década de 90: os assistentes sociais como atores na construção do espaço público**. Saúde em debate, vol. 26, 2002.

PROGRAMA (discriminado em unidades e subunidades)

Unidade I – O Estado Brasileiro e o sistema de proteção social: do seguro social à seguridade social.

- 1.1. Modelos de proteção social: aspectos conceituais e históricos.
- 1.2. Sistemas de saúde: origens e componentes.
- 1.3. O Estado Brasileiro e o sistema de proteção social: do seguro social à seguridade social.
- 1.4. A Constituição Federal de 1988 e a construção da Seguridade Social: uma disputa em meio à financeirização do Estado.

Unidade II – Seguridade Social Brasileira e Sistema Único de Saúde: construção histórica e perspectivas atuais.

- 2.1. Origem e desenvolvimento das Políticas de Saúde no Brasil: do início do século XX aos dias atuais.
- 2.2. O Sistema Único de Saúde – SUS: Legislação e normas complementares referentes à implementação do Sistema Único de Saúde: Constituição Federal, lei orgânica da saúde (lei 8080 e 8142/90); Norma Operacional de Assistência à Saúde (2001/02); Pactos pela saúde 2006; decreto 7508/2011.
- 2.3. Financiamento e alocação de recursos em saúde no Brasil: Emenda Constitucional n. 29/2000 e lei complementar n. 141/2012.
- 2.4. O SUS e o direito à saúde nos governos Collor e Fernando Henrique Cardoso: a hegemonia do projeto privatista na saúde.
- 2.5. SUS e os governos petistas: entre o projeto privatista/mercantilista e o projeto democrático-popular.
- 2.6. O SUS e os desafios para a universalização do direito à saúde.

Unidade III – A política de saúde e a atuação do Serviço Social nas esferas públicas e privadas.

- 3.1. Parâmetros para atuação dos assistentes sociais na saúde.
- 3.2. Desafios atuais do SUS e as exigências para os assistentes sociais.
- 3.3. A saúde, a esfera privada e a atuação do assistente social.

Política Social

Código: ASS028

Pré-Requisitos: não tem

Carga Horária Semanal: 4h

Carga Horária: 60 h

EMENTA

Estado e o complexo do direito no capitalismo: lutas sociais e a construção da cidadania. Capitalismo Monopolista, questão social e as políticas sociais. Fundo público e o desenvolvimento das políticas sociais. Construção e crise do Estado de Bem-Estar Social na Europa. Concepções de cidadania e as tipologias do *welfare state*. A reestruturação do capitalismo e a

configuração das políticas sociais públicas no contexto neoliberal. A particularidade do capitalismo dependente e as políticas sociais nos países latino-americanos.

BIBLIOGRAFIA

- BEHRING, E. R. e BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- COIMBRA, M. A. **Abordagens teóricas ao estudo das Políticas Sociais**. In: ABRANCHES, S.H.; SANTOS, W. G.; COIMBRA, M. A. **Política Social e combate à pobreza**. 2 ed, Rio de Janeiro: Zahar, 1989, p.65-104.
- COUTINHO, C. N. **Notas sobre Cidadania e Modernidade**. In: COUTINHO, C. N. **Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2008, p. 49- 70.
- FALEIROS, V. de P. **O que é Política Social**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- IAMAMOTO, M. V. **A questão social no capitalismo**. *Temporalis* n.3, jan./jun. 2001, p. 9- 21, ABEPSS.
- _____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008, Cap. II p.105-208.
- LAURELL, A. C. **Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo**. In: LAURELL, A. C. et al. (Orgs.). **Estado e Políticas Sociais do Neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1995, p.151-178.
- NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2005 Cap. I, p. 15-81.
- _____. **Cinco notas a propósito da “questão social”**. *Temporalis* n.3, jan./jun. 2001, p. 41-49, ABEPSS.
- PAIVA, B.; OURIQUES, N. D. **Uma perspectiva latino-americana para as políticas sociais: quanto distante está o horizonte?** In: *Katlysis*. Brasília, v.9, n.2, jul/dez 2006.
- SILVA, A. A. da. **A gestão da seguridade social brasileira: entre a política pública e o mercado**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- VASCONCELOS, E. M. **Políticas sociais no capitalismo periférico**. In: *Revista Serviço Social & Sociedade*, n. 29, São Paulo, Cortez, 1989.
- YASBEK, M. C. **Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil**. *Temporalis* n.3, jan./jun. 2001, p. 33-40, ABEPSS.

PROGRAMA (discriminado em unidades e subunidades)

Unidade I – Política Social e Estado Capitalista: lutas sociais e a construção da cidadania.

- 1.1. Abordagens teóricas para o estudo da Política Social.
- 1.2. Estado, questão social e política social no capitalismo monopolista.
- 1.3. Fundamentos históricos da Política Social nos países capitalistas centrais e periféricos.
- 1.4. Particularidades do processo de constituição da sociedade burguesa e do Estado capitalista no Brasil.

Unidade II – Construção e crise do Estado de Bem-Estar Social nos países capitalistas centrais e periféricos.

- 2.1. Keynesianismo-fordismo e a generalização da política social na Europa: a experiência do Welfare State.
- 2.2. Crise do capital e a reação burguesa: a política social no contexto neoliberal.
- 2.3. A Seguridade Social na América Latina e no Brasil: impactos do neoliberalismo nas políticas sociais.
- 2.4. Acumulação capitalista, fundo público e política social na crise do capitalismo.
- 2.5. Estado, neoliberalismo e criminalização da pobreza no Brasil: expressões da questão social.

Prática de Gêneros Acadêmicos

Código: LEC090

Pré-Requisitos: não tem

Carga Horária Semanal: 4h

Carga Horária: 60 h

EMENTA

Gêneros acadêmicos escritos e orais. Autoria, paráfrase e plágio no texto acadêmico.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- CAVALCANTI, J. R. **Professor, leitura e escrita**. São Paulo: Contexto, 2010.
- FIORIN, J. L. O páthos do enunciário. In: **Em busca do sentido: estudos discursivos**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 33 - 41.
- MACHADO, A. R.; LOUSADA, E.; ABREU-TARDELLI, L. S. **Resumo**. 5. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- _____. **Resenha**. 4. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

MARCUSCHI, L. A. **Gêneros textuais**: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (org.) **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

MOTTA ROTH, D.; HENDGES, G. R. **Produção textual na universidade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. **Gêneros orais e escritos na escola**. Trad. por Roxane Rojo. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FIORIN, J. L. **Elementos de análise do discurso**. 14. ed., São Paulo: Contexto, 2008.

MACHADO, A. R.; LOUSADA, E.; ABREU-TARDELLI, L. S. **Planejar gêneros acadêmicos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

PROGRAMA (discriminado em unidades e subunidades)

UNIDADE I – Gêneros Acadêmicos Escritos.

- 1.1. Resumo.
- 1.2. Resenha.
- 1.3. Artigo Científico.
- 1.4. Ensaio.

UNIDADE II – Gêneros Acadêmicos Orais.

- 2.1. Exposição Oral.
- 2.2. Autoria, Paráfrase e Plágio.

Questão Social e Desigualdades Sócio Territoriais

Código: FSS059

Pré-Requisitos: não tem

Carga Horária Semanal: 4h

Carga Horária: 60 h

EMENTA

Acumulação capitalista e questão social. As relações entre o Estado e a sociedade no capitalismo tardio e suas refrações na questão social. A questão social na sociedade brasileira: processos sociais, indicadores socioeconômicos e expressões contemporâneas. Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais: principais determinantes e políticas de enfrentamento da questão social (atribuir maior visibilidade ao desenvolvimento regional e local). Essa disciplina tem caráter extensionista e parte da sua carga horária será computada como Atividade Curricular de Extensão por meio da sua vinculação a um projeto de extensão articulado à temática central da disciplina, a qual seja: desigualdades sócio territoriais.

BIBLIOGRAFIA

BRITO, F. e OLIVEIRA, P. R. de. **Até o último homem**: visões cariocas da administração armada da vida social. São Paulo: Boitempo, 2013.

CASTELL, R. **Metamorfoses da questão social**. São Paulo: Vozes, 1998.

DAVIS, M. **Planeta favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Global, 1988.

FANON, F.. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2006.

GUIMARAES, A. P. **Classes perigosas**: banditismo urbano e rural. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

HOBBSAWM, E. **Bandidos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

KOWARICK, L. **Trabalho e vadiagem**: transição do trabalho livre no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Capítulo XXIV. São Paulo: Difel, 1982.

MELLO, L. de S. **Os desclassificados do Ouro**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

PESAVENTO, S. **Os pobres da cidade**: vida e trabalho (1880-1920). Porto Alegre: Editora UFRGS, 1994.

PINTO, J. de A. **Controle Social e Pobreza**: Juiz de Fora (1876-1922). Juiz de Fora: Ed. Associada, 2008.

Prefeitura de Juiz de Fora. **Atlas social de Juiz de Fora**. Disponível em: <http://www.pjf.mg.gov.br>.

PNUD. Atlas do desenvolvimento humano, 2013. Disponível em http://www.pnud.org.br/IDH/Default.aspx?indiceAccordion=1&li=li_AtlasMunicipios.

PROGRAMA (discriminado em unidades e subunidades)

UNIDADE I – Gênese da pobreza e da questão social no mundo ocidental moderno.

- 1.1. Acumulação primitiva.

- 1.2. Processos de expropriação.
- 1.3. Colonialismo, escravidão e desclassificação social.
- 1.4. Revolução industrial, urbanização e classes sociais.
- 1.5. Crise do capital e questão social no séc. XIX. Controle social e assistência social.

UNIDADE II – Categorias sociais associadas ao fenômeno da questão social.

- 2.1. Classe operária.
- 2.2. Classe trabalhadora.
- 2.3. Exército industrial de reserva.
- 2.4. Classes perigosas. Vagabundos. Bandidos.

UNIDADE III – Crise do capital e questão social na atualidade.

- 3.1. Taxas de urbanização.
- 3.2. Indicadores sociais na atualidade (Brasil; Minas Gerais; Juiz de Fora).
- 3.3. Desagregação por raça/cor.
- 3.4. Educação; IDH; desemprego; desocupação; favelização.

Relações de classe, raça/etnia, gênero e sexualidade

Código: A ser criado pelo CDARA

Pré-Requisitos: não tem

Carga Horária Semanal: 4h

Carga Horária: 60 h

EMENTA

Apresentar os principais fundamentos no campo dos estudos de gênero, sexualidade e raça/etnia, a partir do debate nas Ciências Sociais e Humanas, em geral e, particularmente, no Serviço Social. Problematicar a interface desse debate contemporâneo com as lutas organizadas pelos sujeitos e movimentos sociais na garantia de políticas e direitos, como expressão das relações sociais de exploração/opressão/dominação no contexto do Estado capitalista. Elucidar as respostas do Estado brasileiro para essas expressões da questão social, a partir da esfera da gestão pública das políticas sociais para os respectivos sujeitos sociais (mulheres, LGBTQIA+ e população negra). Essa disciplina tem caráter extensionista e parte da sua carga horária será computada como Atividade Curricular de Extensão por meio da sua vinculação a um projeto de extensão articulado à temática central da disciplina, a qual seja: raça/etnia, gênero e sexualidade.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, S. L. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Editora Letramento, 2018. (Capítulo. 1 - Raça e racismo, p. 17-42).
- BENTO, C. **O pacto da branquitude.** Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2022.
- CAMPOS, Luiz Augusto. **Racismo em três dimensões:** Uma abordagem realista-crítica. Revista Brasileira de Ciências Sociais [online] São Paulo, v. 32, n. 95, ago., 2017.
- CARNEIRO, S. **Mulheres em movimento:** contribuições do feminismo negro. In: HOLLANDA, H. B. Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019, p. 271-292.
- CARNEIRO, S. **O mito da democracia racial.** In: LAMOUNIER, B. (Org.). Brasil & África do Sul: uma comparação. São Paulo: Editora Sumaré, Idesp, 1996.
- CARRARA, S. **Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil Contemporâneo.** Mana [online], Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 323-345, 2015.
- COLLINS, P. H. **Aprendendo com a outsider within:** a significação sociológica do pensamento feminista negro. Sociedade e Estado, Brasília, v. 31, n.1, p. 99-127, Jan-abr., 2016.
- DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.
- DUARTE, C. L. **Feminismo:** uma história a ser contada. In: HOLLANDA, H. B. Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019, p. 25-48.
- EURICO, M. C. et. al. **Formação em Serviço Social:** relações patriarcais de gênero, feminismos, raça/etnia e sexualidades. Temporalis, v. 21 n. 42, p. 293-303, dez., 2021.
- FLAUZINA, A. L. P. **As fronteiras raciais do genocídio.** Direito, Brasília, v.01, n.01. p 119-146, jan./jun., 2014.
- GOMES, C. de M. **Gênero como categoria de análise decolonial.** Civitas- Revista de Ciências Sociais, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 65-82, 2018.

GONZALEZ, L. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82 jan./jun., 1988.

GONZALEZ, L. **Racismo e sexismo na cultura brasileira** (Texto apresentado na Reunião do Grupo de Trabalho “Temas e Problemas da População Negra no Brasil”. Anais do IV Encontro Anual da ANPOCS, Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1980). In: SILVA, L. A. et al. Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos. Ciências Sociais Hoje, Anpocs, Brasília, n. 2, p. 223–244, 1984.

HASENBALG, C. A. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Graal: Rio de Janeiro, 1979.

HOLLANDA, H. B. de (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

_____. **Pensamento feminista hoje: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

_____. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

_____. **Pensamento feminista hoje: sexualidades no sul global**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

HOOKS, B. **Mulheres negras: moldando a teoria feminista**. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, n.16, p. 193-210, jan./abr., 2015.

JUNQUEIRA, R. D. **“Ideologia de gênero”**: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: como a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”. In: RIBEIRO, P. R. C.; MAGALHÃES, J. C. (Org.). **Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade**. Rio Grande: EdFURG, 2017.

KILOMBA, G. A máscara. **Cadernos de Literatura em Tradução** (Edição Especial: Negritude e Tradução), n. 16, São Paulo, p. 171-180, 2016.

LAQUEUR, T. **Inventando o Sexo: Corpo e Gênero dos Gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

LOURO, G. L. **Pedagogias da sexualidade**. In: _____. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. São Paulo: N-1 Edições. 2018.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 3ª ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2008.

MUNANGA, K. **Uma abordagem conceitual da raça, racismo, identidade e etnia**. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação – PENESB-FE/UFF.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

QUEIROZ, F. M. de; IRINEU, B. A.; ÁLVARO, M. C.; LIMA, R. de L. **Grupo Temático de Pesquisa (GTP) Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração e sexualidades: breve histórico e desafios**. Temporalis, Brasília, v. 1, n. 27, p. 233-241, jan./jun. 2014.

RUBIN, G. **El tráfico de mujeres: notas sobre la “economía política” del sexo**. Revista Nueva Antropología, Ciudad de México, n.030, v.VIII, p.95-145, nov., 1986. (Versão traduzida).

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, H. I. B. **Violência doméstica: questão de polícia e da sociedade**. In: CORRÊA, M. (Org.). Gênero & Cidadania. Coleção Encontros, Campinas-SP: Pagu - Núcleo de Estudos de Gênero/Unicamp, 2002.

SAFFIOTI, H. **Primórdios do conceito de gênero**. Cadernos Pagu, Campinas, n.12, p.157-163, 1999.

SCAVONE, L. **Estudos de gênero: uma sociologia feminista?** Revista Estudos Feministas. Florianópolis, n. 16, v. 1, p. 173-186, jan./abr., 2008.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2. 1995.

SORJ, B. **O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade**. In: HOLLANDA, H. B. Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019, p. 99-108.

SOUZA, V. B. **Gênero, marxismo e Serviço Social**. Temporalis, Brasília, v. 14, n. 27, p. 13-31, jan./jun. 2014.

SZWAKO, J. (Org.). **Diferenças, Igualdade**. São Paulo: Berlendis e Vertecchia Editores, 2009.

TELO, F. C. A. **Direitos reprodutivos e (des)colonização: notas preliminares sobre a colonialidade dos direitos reprodutivos**. Cadernos de Gênero e Diversidade, Salvador, v. 5, n. 4, p. 199–218, 2019.

VENTURA, M. **A transexualidade no tribunal: saúde e cidadania**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

VENTURI, G.; BOKANY, V. (Org.). **Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

VIANNA, A. de R. B.; LACERDA, P. **Direitos e políticas sexuais no Brasil: o panorama atual**. Rio de Janeiro: CEPESC, 2004.

WEEKS, J. **O corpo e a sexualidade**. In: LOURO, G. L. (Org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

UNIDADE I – Estudos das Relações de Gênero.

- 1.1. A construção social dos gêneros.
- 1.2. O debate sexo-gênero.
- 1.3. Dos estudos da mulher aos estudos de gênero.
- 1.4. Movimento Feminista e as Políticas Sociais de Gênero.

UNIDADE II – Estudos de Sexualidade.

- 2.1. Construção social da sexualidade e o dispositivo da sexualidade
- 2.2. O debate sobre sexualidade nas Ciências Sociais e Humanas.
- 2.3. Sexualidade como “problema” sócio-histórico e político.
- 2.4. Movimento LGBTQIA+ e as dissidências de gênero e sexualidade.

UNIDADE III – Estudos das relações étnico/raciais.

- 3.1. Pensamento Social Negro.
- 3.2. Discriminação e desigualdades raciais no Brasil.
- 3.3. Racismo Institucional e antirracismos.
- 3.4. Movimento Negro e de Mulheres Negras e as Políticas de Igualdade Racial e de Ação Afirmativa.

UNIDADE IV – Serviço Social e Relações sociais de Gênero, Sexualidade, Raça/etnia.

- 4.1. O debate profissional sobre esses temas e os Movimentos Sociais Feministas, LGBTQIA+ e Antirracistas.
- 4.2. As normatizações do exercício profissional implicadas com esses temas.
- 4.3. A intervenção profissional e a questão dos Direitos Humanos desses sujeitos sociais.
- 4.4. O balanço acadêmico e político da área profissional sobre essas questões na contemporaneidade.

Serviço Social e Questão Social**Código: FSS026****Pré-Requisitos: não tem****Carga Horária Semanal: 4h****Carga Horária: 60 h****EMENTA**

O Serviço Social na divisão sócio-técnica do trabalho. Questão social, direitos sociais e Serviço Social. Expansão do capitalismo monopolista e o surgimento do Serviço Social na Europa e nos Estados Unidos. As formas de expressão e enfrentamento da questão social na América Latina, particularmente no Brasil.

BIBLIOGRAFIA**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

ABESS/CEDEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. In: Cadernos ABESS, São Paulo: Cortez, nº 7, 1997.

ALENCAR, M. **O trabalho do assistente social nas organizações privadas não lucrativas**. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais, Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

AMARAL, A. S.; CÉSAR, M. **O trabalho do assistente social nas empresas capitalistas**. In: Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais, Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. **O trabalho do assistente social nas fundações empresariais**. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais, Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

BRAVO, M. I. **O trabalho do assistente social nas instâncias públicas de controle democrático**. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais, Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

CRESS – 7ª Região. **Código de Ética Profissional e Lei de Regulamentação da Profissão** (Lei nº 8.662/93). In: Coletânea de Leis e Resoluções. Rio de Janeiro: CRESS- 7ª Região. 2001.

IAMAMOTO, M. V. **“Questão Social”, família, juventude: desafios do trabalho do assistente social na área sociojurídica** Posfácio. SALES, M. A., MATOS, M. C. LEAL, M.C. In: Política Social, Família e Juventude. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez. 1998. P. 27 - 42.

MOTA, A. E.; MARANHÃO, C. H.; SITCOVSKY, M. **O Sistema Único de Assistência Social e a formação profissional**. In: Serviço Social e Sociedade. nº. 87. São Paulo: Cortez, set/2006.

RAICHELIS, R. **O trabalho do assistente social na esfera estatal**. CFESS/ABEPSS. In: Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais, Brasília, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **Agenda política do XIII CBAS**. Brasília, 31/7 a 5/8/2010. Disponível em: www.cfess.org.br.

YAZBEK, M. C. O significado sócio-histórico da profissão e os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. In: Serviço Social: direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS. 2009. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. In: Revista Temporalis. Brasília: ABEPSS, nº 3, 2001. NETTO, J. P. Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”. In: Revista Temporalis. Brasília: ABEPSS, nº 3, 2001.
--

PROGRAMA (discriminado em unidades e subunidades)
UNIDADE I – Questão Social e o surgimento da profissão de Serviço Social. 1.1. Sociabilidade capitalista e gênese da questão social. 1.2. Expansão do capitalismo monopolista e o surgimento do Serviço Social. UNIDADE II – O significado social do Serviço Social. 2.1. Serviço Social e reprodução das relações sociais. 2.2. Serviço Social na Europa e nos Estados Unidos. UNIDADE III – As formas de expressão e enfrentamento da questão social na América Latina, particularmente no Brasil. 3.1. Formas de expressão e enfrentamento da Questão Social na América Latina. 3.2. Particularidades da questão social no Brasil. UNIDADE IV – Serviço Social e Questão Social na contemporaneidade. 4.1. Novas expressões da Questão Social. 4.2. Serviço Social e Projeto ético-político profissional.

Subjetividade e Cultura Código: ASS034 Pré-Requisitos: não tem	Carga Horária Semanal: 4h Carga Horária: 60 h
--	---

EMENTA
A contribuição do pensamento marxista acerca da cultura. Cultura, subjetividade e a crítica do indivíduo na sociabilidade burguesa. Pós-modernidade: análise e crítica da lógica cultural do capitalismo contemporâneo. O atual debate cultural: localismo, globalismo, multiculturalismo, hibridismo e identidade cultural. Reflexos deste debate na formação das subjetividades coletivas.

BIBLIOGRAFIA
ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação no trabalho. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2000. BEZERRA, C. S. Globalização e cultura: caminhos e descaminhos para o nacional popular na era da globalização. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006. _____. Tempos Pós-Modernos: desafios contemporâneos para o universo cultural no contexto da pós-modernidade. Paper apresentado ao Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro - (Doutorado em Serviço Social). Rio de Janeiro, 2004. BIHR, Alain. Da grande noite à alternativa; o movimento operário europeu em crise. São Paulo: Boitempo, 1999. COUTINHO, C.N. Cultura e Sociedade no Brasil. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. IANNI, O. Dialética e capitalismo: ensaio sobre o pensamento de Marx. Petrópolis: Vozes, 1982, p. 39 -54. DENNING, Michael. A cultura na era dos três mundos. São Paulo: Francis, 2005. MARX, K.; ENGELS, F. A ideologia alemã. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1998. SAHLINS, Marshall David. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um objeto em via de extinção. Parte I. In MANA. Rio de Janeiro: abril de 1997, 3/1, p.41-73. WILLIAMS, R. Marxismo e literatura. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. WOOD, Ellen Meiksins e FOSTER, John Bellamy. Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

PROGRAMA (discriminado em unidades e subunidades)
UNIDADE I – Cultura e sociedade: aproximações teórico-conceituais.

- 1.1. A produção teórica e metodológica nas ciências sociais sobre os processos culturais.
- 1.2. A contribuição do pensamento marxista acerca da cultura: a particularidade da produção de Antonio Gramsci.

UNIDADE II – Cultura e subjetividade na sociabilidade burguesa.

- 2.1. A sociabilidade burguesa e a importância da dimensão cultural.
- 2.2. A crítica do indivíduo e da subjetividade na sociedade contemporânea.

UNIDADE III – A crítica a pós modernidade e o debate cultural contemporâneo

- 3.1. Pós-modernidade: a lógica cultural do capitalismo contemporâneo.
- 3.1. O debate cultural contemporâneo (explorar alguns dos seguintes temas, dentro da programação prévia da disciplina: local e o global, Multiculturalismo, “identidade cultural”, hibridismo).
- 3.3. A formação das subjetividades coletivas na contemporaneidade e o debate cultural.

Território e Questão Urbana Código: a ser definido pelo CDARA Pré-Requisitos: ASS028	Carga Horária Semanal: 4h Carga Horária: 60 h
---	--

EMENTA

A questão urbana no Brasil: a constituição do espaço urbano em questão social. A produção das desigualdades e segregações socioespaciais. Estado e sociedade frente às questões urbanas. Movimentos sociais urbanos. Intervenção do Serviço Social. Essa disciplina tem caráter extensionista e parte da sua carga horária será computada como Atividade Curricular de Extensão por meio da sua vinculação a um projeto de extensão articulado à temática central da disciplina, a qual seja: questão urbana.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, M. de. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLAN/RIO – Zahar, 1987.
 GOMES, M. F. C. M. **Cidadania, esfera pública e a produção do espaço**: um estudo de caso. In: Tecendo Saberes, Rio de Janeiro: CFCH/UFRJ, 2000.
 LOJKINE, J. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
 MAGNANI, J. G.; TORRES, L. L. (orgs). **Na metrópole – textos de antropologia urbana**. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 1996.
 OLIVEN, R. G. **Urbanização e mudança social no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1982.
 PRETECEILLE, E.; VALLADARES, L. P. (orgs). **Reestruturação urbana: tendências e desafios**. São Paulo: Nobel, 1990.
 RIBEIRO, L. C. Q.; SANTOS JR., O. A. (orgs). **Globalização, fragmentação e reforma urbana**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
 ZALUAR, A.; ALVITO, M. (orgs). **Um século de favela**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

PROGRAMA (discriminado em unidades e subunidades)

UNIDADE I – A questão urbana no Brasil.

- 1.1. A questão urbana como categoria de análise para o conhecimento científico e como espaço de lutas sociais.
- 1.2. O desenvolvimento capitalista nas cidades brasileiras e a constituição da questão urbana. A organização socioespacial no Brasil e a luta de classes.

UNIDADE II – A constituição dos sujeitos coletivos em luta na questão urbana.

- 2.1. As principais lutas sociais na cidade: luta por habitação, infraestrutura, educação, saúde, cultura e trabalho.
- 2.2. Questão urbana e sujeitos coletivos em luta.
 - 2.2.1. As classes dominantes e seus espaços de organização.
 - 2.2.2. Os movimentos sociais da classe trabalhadora: particularidades e convergências.

UNIDADE III – Serviço Social e questão urbana.

- 3.1. O debate sobre a intervenção profissional do assistente social nas lutas sociais em torno da questão urbana.

Trabalho e Serviço Social Código: FSS036	Carga Horária Semanal: 4h Carga Horária: 60 h
---	--

EMENTA

Principais configurações do exercício profissional no contexto da reestruturação produtiva. A análise do Serviço Social enquanto uma especialização do trabalho coletivo; o estatuto assalariado do exercício profissional e projeto ético-político; a autonomia relativa profissional. A qualificação da questão social, sendo suas múltiplas expressões, vivenciadas pelos sujeitos sociais, objeto do trabalho do assistente social. O mercado e as novas condições e relações de trabalho. Demandas, requisições, competências e atribuições do assistente social. Essa disciplina tem caráter extensionista e parte da sua carga horária será computada como Atividade Curricular de Extensão por meio da sua vinculação a um projeto de extensão articulado à temática central da disciplina, a qual seja: trabalho profissional do assistente social.

BIBLIOGRAFIA**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

ALENCAR, M. **O trabalho do assistente social nas organizações privadas não lucrativas**. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais, Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

AMARAL, A. S.; CÉSAR, M. **O trabalho do assistente social nas fundações empresariais**. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais, Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. **O trabalho do assistente social nas empresas capitalistas**. In: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais, Brasília, 2009.

BRAVO, M. I. **O trabalho do assistente social nas instâncias públicas de controle democrático**. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais, Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

CESAR, M. **Serviço Social e reestruturação industrial**: requisições, competências e condições de trabalho profissional.

MOTA, A. E. (org.). In: A Nova Fábrica de Consensos. São Paulo: Cortez, 1998.

CFESS. **Lei de Regulamentação Profissional**. Lei 8662/93.

FÁVERO, E. T. **O estudo social** – fundamentos e particularidade de sua construção na Área Judiciária. CFESS (org.). In: O estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos. São Paulo: Cortez/CFESS, 2003.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: Trabalho e Formação Profissional. São Paulo: Cortez, 1998, p. 17 – 82.

_____. **Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade**. CFESS. In: Atribuições privativas do (a) assistente social em questão. Brasília, fevereiro de 2002.

_____. **Questão Social, família, juventude**: desafios do trabalho do assistente social na área sociojurídica. Posfácio.

SALES, M. A., MATOS, M. C. LEAL, M. C. In: Política Social, Família e Juventude. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Espços sócio-ocupacionais do assistente social**. CFESS/ABEPSS. In: Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais. Brasília, 2009.

MOTA, A. E.; MARANHÃO, C. H.; SITCOVSKY, M. **O Sistema Único de Assistência Social e a formação profissional**. In: Serviço Social e Sociedade. nº. 87. São Paulo: Cortez, set/2006.

RAICHELIS, R. **O trabalho do assistente social na esfera estatal**. CFESS/ABEPSS. In: Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais. Brasília, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FÁVERO, T. F. **Serviço Social e o Campo Sociojurídico** – reflexões sobre o reatamento da questão social no trabalho cotidiano. FORTI, V.; GUERRA, Y. In: Serviço Social: temas, textos e contextos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

FORTI, L., FORTI, V.; MARCONSIN, C. **Direitos Humanos e Serviço Social**: debater é preciso. BRITES, C. FORTI, V. In: Direitos humanos e Serviço Social: polêmicas, debates e embates. 3ª edição. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

LOBATO, A. T. **Considerações sobre o trabalho do assistente social na área do envelhecimento**. FORTI, V.; GUERRA, Y. In: Serviço Social: temas, textos e contextos. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2012.

PEREIRA, T. M. D. **Quando o camburão chega antes do SAMU**: notas sobre os procedimentos técnico-operativos do Serviço Social. FORTI, V. e GUERRA, Y. In: Serviço Social: temas, textos e contextos. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2012.

SILVA, M. N. **Assessoria em Serviço Social**: Breves Notas sobre o Trabalho Profissional na Área de Infância e Juventude do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. FORTI, V. e GUERRA, Y. In: Serviço Social: temas, textos e contextos. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2012.

PROGRAMA (discriminado em unidades e subunidades)

UNIDADE I – Pressupostos para a análise da profissão hoje.

- 1.1. As novas bases de produção de questão social na contemporaneidade: as transformações societárias.
- 1.2. O redimensionamento da profissão: mudanças no mercado e as condições de trabalho.

UNIDADE II – O Serviço Social: especialização do trabalho coletivo.

- 2.1. O trabalho assalariado do assistente social: trabalho concreto e trabalho abstrato.
- 2.2. A questão social como *matéria* do trabalho profissional.
- 2.3. Demandas, requisições competências e atribuições profissionais – Lei de Regulamentação Profissional.
- 2.4. A tensão entre trabalho assalariado e projeto ético-político.

UNIDADE III – O trabalho do (a) assistente social nos espaços sócio-ocupacionais.

- 3.1. O trabalho do assistente social na esfera estatal.
- 3.2. O trabalho do assistente social nas empresas privadas.
- 3.3. O trabalho do assistente social organizações privadas não lucrativas.

12. Bibliografia

Relatório da Comissão constituída através da Portaria da Reitoria da UFJF, Nº 533 de 09/06/1993.

Ata do Conselho Departamental da Faculdade de Serviço Social de 16/11/1993.

MATTOSO, J. A *Desordem do Trabalho*. São Paulo: Scritta. 1995.

BRASIL, Presidência da República – Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos - LDB – *Lei de Diretrizes e Bases 9394* de 20 de dezembro de 1996. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 20 de jul. 2015.

UFJF - RAG – Regimento Acadêmico de Graduação, 2014. Disponível em:

<<http://www.ufjf.br/prograd/institucional/legislacao/regulamento-academico-da-graduacao/>>. Acesso em 15 de jul. 2015.

ABEPSS/CEDEPSS, *Cadernos ABEPSS*, nº 07. São Paulo: Cortez. 1997

IAMAMOTO, M.V. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez. 1998.

ABEPSS. *Política Nacional de Estágio*, 2009. Disponível em:

<http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maio2010_corrigida.pdf>. Acesso em 15 de jul. 2015.

CFESS, *Resolução nº533/2008*. Disponível em:

<<http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao533.pdf>>. Acesso em 29 de jul. 2015.

13. Anexo I

ATIVIDADE PREVISTA PARA A FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR			Carga horária no período letivo
Iniciação à docência, iniciação científica, extensão e monitoria			60 horas
Disciplina			prefixado
Monografia			30 horas + carga horária específica do currículo do curso
Estágio não obrigatório			prefixado no PPC
Grupo de estudo			30 horas
Participação em eventos	congresso	apresentação de trabalho	15 horas por título
		organização	15 horas
		participação	proporcional à carga horária limitando-se a 15 horas
	seminário		proporcional à carga horária limitando-se a 15 horas
	colóquio		
	simpósio		
	encontro		
	festival		
	palestra		
	exposição		
	oficina		
	teleconferência ou similar		
	curso de curta duração		
Apresentação em seminário			prefixado
Participação em programa ou grupo de educação tutorial			60 horas
Participação em empresa júnior			60 horas
Vivência profissional complementar na área de formação do curso			variável até 60 horas
Treinamento profissional ou administrativo			60 horas
Representação estudantil			variável até 60 horas
Certificação em língua estrangeira			variável até 60 horas
Outras atividades (a serem definidas no PPC)			variável até 60 horas